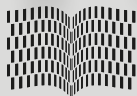


Éder Silveira

A cura da raça

eugenia e higienismo no discurso médico
sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX



Editora da
UFCSPA

Éder Silveira

A cura da raça:

eugenia e higienismo no discurso médico
sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX

Porto Alegre
Editora da UFCSPA
2016

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Reitora

Miriam da Costa Oliveira

Vice-reitor

Luis Henrique Telles da Rosa

Editora da UFCSPA

Diretora

Ana Carolina da Costa e Fonseca

Vice-diretor

Éder da Silveira

Conselho editorial

Alberto Antônio Rasia Filho, Alice de Medeiros Zelmanowicz, Caroline Tozzi Reppold, Luciana Boose Pinheiro, Márcia Schmitt Veronezi Cappellari, Rafael Andrade Caceres, Rodrigo de Oliveira Lemos, Thalisson Silveira da Silva

Revisão

Isabela Beraldi Esperandio, Olívia Barros de Freitas

Projeto gráfico e diagramação

André Selbach Nasi/Ascom UFCSPA

É permitida a reprodução sem fins lucrativos por meio digital desta obra, parcial ou total, desde que citada a fonte ou sítio da internet onde pode ser encontrada (www.ufcspa.edu.br).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Éder.

A cura da raça : eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX / Éder Silveira.
– Porto Alegre : Ed. da UFCSPA, 2016.

Modo de acesso: <http://www.ufcspa.edu.br/index.php/editora/obras-publicadas>

ISBN 978-85-92652-00-5

1. Etnologia-Brasil. 2. Eugenia (Ciência) - Rio Grande do Sul - Século XX. 3. Características nacionais brasileiras. 4. Darwinismo. I. Silveira, Éder. II. Título.

CDD 363.920981

CDU 613.94(81)

Existe é homem humano. Travessia.

Guimarães Rosa

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

1 ARTEFATOS	17
--------------------------	-----------

1.1 A história natural	21
------------------------------	----

1.2 <i>Homo statisticus</i>	27
-----------------------------------	----

1.3 O impacto do darwinismo	31
-----------------------------------	----

1.4 A hereditariedade no pensamento darwinista	36
--	----

1.5 O Conde de Gobineau	51
-------------------------------	----

1.6 O Conde de Gobineau e o Brasil	55
--	----

1.7 Agassiz ou os filhos do Sol	61
---------------------------------------	----

2 CONTATOS	71
-------------------------	-----------

2.1 Eugenia ou <i>mens sana, corpore sano</i>	94
---	----

2.2 Diagnósticos	98
------------------------	----

2.3 Deslocamentos	106
-------------------------	-----

2.4 Em defesa da orgia de sentidos	125
--	-----

3 CONEXÕES	133
3.1 O Rio Grande do Sul e o eugenismo-higienismo	133
3.2 Diagnósticos externos	137
3.3 Diagnósticos internos.....	147
3.4 Nas galerias – o relatório do Dr. Sebastião Leão	156
3.5 A institucionalização do saber médico	162
3.6 A parte e o todo ou todo e parte em todas as partes?	184
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
 REFERÊNCIAS	193

Apresentação

A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX aborda diversas questões referentes à história natural e ao impacto do darwinismo entre os intelectuais brasileiros. Éder Silveira dá visibilidade ao pensamento científico de médicos, cientistas, críticos e literatos brasileiros. O autor realiza essa tarefa buscando tecer nexos analíticos, debruçando-se nas formas de construção do processo de uniformização do discurso científico brasileiro. Por outro lado, busca realçar a ambiguidade nos discursos sobre a “nacionalidade brasileira” através do enfoque da problemática da conformação do Brasil a um ideal de civilização.

Éder Silveira detecta, com objetividade, o problema que o modelo científico criou para a intelectualidade: a impossibilidade da utilização de um modelo eurocêntrico e homogêneo para explicar a brasilidade. Ao utilizar-se dele, a intelectualidade defrontava-se com o paradoxo nacional. Como explicar a unidade nacional contida de diferenças e dar a ela nacionalidade, uma igualdade, tal como pretendida pelo pensamento científico moderno? O autor retrata que a inscrição da diversidade étnica se tornou um dos principais problemas que a *intelligentsia* brasileira buscou solucionar.

Com esse enfoque, a pesquisa desenvolvida pelo autor deslocou o problema da aplicação do modelo científico moderno, homogeneizador. Sua ênfase recai sobre a profunda originalidade com que essas ideias foram utilizadas por essa intelectualidade, dando especial atenção àquelas pertencentes à Escola de Recife.

O autor propõe-se ainda, no conjunto de seu livro, a desempenhar uma difícil tarefa: captar os postulados científicos no contexto sul-rio-grandense, comparando-os aos postulados de autores que pensaram o Brasil de forma global. Consegue, de forma exemplar, demonstrar que não há especificidade, como muitos autores defendem, nas reflexões dos intelectuais do Rio Grande do Sul. A análise da simetria brasileira representa um olhar apurado, pode-se dizer emblemático, sobre a história do pensamento brasileiro.

Em contrapartida, ao negar a não rara ufanista “singularidade do Sul”, explicita como a consciência sanitária desenvolvida no Rio Grande do Sul tornou, à época, o Estado mais participante na busca de “melhoramento” da sociedade, unificada à política higienista nacional. A crença na “cura da raça” possibilita uma análise da originalidade das interpretações dadas às diferentes leituras oriundas de vários campos do saber, as quais contribuíram para esboçar a apreensão dos interlocutores da ciência moderna no Brasil.

O autor é Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e realizou estágio de Pós-doutorado, também em História, pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Prof.^a Dr.^a Ruth Maria Chittó Gauer,
professora do PPG em História das Sociedades Ibéricas e
Americanas (PUCRS) e Coordenadora do PPG em Ciências
Criminais (PUCRS)

Introdução

Há mais a fazer interpretando as interpretações que interpretando as coisas; e mais livros sobre livros do que sobre qualquer outro assunto; nós não fazemos mais do que nos entreglosar.

Michel de Montaigne

Desde as últimas décadas do Império Brasileiro, a nossa *intelligentsia* movia-se em busca de novos critérios para narrar a nação brasileira. Eles foram encontrados na ciência europeia, cujas teorias passaram a ser traduzidas pela intelectualidade nacional. A narrativa identitária nacional erigia-se, assim, sobre as bases dessa ciência, com seus últimos avanços na biologia, na antropologia e na sociologia.

A entrada de um “bando de ideias novas”, usando a expressão imortalizada por Sílvia Romero¹, levou os pensadores brasileiros a engajarem-se na construção de narrativas sobre o Brasil. Suas obras

¹ ROMERO, Sílvia. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. [s.l.]: Ed. do Estado de Sergipe, 1926, p. XXIII-XXIV.

atuaram fortemente na produção discursiva da *diferença*, na fixação de papéis sociais e de estereótipos acerca de amplas camadas da população brasileira. É importante lembrar, seguindo as pegadas de J. L. Austin, que os discursos podem ser mais do que meras descrições, podem ser performativos. Enunciações discursivas levam a ações e a outras consequências que transcendem a órbita da mera descrição². Assim, estendendo a ideia de performatividade para a análise da cultura, é possível sugerir que a reiteração de narrativas pejorativas – marca do contexto de ideias de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX – embasadas nas teorias do racismo científico atuou na sedimentação de estereótipos acerca de amplos grupos sociais, reservando-lhes um papel desabonador na formação dessa unidade inventada que chamamos Brasil³.

É nesse sentido que, no presente ensaio, proponho-me a compreender como, em especial a partir da Geração de 1870⁴, cientistas, médicos, críticos e literatos buscaram formular uma leitura do passado brasileiro que lhes permitisse, recorrendo à ciência, colocar o país nos trilhos do progresso segundo os moldes eurocêntricos. A história da nação é formada pelos restos, pelos elementos desagregados da vida cotidiana; cacos que são transformados em um todo homogêneo, em “signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o

² AUSTIN, J. L. *Como hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós, 1998.

³ Tomaz Tadeu da Silva, nesse sentido, afirma: “Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um ‘fato’ do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo” (SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 93).

⁴ A classificação “Geração de 1870” é usada como generalização dos intelectuais vinculados, em especial, à Escola de Recife.

próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais”⁵.

Autores como Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha debateram-se com o problema da conformação do Brasil a um ideal de civilização, tornando esses discursos sobre a “nacionalidade brasileira” ambíguos. Isso porque precisavam equilibrar a diferença por eles vivida com o modelo interpretativo que o olhar científico eurocêntrico dos autores exigia. Essa cisão entre o que os modelos lhes exigiam e o experienciado na vivência da “zona de contato”⁶ forma aquilo que o crítico indo-britânico Homi Bhabha chama de “entre-lugar”: zona intersticial entre o projeto homogeneizador da modernidade e o espaço não homogeneizável da diferença.

A supressão da diferença pode ser percebida em diversos autores surgidos no período, como, por exemplo, em Sílvio Romero, quando este visa pensar a gênese da cultura nacional enquanto produto de um povo cultural e etnicamente mestiço. Ou, por outro lado, em Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, autores que almejavam uma explicação biossociológica do crime e das manifestações de “loucura coletiva” (como no caso de Canudos), atribuindo-lhes, como causas fundamentais, as marcas de um atraso secular – para Nina Rodrigues, causado pela mestiçagem; para Euclides da Cunha, por esta e por um descompasso evolutivo que deveria ser suprimi-

⁵ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 207.

⁶ O conceito de zona de contato foi desenvolvido pela crítica literária canadense Mary Louise Pratt, para, segundo ela, refletir sobre o espaço de encontros coloniais, tomando de empréstimo a ideia linguística de “linguagem de contato”, forma de linguagem estabelecida entre locutores de diferentes línguas nativas e que necessitam se comunicar. Para Pratt, “[...] ‘zona de contato’ é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam” (PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999, p. 32-33).

do a fim de que o Brasil entrasse, assim, nos trilhos da civilização europeia.

Euclides da Cunha denunciou em sua obra o abandono dos sertanejos do Norte e Nordeste brasileiros, denúncia que será retomada pelos sanitaristas, como buscarei demonstrar. Ele criticou o descaso das elites brasileiras com os sertanejos desconhecidos dessas regiões do Brasil, ou mesmo com as redondezas das grandes cidades, pois, como dizia Afrânio Peixoto, o sertão começa onde termina a Avenida Central.

Com Nina Rodrigues, forma-se uma escola de pensamento médico, com forte atuação como propositora de intervenções da *intelligentsia*⁷, tornando-se aquilo que, em uma feliz imagem, foi definido por Lília Moritz Schwarcz como um “misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários”⁸. Essas gerações de médicos e psiquiatras impulsionaram as pesquisas em torno dos problemas brasileiros, na mesma medida em que, por outro lado, fora dos laboratórios, o “espectro euclidiano” moveria cientistas de outras especialidades, como os sanitaristas, em direção ao Brasil profundo, em busca do conhecimento das mazelas e de soluções para os problemas nacionais.

Os ecos desse projeto, que engloba um número consideravelmente maior de intelectuais do que os mencionados até aqui, em grande parte, serviram de impulso para as inquietações que marcaram a *intelligentsia* da Primeira República, em especial no que tange aos Movimentos Higienista e Eugenista. Ambos podem ser

⁷ É mister observar, todavia, que tratar os “herdeiros” da obra de Nina Rodrigues como uma “escola” é uma generalização e, conseqüentemente, merece ter seu peso relativizado. Para uma análise aprofundada sobre o tema: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: Universidade São Francisco/Fapesp, 1998.

⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

pensados como a exigência de uma ação salvacionista em um Brasil diagnosticado como um país doente. Assim sendo, intelectuais como Monteiro Lobato aceitarão o chamado, engajando-se na busca de soluções para os, permito-me a paráfrase, “problemas vitais” do Brasil.

Neste livro viso, então, discutir a introdução do discurso higienista-eugenista na cultura brasileira. Além de caracterizar as nuances do higienismo-eugenismo *à brasileira*, analisarei mais detidamente seus desdobramentos no contexto sul-rio-grandense. Colocarei em xeque tanto a leitura da cultura brasileira levada a cabo pelos sanitaristas como buscarei desconstruir alguns arquétipos sobre a singularidade do Sul, recurso amplamente usado por pensadores da passagem do século XIX ao XX para pensar as relações do estado com as demais regiões do país, com implicações que serão analisadas.

Para tanto, divido este trabalho em três capítulos. No primeiro, são apresentadas as formulações do conceito de raça e das teorias usadas na justificação da diferença. Com esse fito, proponho uma leitura que parta da História Natural para chegar ao evolucionismo darwiniano, bem como aos usos que o darwinismo social dele fez, uma leitura que busque compreender como essas teorias pensaram o Novo Mundo, mais especificamente o Brasil.

No segundo capítulo, é focada a entrada dessas teorias em território nacional. Procuro pensar a dinâmica da tradução cultural que estrutura essa instrumentalização do cientificismo no Brasil, colocando à prova o postulado das “ideias fora do lugar” para, por outro lado, enfatizar a originalidade com que essas ideias são introduzidas nas análises sobre a cultura brasileira, em especial, desde os estudos da Escola do Recife. Ainda nesse capítulo são apresentados o movimento higienista-eugenista e seu projeto de “reconstrução nacional”.

No terceiro e último capítulo, são pensadas as características dos postulados cientificistas no contexto intelectual sul-rio-gran-

dense. Para esse fim, valho-me da dinâmica estabelecida entre os olhares externos sobre a “singularidade do Sul”, aqueles dos intelectuais do Centro do país, e os “olhares internos”, ou seja, as reflexões dos intelectuais sulinos sobre a posição do Sul em relação aos demais estados do Brasil. Atentando à medicalização do olhar lançado sobre a cultura nacional, aceito, em um primeiro momento, a dicotomia parte e todo para, posteriormente, propor uma leitura diversa dessa dinâmica.

A pesquisa ora apresentada, como a leitura dos capítulos que seguem sugerirá, foi escrita tendo como princípio e horizonte aquele tipo de prosa acadêmica que se poderia chamar ensaística. Seguindo as caracterizações que Adorno⁹ fazia do ensaio, posso afirmar que procurei construir um texto em que minha atenção à abertura de problemas em vez da apresentação de conclusões fosse constante, permitindo-me trabalhar com fragmentos em vez de completudes.

⁹ ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: 34, 2003. p. 15-45.

1 ARTEFATOS

*Aprendemos que o conceito de “sangue puro” é
o oposto de um conceito inofensivo.*

Friedrich Nietzsche

Friedrich Nietzsche, em *Genealogia da moral*, demonstrou como sentimentos de rancor e intolerância florescem lentamente, quase de forma imperceptível, passando por longas transmutações. Como as violetas, florescem à sombra¹⁰. A ideia de raça/racismo formou-se na cultura ocidental ao longo de séculos, passando por variações e ressignificações, até desembocar, no século XIX, vinculada a noções antitéticas de pureza *vs.* impureza, superioridade *vs.* inferioridade ou, simplesmente, civilização *vs.* barbárie.

Ao longo deste capítulo, buscarei analisar algumas das nuances das reflexões sobre a diferença nos séculos XVIII e XIX, lançando luzes sobre a formação das principais teorias raciológicas, fontes

¹⁰ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 62

germinais da eugenia, pedra de toque deste livro. Interessa-me enfocá-las para que se torne possível compreender a forma através da qual o Brasil será incorporado nesse campo discursivo, detendo-me com maior vagar nos olhares de Joseph Arthur de Gobineau e Luiz Agassiz, importantes pensadores do racismo científico cujos períodos de permanência no Brasil resultaram em reflexões sobre a questão racial no país. As impressões desses intelectuais tiveram como principal “mérito” dar visibilidade às questões em torno das quais a intelectualidade brasileira se deteria alguns anos após suas passagens por aqui: a miscigenação e as possibilidades de transformar o país em uma civilização nos moldes eurocêtricos.

Essa problemática, a da representação da diferença, sob as vestes ora do exótico, ora do medo, manifestou-se desde o momento em que um europeu e um autóctone colocaram-se frente a frente. Além de às fantasmagorias do outro, os olhos dos viajantes, desde o século XVI, abriam-se ao conhecimento do mundo e das coisas do mundo. Tzvetan Todorov, em relação à chegada dos espanhóis à América, afirmou ser esse “o encontro mais surpreendente de nossa história”. Se os europeus não desconheciam totalmente a existência da África, da China e da Índia, com a América ocorreu algo, sustenta ele, mais inaudito que a chegada do homem à Lua. Segundo ele, a “Lua é mais longe que a América, é verdade, mas hoje sabemos que aí não há encontro, que esta descoberta não guarda surpresas da mesma espécie. Para fotografar um ser vivo na Lua, é necessário que o cosmonauta se coloque diante da câmera, e em seu escafandro há um só reflexo: o de um outro terráqueo. No início do século XVI, os índios da América estão ali, bem presentes, mas deles nada se sabe, ainda que, como é de se esperar, sejam projetadas sobre os se-

res recentemente descobertos imagens e ideias relacionadas a outras populações distantes”¹¹.

O contato intercultural teve um efeito destabilizador. O “novo”, que se abria ante os olhos dos viajantes, ultrapassava suas fronteiras culturais, colocando-os entre dois mundos. Para José da Silva Dias, “há de fato um relativo contraste entre os processos e idéias culturais dos homens de gabinete e os dos homens do mar ou ligados às actividades ultramarinas. Os segundos marchavam nitidamente à frente dos primeiros”¹². Em que às considerações de Silva Dias acerca do choque entre a cosmovisão medieval e o olhar dos viajantes, salientando o papel do empirismo *avant la lettre* desses últimos no Renascimento Português, convém fugir à construção de um simples dualismo.

Tzvetan Todorov, em obra supracitada, discutindo as narrativas construídas pelos espanhóis na conquista da América, mostrou como os europeus fizeram nascer um mundo do qual, na verdade, não faziam parte, ou seja, como inauguraram a modernidade sem abandonar a condição de herdeiros do pensamento medieval¹³. As ambiguidades das narrativas de Colombo (cartas, diários de viagem, memórias) foram amplamente exploradas por Todorov, que demonstrou como Colombo navegava banhado pelo fabulário medieval, pelo cristianismo fervoroso, buscando ali preenchimento para as expectativas que trazia¹⁴. Para Todorov, “Colombo não tem nada de um em-

¹¹ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 5-6.

¹² DIAS, José da S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973, p. 14-15.

¹³ TODOROV, 1996, p. 12.

¹⁴ É importante salientar as considerações de Fernando Gil sobre o par expectativa e preenchimento. Segundo Gil, “As ‘constatações’ constituem o preenchimento de uma expectativa de certo tipo e, nesta medida, podem também ser relacionadas com a realização de um voto ou de um desejo segundo Russell: como as constatações, esta realização acompanha-se por um sentimento de satisfação” (GIL, Fernando).

pirista moderno: o argumento decisivo é o argumento da autoridade, não o da experiência. Ele sabe de antemão o que vai encontrar; a experiência concreta está aí para ilustrar uma verdade que se possui, não para ser investigada, de acordo com regras pré-estabelecidas, em vista de uma procura de verdade”¹⁵.

O signo do exotismo atravessou séculos, povoando o pensamento europeu e forjando novos mitos sobre a “barbárie” no imaginário do europeu “civilizado”. A partir dos séculos XVII e XVIII, com o início da consolidação da ciência moderna, começa a formar-se, no que se refere à curiosidade do “Velho Mundo” sobre o “Novo Mundo”, o grande impulso dado aos estudos que respeitavam um sistema moderno, de estudo da natureza e dos homens de todas as partes do mundo. Através dos estudos de naturalistas como Linné e Buffon, homem e natureza foram transformados em peças de uma grande taxionomia, onde ocuparão seus lugares, divididos em grupos; peças conhecidas e descritas nas viagens ao Novo Mundo. Formavam aquilo que Michel Foucault chamou de “o grande quadro da natureza”¹⁶. Analisarei as linhas mais gerais dessa reflexão sobre o homem e a natureza, centrando-me, todavia, de forma mais acurada, nas explicações que ela oferece sobre o lugar do homem e as raças.

Expectativa e preenchimento. In: _____. *Modos da evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 65). Assim sendo, o novo insinuou-se como a presentificação do mítico.

¹⁵ TODOROV, 1996, p. 18.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

1.1 A história natural

Desde, ao menos, De Pauw, Linné e Buffon¹⁷, a diferença passa a ser pensada sob critérios científicos, de inspiração iluminista. Os autores pioneiros do naturalismo, mediante o estudo da natureza e dos homens de todas as partes do mundo, passaram a construir o *grande quadro da natureza*. Esse quadro, paulatinamente, foi pintado, foi composto por imagens da natureza que passaram a ganhar contornos, à luz da época, cada vez mais envoltos pela aura da representação precisa¹⁸. Esses quadros eram não uma explosão pictórica, como as obras de Bosch, mas “estudos da natureza”, como as de Franz Post e Hermenegildo Bustos, verdadeiros “murais da natureza”, traduzidos em palavras nas obras de Linné ou Buffon.

A então nascente História Natural, em sua classificação da natureza e do homem, teve como principais fontes de pesquisa os relatos de viagem. Eles alimentaram especulações de importantes naturalistas, como Buffon, por exemplo, que, em sua “história natural”¹⁹, construiu uma ampla proposta de taxionomia da natureza, obra portentosa, alimentada pelas reminiscências dos viajantes-cientistas. Segundo Antonello Gerbi, com Buffon, “o eurocentrismo se afirma na nova ciência da natureza viva. E por certo não é mera coincidência que isso acontecesse exatamente quando a ideia da Europa se tornava mais plena, completa e galharda, como tampouco

¹⁷ Para uma análise sobre as interpretações de Buffon e De Pauw sobre as diferenças, bem como suas formulações sobre a América, ver: LESTRINGANT, Frank. O canibal. Brasília: UnB, 1997; GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸ Sobre a ideia de representação nos escritos de estética do século XVII, em especial na obra de Poussin, ver: MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 1998; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar, escutar, ler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁹ BUFFON, Georges-Louis Leclercq, Conde de. *Oeuvres Complètes de Buffon*. Paris: P. Pourrat, 1838-1839. 20 v.

é gratuito que, como a Europa política e civil se definia então em oposição à África e à Ásia, a Europa física se solidarizasse com os outros continentes do Velho Mundo e afrontasse impávida o mundo americano”²⁰.

Essa tendência, a de buscar oferecer logicidade e sistematização aos fenômenos da natureza, ganha força no alvorecer do século XVIII. O lançamento, no ano de 1735, do *Systema Naturae*, de Carl Linné, e as delineações da História Natural, com autores seus contemporâneos, formam o solo epistemológico sobre o qual as expedições puderam germinar; expedições que, por sua vez, são a base da própria História Natural, construindo assim uma relação de cumplicidade. A História Natural nasce na França do século XVIII no bojo de um momento de grande euforia com as descobertas científicas. Como afirma Michel Foucault em *As palavras e as coisas*, os homens de ciência do século XVIII não viam melhor do que seus predecessores os fenômenos da natureza, percebiam-nos, apenas, com um olhar diferente, pois estavam inseridos em um novo campo de visibilidades²¹.

Em seus primeiros estudos e classificações, base para a formação da História Natural, Carl Linné não incluía a “espécie humana”. Somente em uma edição revisada do *Systema Naturae*, de 1758, como aponta Mary Louise Pratt, é que Linné propõe uma primeira

²⁰ GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 41.

²¹ Para Foucault, a “história natural não é nada mais que a nomeação do visível. Daí sua aparente simplicidade e esse modo de proceder que, de longe, parece ingênuo, por ser tão simples e imposto pela evidência das coisas. Tem-se a impressão de que, com Tournefort, com Lineu ou Buffon, se começou enfim a dizer o que desde sempre fora visível mas permanecera mudo ente uma espécie de distração invencível dos olhares. De fato, não foi uma desatenção milenar que subitamente se dissipou, mas um campo novo de visibilidade que se constitui em toda a sua espessura” (FOUCAULT, 1998, p. 181).

taxionomia da espécie humana, partindo de sua localização geográfica, a qual, resumidamente, reproduzo abaixo:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso, narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros, olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.²²

Cumprе ressaltar, a respeito dessa taxionomia, que sua apresentação não foi um dado pacífico, aceito sem reservas. Em vários setores da sociedade da época, houve uma série de tensões, existindo, inclusive, manifestações por parte do Papa. Linné, segundo Stephen Jay Gould, colocou-se entre dois mundos. Recebeu críticas por parte da Igreja, por apresentar-se como alguém que havia sistematizado a obra de Deus, o que, *par contre*, era criticado por outros cientistas, seus contemporâneos, por estes considerarem seu criacionismo

²² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 68.

retrógrado²³. É interessante, todavia, observar que Linné, com esse movimento, começa a deslocar o homem da posição de absoluta criação divina para a de objeto de ciência.

Nesse sentido, é interessante perceber que as tendências taxionômicas inauguradas por Linné são visíveis nas observações feitas no Brasil pelos naturalistas que passaram pelo país nas primeiras décadas do século XIX. Tomando, por exemplo, a estrutura da obra do pintor alemão Rugendas, que visitou o Brasil na época, teremos já na divisão temática de sua obra um sinal dessas ideias e de como elas balizavam as análises feitas por esses viajantes-naturalistas. As pranchas, como os textos produzidos por Rugendas, dividem-se em torno dos “tipos e costumes brasileiros”, e nelas o artista busca retratar e descrever cada um dos quatro tipos étnicos que identificou em sua estada no Brasil: brancos, homens de cor, negros e índios²⁴. Seu objetivo, com tais análises, era “mostrar as diferentes partes da população, tanto em relação aos seus aspectos exteriores, como no que concerne a seus costumes, seus usos e suas ocupações”²⁵.

Rugendas, assim como outros autores que pelo Novo Mundo passaram à época, procurava aproveitar a oportunidade de percorrê-lo para descrevê-lo pormenorizadamente. Como artista e observador do Brasil oitocentista, Rugendas busca justificar seu grande interesse pelos “povos inferiores”, dada a multiplicidade de tipos com os quais se confronta. Segundo ele, “se alguém julgar que em semelhante viagem dois cadernos de figuras de pretos são demais, queira considerar que o único lugar da terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características, entre as principais

²³ GOULD, Stephen Jay. O primeiro desvelamento da natureza. In: _____. *Dinossauro no palheiro: reflexões sobre história natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 500.

²⁴ RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1945, p. 60.

²⁵ RUGENDAS, 1945, p. 60-61.

tribus de negros, é talvez o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro; é, em todo o caso, o lugar mais favorável a essas observações”²⁶.

Mesmo que a compreensão que possuía da diferença fosse semelhante à de seus contemporâneos, o que significa dizer, pautada pelas ideias de inferioridade e superioridade racial, a narrativa de Rugendas é atravessada pela maravilha que a diversidade de tipos, em qualquer caminhada pelas ruas do Rio de Janeiro, lhe oferecia. Essas narrativas são construídas no *entre-lugar*, como teorizou Homi Bhabha²⁷. Deslocado tanto de seu país como de suas convicções, postas em xeque pela complexidade da cultura local, Rugendas, que propunha um lugar para a população composta por “homens de cor” na escala da população do Brasil, vê-se diante do impasse que a cultura brasileira, formada no “intercurso sexual”²⁸ entre todos os tipos humanos que aqui conviveram, impõe-lhe: pensar o mestiço, o que significa pensar o caráter culturalmente híbrido, característico dos povos colonizados. Se essa dificuldade está presente, como analisarei na sequência deste capítulo, em todas as tendências científicas que nascem no oitocentos (gobinismo, darwinismo), junto aos viajantes-cientistas de alguma forma ligados à História Natural, ela se imporá, na medida em que não se podem distinguir os mulatos entre a população do Brasil, pois “seria difícil, principalmente na massa do povo, encontrar muitos indivíduos cujo aspecto autorize concluir com segurança que não herdaram sangue africano de seus antepassados”²⁹.

Por um lado, é importante frisar que, ao se analisarem os relatos dos viajantes que forneceram as bases para a construção das

²⁶ Ibidem, p. 70.

²⁷ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 106-107.

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁹ RUGENDAS, 1945, p. 94.

amplas taxionomias elaboradas por Linné e Buffon, é possível perceber a ambiguidade que permeia seus discursos. A “ciência geral da ordem”, na expressão de Michel Foucault, era atravessada, em suas bases, ou seja, nos relatos de viagens, pela *negociação* de conceitos, dados na zona de contato entre as culturas que ali se encontram. Há negociação, estranhamento e recusa da alteridade nesses discursos, perpassados sempre pela ambiguidade entre a rejeição imediata da diferença e a fascinação pelo exotismo da natureza.

Na análise dos autores da História Natural, esses elementos, todavia, ainda não possuem o fator depois oferecido pelo darwinismo: uma lógica, uma metanarrativa que sistematizará o que até então se oferecia como uma miríade de peças de um grande catálogo, peças que eram analisadas e colocadas no seu lugar, fossem estudos de fisionomias, paisagens, cenas do cotidiano ou da fauna e flora. O resultado desse conhecimento, acumulado pelas tantas expedições que percorreram o Novo Mundo, foi dando forma a grandes quadros da natureza, como os de Linné ou de Buffon, natureza estática, sem movimento, movimento a ser criado posteriormente pelo darwinismo.

Esses sistemas, em geral, limitaram-se a caracterizar e a inserir em uma escala taxionômica os habitantes do Novo Mundo. A diferença étnica foi percebida não propriamente como um fator de degeneração biológica oriunda de um *continuum* hereditário, mas sim como fator de distinção social originado das relações que marcavam na cor da pele o labéu da escravidão. O viajante russo G. W. Freyreiss, que viajou por terras brasileiras no ano de 1813, viu nas diferenças étnicas, ao contrário de grande parte dos viajantes que passaram pelo Brasil no final do século XIX³⁰, um elemento de atri-

³⁰ Exemplos emblemáticos da condenação da mestiçagem e da composição multi-étnica por critérios biológicos são: a obra AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1975; bem como os

to entre os grupos étnicos que compunham a população brasileira de então. Segundo suas palavras, “resulta uma porção de males da diversidade da cor e entre eles o orgulho ofendido é dos maiores. Acima de todos coloca-se o branco e o mulato. Julga-se melhor que o caboclo, do que o cabra e o negro; o cabra, por sua vez, quer ser mais do que cabra e este, quando nascido no Brasil, olha com desdém o africano recém-chegado”³¹.

Nas reminiscências do viajante russo, estão expostas as marcas do escravismo como sistema político-econômico. Anterior ao desenvolvimento do darwinismo, que, no último quartel do século XIX, será a linha-mestra da compreensão da problemática da diferença étnica e da disputa pela vida, postas em uma escala evolutiva norteadas pelo progresso, as análises desses naturalistas das primeiras décadas do século XIX concentraram-se no que Michel Foucault chamou de nomeação do observável³².

1.2 *Homo statisticus*

Concomitantemente à História Natural, desenvolveu-se, a partir dos estudos de Franz Joseph Gall, a frenologia. Segundo Antônio Damásio, “Surgindo primeiro na Europa, onde gozou de um *succès de scandale* nos círculos intelectuais de Viena, Weimar e Paris, e posteriormente na América, onde foi introduzida por um discípulo e então amigo de Gall, Johann Caspar Spurzheim, a frenologia prosseguiu de vento em popa como uma curiosa mistura de

escritos do Conde de Gobineau sobre o Brasil anexos à obra: RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

³¹ FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 110.

³² FOUCAULT, 1998, p. 171-225.

psicologia primitiva, neurociência e filosofia prática”. Ainda de acordo com as palavras de Damásio, podemos perceber que a frenologia “teve uma influência notável na ciência e nas humanidades durante a maior parte do século XIX, embora essa influência não tenha sido amplamente reconhecida e os influenciados tenham tido o cuidado de se distanciar do movimento”³³.

A craniometria, ou, mais tarde, frenologia, ciência desenvolvida pioneiramente por Franz Joseph Gall (1758-1828), consistia na busca de medição da inteligência dos homens através das dimensões de sua caixa craniana³⁴. Após anos de estudos de medição de crânios de animais e seres humanos, Gall e seus seguidores concluíram que existe uma íntima relação entre as dimensões da caixa craniana e a capacidade intelectual, bem como traços indicativos de moralidade

³³ DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 35.

³⁴ Buscando na literatura um exemplo da repercussão da frenologia no *métier* intelectual francês das primeiras décadas do século XIX, cito uma passagem de um ensaio escrito pelo poeta francês Charles Baudelaire sobre a obra do poeta e contista norte-americano Edgar Allan Poe. Nesse ensaio, Baudelaire recorre a uma caracterização do crânio de Poe como uma explicação possível de seu engenho literário, afirmando ser “um prazer bem grande e bem útil comparar os traços fisionômicos dum grande homem com suas obras”. Sobre Poe, Baudelaire fala da sua grande força física, capaz de vencer apostas em testes de resistência, concentrando-se, todavia, nas formas do crânio, no qual busca indicações que confirmem os pontos-chave da obra de Poe. Segundo Baudelaire: “Quanto à fronte, era majestosa não que lembrasse as proporções ridículas que os mais artistas inventam, quando, para lisonjejar o gênio, transformam-no em hidrocéfalo, mas dir-se-ia que uma força interior desbordante impelia para diante os órgãos da perfeição e da construção. As partes a que os craniologistas atribuem o sentido do pitoresco não estavam, no entanto, ausentes, mas pareciam deslocadas, oprimidas, acotoveladas pela tirania soberba e usurpadora da comparação, da construção e da casualidade. Sobre essa fronte tronava também, num orgulho calmo, o sentido da idealidade e do belo absoluto, o senso estético por excelência. Malgrado todas essas qualidades, aquela cabeça não apresentava um conjunto agradável e harmonioso. Vista de lado, feria e dominava a atenção pela expressão dominadora e inquisitorial da fronte, mas o perfil revela certas deficiências; havia uma imensa massa de crânio, adiante e atrás, e medíocre quantidade no meio; afinal, uma enorme potência animal e intelectual, e uma falha no lugar da venerabilidade e das qualidades afetivas” (BAUDELAIRE, Charles. Edgar Allan Poe. In: POE, Edgar Allan. *Contos escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1985, p. 12).

e propensão ao crime. O aporte oferecido pelas técnicas frenológicas tanto à História Natural como a outras plataformas intelectuais consiste fundamentalmente em uma base científica objetiva, cancelando o discurso sobre a questão racial, em especial, uma propriedade intelectual e um regime de verdade e certeza³⁵.

Vários debates foram travados nas primeiras décadas de desenvolvimento dos experimentos craniométricos, mas, como frisa Pierre Darmon, “de vicissitudes em vicissitudes, os craniologistas põem-se a medir a capacidade da caixa craniana das diferentes raças. Descobrem então que, no ponto mais alto da escala de valores intelectuais, um europeu possui uma capacidade cerebral de um décimo superior aos negros”³⁶. A craniometria, assim, estava empenhada em dar as justificativas científicas para a então propalada inferioridade dos “povos sujeitos”.

³⁵ O caráter extensivo e metódico dos estudos frenológicos, que em geral abrangiam grandes séries, visando estabelecer perfis nacionais de grupos, sobretudo de grupos desviantes, coaduna-se com o florescimento, no século XIX, da estatística. Desde sua mais ampla vulgarização no século XVII, a estatística, em especial aquela de cunho moral, tornou-se uma “febre” no século XIX. Como afirma o historiador Olivier Martin: “Sob o Império, foram empreendidas pesquisas estatísticas sobre as classes notáveis e burguesas: foram estudadas a estrutura da família, a escolaridade dos filhos, a beleza das filhas, o montante do dote. Um outro exemplo, famoso, de estatísticas morais é fornecido pelo trabalho de Alexandre Parent-Duchâtelet, membro do conselho de salubridade da cidade de Paris, sobre a prostituição parisiense. A pesquisa, feita entre 1827 e 1835, publicada postumamente em 1836 sob o título *De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de la administration*, apresenta uma dimensão etnográfica e uma forte dimensão estatística: estatísticas comparativas da população das prostitutas em Paris e em outros departamentos franceses; estatísticas sobre as profissões exercidas pelos pais e testemunhas do ato do nascimento das filhas, seu grau de instrução, as causas de seu estado de prostituídas, a cor dos cabelos e dos olhos, sua constituição física...” (MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, Dossiê Ciência e Saúde, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001).

³⁶ DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 21.

Esse sistema de medições craniométricas, além disso, teve ulterior desenvolvimento intimamente ligado aos caminhos trilhados pela antropologia oitocentista, fundada em estudos sobre a “desigualdade das raças”. Foi a antropometria que forneceu as bases da antropologia, em uma tendência de estudos que se prolongou pelo século XIX e por parte do século XX, principalmente em suas primeiras três décadas. Como afirma o historiador francês Claude Blanckaert,

Esse era o primeiro objetivo da antropometria: esclarecer o lugar biológico do homem na natureza e delimitar a particularidade de suas raças, não sem uma estereotíпия. Por esta razão, pode-se afirmar que a antropometria nasceu na Europa e nos Estados Unidos da vontade de situar o homem entre as espécies vivas, e sobretudo o de classificar os povos, de distribuí-los por grupos diferenciados, segundo princípios objetivistas e hierárquicos. De fato, os antropólogos não cessaram de distribuir raças e etnias, segundo sua categoria “natural” e méritos supostos, numa escala de excelência, os Brancos no ápice, os Negros ou os “selvagens” relegados ao universo dos macacos superiores. Esta leitura serial e genealógica que se pensava confirmada pelas teorias evolucionistas, desenvolveu artes de mensuração inéditas nos meados do século XIX, notadamente em matéria craniológica e psicométrica.³⁷

A antropometria cumpre o seu papel de fundadora dos estudos antropológicos e serve como álibi para a sedimentação do discurso sobre a desigualdade das raças. Todavia, rapidamente é, assim como uma miríade de formas de conhecimento, assimilada e “atuali-

³⁷ BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnia: mensurações do homem e bio-sociologia (1860-1920). *Revista Brasileira de História*, Dossiê Ciência e Sociedade, v. 21, n. 41, p. 146-147, 2001.

zada” pelo darwinismo, sendo por ele instrumentalizada. O impacto do evolucionismo, primeiramente com Herbert Spencer e depois com Charles Darwin, desencadeará uma nova compreensão da hereditariedade, que passará a ser crucial para as explicações sobre o desenvolvimento das sociedades, das dicotomias entre civilização e barbárie e da ideia de progresso³⁸.

1.3 O impacto do darwinismo

Peter Gay, em uma de suas obras dedicadas a compreender a Era Vitoriana, concentrou-se nos nexos culturais da agressividade. Para ele, toda cultura, toda classe, toda era precisa produzir álibis capazes de justificar a agressividade, tornando-a compreensível e praticável. Assinala Gay que, no século XIX, os mais marcantes álibis criados são relacionados às teorias biológicas: as ideias de concorrência ou disputa, que transbordaram para o campo literário e sociológico, e as novas formulações sobre a diferença, responsáveis, a seu ver, pela construção de um Outro conveniente³⁹.

As teorias de Herbert Spencer e Charles Darwin foram logo popularizadas em escala multitudinária, fazendo com que as discussões, das mais simplistas às mais refinadas do ponto de vista intelectual, girassem em torno da disputa pela preservação da espécie e da

³⁸ A ideia de progresso, uma das bases do pensamento moderno, enquadra-se perfeitamente no compasso do pensamento evolucionista, à medida que pensa o dever em uma sequência linear. Segundo Gianni Vattimo: “[...] o ideal de progresso é vazio, seu valor final é o de realizar condições em que sempre seja possível um novo progresso. Suprimido, porém, o ‘para onde’, a secularização se torna também dissolução da própria noção de progresso – precisamente aquela que sucede na cultura entre os séculos XIX e XX” (VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. XIII).

³⁹ GAY, Peter. *A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v. 3. Ver especialmente o 2º capítulo, “Álibis”.

hereditariedade, transformadas em pedra de toque pelo pensamento social oitocentista⁴⁰. Além de Spencer, Thomas Malthus não pode ser esquecido. Sua obra *Ensaio sobre o princípio da população* lançada em 1798 foi, segundo o biólogo norte-americano Michael Rose, grande influência na construção da teoria darwinista da luta pela sobrevivência. Segundo Rose, a tese malthusiana de que, enquanto a população cresce em progressão geométrica, a oferta de alimentos cresce em progressão aritmética muito impressionou Darwin. Este se interessou pelas possibilidades que essa ordem de catástrofes poderia gerar e foi levado a crer que apenas os organismos mais bem adaptados poderiam resistir a tais calamidades⁴¹.

Parece-me importante salientar o papel que essa rede de pesquisas praticamente simultânea cumpre na difusão e na sedimentação desse ideário evolucionista, à medida que a ideia de evolução e progresso é algo muito maior do que um fruto da clarividência ou do gênio pessoal de Charles Darwin. Essa preocupação em relativizar a importância pessoal de Darwin se deve, em primeiro lugar, ao fato de que, concomitantemente às suas pesquisas, Herbert Spencer, Lamarck, T. H. Huxley, Mathew Arnold, entre outros, trabalhavam

⁴⁰ Como afirma Peter Gay: “Polemistas extravagantes e muitas vezes inescrupulosos decidiram raptar as teorias biológicas de Darwin para usá-las em suas panacéias políticas, pois, afinal, elas vinham empoleiradas nos ombros do mais celebrado e mais controverso cientista que o século vitoriano produziu. A partir da década de 1880, eles passaram a ser conhecidos pelo título amplo e supersimplificado de ‘darwinistas sociais’” (GAY, 1995, p. 47). O impacto da obra de Charles Darwin no século XIX foi comentado por uma série de outros autores; entre eles, Georges Canguilhem salientou o papel do biólogo inglês da seguinte forma: “*Sigmund Freud a comparé l’effet de scandale provoqué par les premiers exposés de la théorie de la psychanalyse aux deux autres effets analogues provoqués, au XVIIe siècle par la cosmologie galiléenne, et au XIXe siècle par la biologie darwinienne. Et il est bien vrai que dans les trois cas considérés, l’homme s’est trouvé successivement dépossédé de trois illusions réconfortantes: l’illusion de coïncidence avec le centre du monde, l’illusion de filiation généalogique singulière, l’illusion d’accès à la totale conscience de soi*” (CANGUILHEM, Georges. *Idéologie et rationalité dans l’histoire de sciences de la vie*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993, p. 101).

⁴¹ ROSE, Michael. *O espectro de Darwin*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 31.

com hipóteses similares/complementares às de Darwin, que teve como principal mérito ler sua época e sintetizar em seu pensamento as mais frementes ideias sobre o homem e a natureza que o cercavam. Além disso, em segundo lugar, poder-se-ia lembrar o fato de que a ideia de evolução é anterior a Darwin, já aparecendo nos estudos de Buffon, Herder, Schelling e Hegel⁴². Com o trabalho do biólogo inglês, as especulações passaram a apresentar provas, fazendo com que, a partir de 1859, o evolucionismo dominasse o pensamento europeu e tornando-se praticamente impossível não se fazer referência ao darwinismo⁴³.

Com o seu espetacular florescimento, o darwinismo vulgarizou *ad infinitum* a explicação das desigualdades através da melhor ou pior condição na disputa pela existência. As posições na escala evolutiva fomentaram toda uma ordem de explicações para a desigualdade entre os homens. Como frisa Franklin Baumer,

A desigualdade humana básica, como se lhe pode chamar, estava diferenciada em três áreas principais no mundo darwiniano: entre as raças humanas, entre nações e entre indivíduos. O pensamento da raça, na verdade, já existia muito tempo antes de Darwin. A obra mais influente sobre o assunto, no século XIX, foi a do conde de Gobineau, Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças, que

⁴² Segundo Baumer: "Devemos notar que a ideia de evolução, quer darwiniana quer não, de nenhum modo era nova. Se 'a hipótese de desenvolvimento' não era tão antiga como as montanhas, era pelo menos tão antiga como Buffon e Herder, Schelling e Hegel, como já vimos. Herbert Spencer escreveu um ensaio sobre este assunto em 1852, em que compara modos de pensamento 'estático' e 'dinâmico' e defende a evolução, opondo-se aos crentes e criações especiais. [...] Mas o Darwinismo apresentou provas. Depois de 1859, a ideia de evolução não só se infiltrou, como dominou o pensamento europeu. Era praticamente impossível considerar quaisquer das questões perenes sem fazer referência à evolução" (BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Ed. 70, 1977. v. II, p. 98-99).

⁴³ Ibidem, p. 99.

*apareceu em 1853, e a que se seguiu, em 1859, uma obra sobre o mito ariano, de Adolphe Pictet, As Origens Indo-Europeias. Portanto, era comum, no tempo de Darwin, distinguir as raças com base na cor, formato do crânio, nádegas, ou relacionar o comportamento mental e moral com a estrutura física. No entanto, os darwinianos também acreditavam em raças superiores e inferiores, contribuindo assim para os preconceitos etnocêntricos correntes.*⁴⁴

A crença na luta pela vida, na ideia de disputa e de progresso que o pensamento darwinista aporta, reafirma um movimento de naturalização da cultura que se inicia nos séculos XVII e XVIII⁴⁵. Disciplinas que se estabeleciam no campo acadêmico, como a sociologia, valiam-se das teorias da biologia para analisar a cultura, o desenvolvimento da civilização ou, mais especificamente, as relações entre as noções de civilização e barbárie. Para Alfred Russel Wallace, biólogo darwinista, contemporâneo de Darwin, as “qualidades intelectuais e morais, bem como físicas, dos Europeus são superiores; o mesmo poder e as mesmas capacidades que os ajudaram a elevar-se, em poucos séculos, da condição de selvagem errante, com uma população insuficiente e estacionária, à sua fase actual de cultura e evolução [...] permitiram-lhes, quando em contato com o homem selvagem, a conquista na luta pela sobrevivência e o progresso à sua custa [...]”⁴⁶. Eram desenvolvidos pela ciência os ideais de progresso e de desenvolvimento dentro de uma linearidade que visava estabelecer os critérios dos ulteriores movimentos na evolução biológica em busca da sobrevivência das espécies de forma mecânica,

⁴⁴ Ibidem, p. 112.

⁴⁵ BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Ed. 70, 1977. v. I.

⁴⁶ WALLACE, Alfred Russel. The Origin of the Human Races and the Antiquity of Man Deduced from the Theory of Natural Selections. *Journal of the Anthropological Society of London*, 1864, apud: BAUMER, 1977, v. II, p. 113.

tendo como ponto de chegada a civilização ocidental, mais especificamente, os países europeus, considerados superiores⁴⁷.

A “nova chave da história”⁴⁸, usando uma expressão eternizada por Hannah Arendt, a raça, passa agora a ser entendida como força definidora *a priori*, força que move os homens, distintos pelo conceito de raça entre homens civilizados, ou, melhor dizendo, homens brancos, civilizados, heterossexuais, carnívoros e capazes de sacrifícios; e barbárie, lugar-comum em que são postos todos os “povos inferiores”. Uma vez instaurada a lógica darwinista, a própria ideia de nacionalidade passará a ser uma variação antropológica do conceito de raça, dessa forma naturalizando a cultura e compreendendo-a dentro de um espectro cientificista e racializado, tornando possível a identificação de tipos raciais e escalas valorativas entre eles⁴⁹.

⁴⁷ Alfred Russel Wallace, em sua passagem pelo Brasil, deixou algumas observações interessantes sobre as populações amazônicas, ainda que não estivessem dentro de um “acabamento” rigidamente evolucionista, levando-se em conta que ele visitou a Amazônia quase uma década antes da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Mesmo assim, penso que esta passagem dê conta da impregnação dos “ideais evolucionistas”, antes mesmo de sua concretização. Segundo Russel Wallace: “Poder-se-á ter o direito de reter um certo número de nossos semelhantes num verdadeiro estado de infância adulta, de infância despreocupada? É a noção de responsabilidade e de dependência própria que caracteriza a virilidade que inspira os maiores poderes e as maiores energias da nossa raça. É o combate pela existência, a ‘battle for life’, que excita as nossas faculdades morais, inspirando as latentes centelhas do gênio. A esperança do lucro, o amor ao poder ou o desejo de fama, de aprovação, é que provocam os nobres feitos e põem em ação todas as nossas faculdades, que são atributos distintivos do homem. A infância é a parte animal da vida do homem; a virilidade, a sua parte intelectual. Quando as fraquezas e as imbecilidades da infância permanecem, sem a sua inocência, os seus prazeres, as suas graças e as suas belezas, quão degradante não é esse espetáculo! É esta, afinal, a situação do escravo, ainda mesmo quando a sua escravidão seja o melhor que pôde ser” (WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939, p. 179).

⁴⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 201.

⁴⁹ Cf. BAUMER, 1977, v. II, p. 113.

1.4 A hereditariedade no pensamento darwinista

As preocupações de Charles Darwin, quando desenvolve suas teorias sobre a evolução, voltam-se para a hereditariedade. É no momento em que a importância da hereditariedade é *des-coberta* e tornada alvo dos cientistas do século XIX que, mais efetivamente, o discurso biológico avança nas Ciências Humanas⁵⁰. Segundo o biólogo Michael Rose, a noção de hereditariedade ou herança foi uma das mais expressivas, pelos resultados que produziu, tornando-se logo um lugar-comum nas reflexões sobre raça, cultura, etc. Na mesma medida, tornou-se alvo dos maiores erros cometidos pelas teorias biológicas do século XIX, sendo um dos principais responsáveis pela vulgarização de concepções errôneas sobre a hereditariedade de ninguém menos que o próprio Charles Darwin⁵¹.

O biólogo britânico trabalhou insistentemente com a noção de herança miscível. O conceito, algo vago, era uma versão mais abstrata da ideia, corrente no século XIX e tornada senso comum no século XX, de *sangue*, ideia essa que persistia “como uma teoria

⁵⁰ Charles Darwin e seus seguidores, principalmente no campo da eugenia, sempre tiveram na hereditariedade sua pedra de toque. Segundo Darwin, a importância dela era central em seu pensamento. Nas suas palavras: “Em outro lugar discuti com bastante profundidade o assunto da hereditariedade, pelo que agora não creio necessário acrescentar alguma coisa mais. Quanto à transmissão, seja dos mais irrelevantes como dos mais importantes caracteres, no caso do homem tem sido recolhido um número de dados maior do que qualquer outro animal inferior, embora os dados sejam bastante copiosos também para esses últimos. Assim, no que toca as faculdades mentais, a sua transmissão se manifesta nos cães, nos cavalos e nos animais domésticos. Ademais, seguramente se transmitem gostos e hábitos particulares, a inteligência em geral, a coragem, o bom e o mau temperamento, etc. Com o homem assistimos a fatos semelhantes em quase toda a família; e agora, graças às notáveis obras de Galton, sabemos que o gênio, que compreende uma combinação extraordinariamente complexa de faculdades elevadas, tende a ser hereditário; por outro lado é igualmente certo que a loucura e as deficiências psíquicas se transmitem nas famílias” (DARWIN, Charles. *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: Hemus, 1982, p. 45).

⁵¹ ROSE, 1999, p. 44.

popular de hereditariedade entre as pessoas desprovidas de instrução biológica, especialmente no sentido do ‘sangue ruim’ – um conceito vago, que pode referir-se às doenças hereditárias, aos maus sentimentos ou ao pecado original”⁵².

A noção de herança miscível trabalhava com a seguinte hipótese: o cruzamento de, por exemplo, um coelho branco com um preto resultaria em um coelho cinza. Cruzando-se, porém, um coelho cinza com outro preto ou branco, ter-se-ia como resultado novamente um cinza. Esse tipo de raciocínio encerra em si uma lógica bastante interessante, condizente com o período em que passa a ser desenvolvida: a evolução, em médio ou curto espaço de tempo, deveria levar à igualdade através da supressão da diferença na marcha evolutiva. O eco dessa proposta de gradual superação das diferenças na cultura europeia é bastante considerável, sendo identificado pelo biólogo norte-americano Michael Rose como a porta de entrada de Galton nas teorias de Darwin para a construção do eugenismo⁵³.

Faço essa menção aos trabalhos mais propriamente voltados à análise sistemática das teorias biológicas de Charles Darwin e de seus contemporâneos, pois é mister frisar, como uma “ilustração”, analisando, mesmo que brevemente, os conceitos-chave que monopolizaram as discussões em torno das questões da hereditariedade, da degeneração e da luta pela existência. O objetivo maior dessas breves incursões pela história da biologia é melhor compreender os nexos entre a ciência e a cultura de seu tempo. Diferentemente de uma tentativa de exegese da biologia evolucionista e, na sequência deste trabalho, da eugenia, minha intenção será ter sempre em vista as negociações entre a política de sua época e essas teorias que, como se buscará enfatizar, se infiltraram em praticamente todos os campos

⁵² Ibidem, p. 44.

⁵³ Ibidem, p. 45.

do saber. Nas palavras de Georges Vacher de Lapouge, “Darwin, ao formular o princípio da luta pela sobrevivência e da selecção, não revolucionou somente a biologia e a filosofia natural: transformou a ciência política. Foi o conhecimento deste princípio que permitiu compreender as leis da vida e da morte das nações, que até aqui tinham escapado às especulações dos filósofos”⁵⁴.

A obra de Darwin passa a ser um novo paradigma, base de toda a reflexão sobre a evolução do homem, da vida e de toda a problemática da degeneração e constitui, é possível sugerir, ao contrário do que alguns autores buscam escamotear, a base da eugenia. A eugenia não é o lado maldito do darwinismo, mas seu resultado natural. Como demonstrou André Pichot, a ideia de eugenia, ou melhor dizendo, a procura de uma melhoria da espécie humana, foi uma busca cuja origem dificilmente pode ser precisada, sendo possível localizá-la em passagens da *República* de Platão. Todavia, somente com o advento da biologia moderna, mais especificamente com o darwinismo, teorias eugenistas e de cunho racista puderam vicejar⁵⁵. Nas palavras do autor francês, imediatamente “após a publicação de *A origem das espécies* (1859) de Darwin, floresceu a ideia de que, como estava sujeita a leis da evolução biológica, era necessário cuidar do desenvolvimento da espécie humana; orientá-la na via do progres-

⁵⁴ LAPOUGE, Georges Vacher de. *Les Sélections Sociales*. Paris, 1896. Apud: PICHOT, André. *Eugenismo: genetistas apanhados pela filantropia*. Lisboa: Instituto Piaget, [199-], p. 23.

⁵⁵ Segundo Michel Foucault, é tendo em vista a purificação que as partes de um mesmo grupo étnico serão anatomizadas, estudadas e desdobradas. Para ele, “o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma a outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça. Ou ainda: o reaparecimento, a partir de uma raça, de seu próprio passado. Em resumo, o avesso e a parte de baixo da raça que aparece nela” (FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 72).

so, indo buscar inspiração aos métodos utilizados pelos criadores de gado”⁵⁶.

O crescimento da notoriedade de Charles Darwin e a massiva difusão de sua obra, metamorfoseada para além das fronteiras disciplinares, faz com que seus conceitos sejam manejados em áreas diversas da sua de origem, a biologia, e também acarreta uma difusão de sua obra através de traduções para diversas línguas quase simultaneamente ao seu lançamento na Inglaterra. Na primeira edição francesa, que data de 1862, um ensaio, assinado por Clémence Royer⁵⁷, aponta as implicações do darwinismo na análise da espécie humana. Segundo a autora,

Mas também a lei de selecção natural, aplicada à humanidade, faz-nos ver com surpresa, com dor, como têm sido até hoje falsas as nossas leis políticas e civis, e mesmo a nossa moral religiosa. Basta recordar um dos vícios menos frequentemente assinalados, mas não o menos grave. Refiro-me a essa caridade imprudente e cega pelos seres mal constituídos, nos quais a nossa era cristã sempre procurou o ideal da virtude social, e que a democracia quer transformar numa fonte de solidariedade obrigatória, embora a sua consequência mais directa seja a de agravar e multiplicar os males que pretende remediar. Acaba-se, desse modo, por sacrificar o que é forte pelo que é fraco, os bons pelos maus, os seres bem dotados de espírito e de corpo pelos seres viciosos e doentios. O que resulta desta protecção pouco inteligente concedida aos fracos, aos inválidos, aos incuráveis, aos malvados mesmo, enfim, a todos os desgraçados da

⁵⁶ PICHOT, [199-]. p. 15.

⁵⁷ Clémence Royer, tradutora de Darwin para o francês, teve importância central na difusão de sua obra. Segundo Peter Gay: “Os franceses criaram seus próprios partidários (do darwinismo), destacando-se entre eles Clémence-Auguste Royer, a competente e opiniática tradutora de Darwin. Ela recheou sua versão de *A origem das espécies* com comentários anticlericais e liberais próprios” (GAY, 1995, p. 57).

*natureza? É que os males que os atingem tendem a perpetuar-se indefinidamente; é que o mal aumenta em vez de diminuir, e cresce cada vez mais à custa do bem. Enquanto todos os cuidados, toda a dedicação do amor e da piedade são considerados exclusivos dos representantes decadentes ou degenerados da espécie, nada tende a ajudar a força nascente, a desenvolvê-la, a multiplicar o mérito, o talento ou a virtude.*⁵⁸

Existe nesse panegírico do progresso, da ciência e da evolução do homem na luta contra os fracos uma relativa diferença em relação aos textos assinados por Charles Darwin. Segundo André Pichot e Stephen Jay Gould, Darwin costumava ser reservado e pouco taxativo em suas considerações. É claro que não passa de um sofisma afirmar que Darwin é tão culpado pela eugenia quanto o cuteleiro pelas mortes causadas por armas brancas. Tal afirmação não explica o contexto intelectual do século XIX. Não se trata de acusar ou inocentar Darwin, transformando os interesses analíticos em um tribunal, mas compreender as posições de um cientista vitoriano e pacato patriarca de uma família conservadora.

Com a obra *A descendência do homem e a seleção sexual*, Darwin resolveu manifestar seus pontos de vista sobre as implicações de suas teorias para a reflexão sobre os caminhos que deveriam ser traçados pelos homens. Como transparece na passagem a seguir reproduzida, Darwin podia não ser um militante pelo eugenismo, porém também não se afastava em nada das reflexões tidas como dominantes em sua época. Nas suas palavras, estão expressas recomendações eugênicas, ou pré-eugenistas:

⁵⁸ ROYER, Clémence. Prefácio a *L'Origine des espèces*. Paris: Flammarion, 1918, p. XXXIV-XXXV apud PICHOT, [199-], p. 17.

*Nos selvagens, as fraquezas do corpo e da mente são imediatamente eliminadas; aqueles que sobrevivem, apresentam normalmente um vigoroso estado de saúde. Nós, homens civilizados, por outro lado, envidamos todos os esforços para deter o processo de eliminação; construímos asilos para loucos, aleijados e doentes, instituímos leis para os pobres e os nossos médicos exercitam ao máximo a sua habilidade para salvar a vida de quem quer que seja no último momento. Há motivo para se crer que a vacinação tenha salvo um grande número daqueles que, por sua débil constituição física, não teriam em tempo resistido à varíola. Desta maneira, os membros fracos das sociedades civilizadas propagam o seu gênero. Nenhum daqueles que se têm dedicado à criação de animais domésticos duvidará que isto pode ser altamente perigoso para a raça humana. É surpreendente ver com que rapidez a falta de cuidados, ou cuidados inapropriados, leva a degeneração de uma raça doméstica; mas, com exceção do homem, é raro que alguém seja tão ignorante a ponto de permitir que os próprios animais piores se reproduzam.*⁵⁹

As palavras de Darwin são taxativas e servem como um retrato possível de uma era: a crença no progresso humano acima de tudo e a aniquilação da diferença. A voz da ciência deixava a vida nua do cidadão nas mãos do Estado, o qual, à medida que incorporasse o diagnóstico da ciência, poderia eliminar as “vidas indignas de serem vividas” sem que isso fosse considerado um homicídio. A eliminação era de ordem técnica, em nome da sociedade. Como afirma Giorgio Agamben, esses critérios não eram considerados externos à esfera política, eles eram imediatamente políticos. Raça, conceitos de saúde

⁵⁹ DARWIN, 1982, p. 161-162.

e doença e o projeto de devir fundiam-se no horizonte do biopolítico, ciência de tutela da vida⁶⁰.

O século XIX, a partir de sua segunda metade, foi marcado pelas reflexões em torno de Darwin, ou melhor dizendo, pelo espectro de Darwin. A presença espectral do pensador inglês estava em todos os lugares com uma tácita influência ou como ponto de partida. As teorias de Charles Darwin tiveram como principal contribuição ao pensamento do seu tempo a ideia de evolução humana, contraposta à imagem da estática sucessão de gerações. Darwin deu movimento à natureza mediante um sistema intelectual capaz de oferecer uma metanarrativa, aos olhos de seus contemporâneos, com alto poder explicativo. A noção de evolução foi responsável, entre outras coisas, pelas formulações do conceito de evolução temporal. Como afirma Ilya Prigogine, “o século XIX era o século de Darwin, o século em que a vida foi concebida como resultado de um processo contínuo de evolução, em que o devir era, assim, posto no centro de nossa compreensão da natureza”⁶¹. Essa ideia de devir tornou-se universal, tendo como parâmetro para a marcha da evolução o modelo de civilização europeia, logo entendendo que a diferença cultural era algo a ser suprimido, homogeneizado. Conforme Lilia Moritz Schwarcz,

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econô-

⁶⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v. 1, p. 152-155.

⁶¹ PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 26.

*micas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo.*⁶²

Além disso, inicia-se com o darwinismo o conceito de, para usar uma expressão de Friedrich Nietzsche, domesticação do homem⁶³. Para o filósofo alemão, a ascensão do darwinismo e os nacionalismos que espoucavam na Europa em fins do século XIX traziam consigo ideais falsos e perigosos: a ideia de pureza racial e a “patetice da patriotada”. Principalmente em suas obras da maturidade, Nietzsche condenou esses “sentimentos bovinos”. Nos seus *Fragmentos finais*, podemos perceber diversas investidas contra ambos os credos. Sobre a concepção de pureza racial, especialmente o antissemitismo, Nietzsche fustiga: “Máxima: não manter relações pessoais com nenhum homem que participe do enganoso delírio racista. (Quanto engodo e esgoto é preciso haver para, no atual entremesclamento europeu, fomentar e fermentar questões raciais!)”⁶⁴.

⁶² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 58.

⁶³ Friedrich Nietzsche buscou demonstrar que os argumentos em prol da “melhoria dos homens”, em vez de serem manifestações de “bondade” ou abnegação pelo bem da humanidade, eram um discurso moral e normalizador. Segundo Nietzsche, “Em todos os tempos se quis ‘melhorar’ os homens: este anseio antes de tudo chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra escondem-se tendências mais diversas. Tanto a domesticação da besta humana quanto a criação de determinado gênero de homem foi chamada ‘melhoramento’. Somente esses termos zoológicos expressam realidades. Realidades das quais com certeza o sacerdote, o típico ‘melhorador’, nada sabe – nada quer saber...” (NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos* (ou como filosofar com o martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 52).

⁶⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Fragmentos finais*. Brasília: UnB, 2002, p. 33.

Além disso, pode-se perceber em meio ao discurso oficial alemão pós-Bismarck a ligação entre os sentimentos de pertencimento nacional e as questões relativas à pureza racial: “a era Bismarck (a era da idiotização teuta) em tal solo pantanoso desenvolvem-se, ao barato, também as plantas pantanosas propriamente ditas, p. ex. os a[nti-semitas]”⁶⁵.

Essas indagações de Nietzsche chamam a atenção para o fato de que nenhum contexto de ideias é unísono. Mesmo em fins do século XIX, auge da euforia cientificista, encontram-se vozes dissonantes como a de Friedrich Nietzsche, escrevendo contra seu tempo ou, no mínimo, conseguindo perceber como se articulavam perigosamente as concepções de povo-raça-nação com as propostas de “melhoria do homem”. Todavia, são essas ideias que se difundiram em massa e que, praticamente imunes às críticas, tornaram-se as fontes de formação do olhar do homem “civilizado” sobre a “barbárie”. Em determinado contexto sócio-histórico, como ensinava Karl Manhein, apenas muito gradualmente as vozes dissonantes conseguem se mostrar. No mais das vezes, o pensamento de uma época fica profundamente marcado pelas linhas gerais de determinada cosmovisão dominante⁶⁶. Assim, o darwinismo invadiu praticamente todas as formas de conhecimento e se tornou hegemônico. Como afirma Michel Foucault,

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, com toda a naturalidade, em alguns anos

⁶⁵ Ibidem, p. 32.

⁶⁶ MANHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Globo, 1954.

*do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los.*⁶⁷

Guia político, inspiração estética, plataforma de melhoria da sociedade. Seja qual for a forma pela qual se opte abordar a expansão do darwinismo em fins do século XIX, permanece a imagem de Franklin Baumer: Darwin formou a visão de um mundo evolucionário, uma vez que a ideia de evolução, mesmo sendo originada no pensamento biológico, se expandiu, influenciando, além de cientistas, filósofos, historiadores, escritores e artistas⁶⁸.

A produção literária do final do século XIX é expressiva prova da euforia cientificista que assolava a Europa e a América do Norte. Além dos escritores britânicos, compatriotas de Darwin, os franceses logo se empolgaram com suas teorias. Alphonse Daudet, escritor francês oitocentista, produziu obras inspiradas nas teorias evolucionistas, tais quais *L'immortel* ("O imortal"), de 1888, e a peça teatral *La lutte pour la vie* ("A luta pela vida"), da mesma década, transpondo para a ficção as preocupações da ciência evolucionista, assim como fez Paul Bourget em *Le disciple* ("O discípulo"), de 1889⁶⁹.

Da mesma forma, as bases teóricas do romance naturalista, estabelecidas pelo escritor francês Émile Zola a partir de seus es-

⁶⁷ FOUCAULT, 1999, p. 307.

⁶⁸ BAUMER, 1977, v. II, p. 97.

⁶⁹ GAY, 1995, p. 57-58.

tudos obsessivos de ciências naturais⁷⁰, podem ser vistas como uma metáfora dessa época. Dentre os estilos literários surgidos no século XIX, o naturalismo é aquele em que se pode perceber mais claramente a força da influência cientificista. A ciência experimental, baseada nos estudos de Claude Bernard, foi condição *sine qua non* para a construção do ensaio *Le roman expérimental*, em que as bases científicas, vistas como guia para a ficção, foram analisadas com vagar por Émile Zola⁷¹.

Em suas notas de crítica literária, o autor de *Naná* deixou clara a preocupação com sua atividade de retratar em traços firmes a realidade francesa, transportando tal preocupação, que combinava ciência e estética, para o centro das preocupações do naturalismo. Para ele, o naturalismo era o fiel reflexo da época em que vivia, tendo na ciência o apoio necessário para a sua atividade de escritor. Émile Zola afirma, em seu ensaio *Le roman expérimental*, que:

⁷⁰ Ao introduzir no discurso médico uma proposta de radicalização da objetividade do olhar, à medida que propunha a racionalização metodológica do estudo da Medicina, Bernard constrói uma proposta metodológica científica de observação que acabaria por inspirar áreas que fugiam à alçada do debate médico. Nas palavras de Bernard, "*L'art de l'investigation scientifique est la pierre angulaire de toutes les sciences expérimentales. Si les faits qui servent de base au raisonnement sont mal établis ou erronés, tout s'écroulera ou tout deviendra faux; et c'est ainsi que, le plus souvent, les erreurs dans les théories scientifiques ont pour origine des erreurs de faits*" (BERNARD, Claude. *Principes de médecine expérimentale*. Paris: [s.n.], 1865. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 17 nov. 2002).

⁷¹ As palavras do próprio Zola em seu texto de definição das bases do romance experimental não deixam dúvidas da incorporação das teorizações de Bernard sobre o método experimental para a literatura: "*Je n'aurai à faire ici qu'un travail d'adaptation, car la méthode expérimentale a été établie avec une force et une clarté merveilleuses par Claude Bernard, dans son Introduction à l'étude de la médecine expérimentale. Ce livre, d'un savant dont l'autorité est décisive, va me servir de base solide. Je trouverai là toute la question traitée, et je me bornerai, comme arguments irréfutables, à donner les citations qui me seront nécessaires*" (ZOLA, Émile. *Le roman expérimental*. 5. ed. Paris: G. Charpentier, 1881, p. 1-2. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 10 out. 2002).

[...] le roman expérimental est une conséquence de l'évolution scientifique du siècle; il continue et complète la physiologie, qui elle-même s'appuie sur la chimie et la physique; il substitue à l'étude de l'homme abstrait, de l'homme métaphysique, l'étude de l'homme naturel, soumis aux lois physico-chimiques et déterminé par les influences du milieu; il est en un mot la littérature de notre âge scientifique, comme la littérature classique et romantique a correspondu à un âge de scholastique et de théologie.⁷²

Nas palavras de Zola, está explícita a negação da metafísica e das experiências etéreas, idealizadas, além da ideia de evolução iminente à compreensão da cultura. Para Zola, uma era científica deveria ter, como seu reflexo, uma literatura que partisse da realidade humana observada cientificamente, empiricamente. Não há espaço para o devaneio, para a dimensão onírico-contemplativa na atitude antirromântica dos realistas-naturalistas⁷³.

Da Biologia à arte, da política às Ciências Sociais, o darwinismo e a euforia cientificista fecham o século XIX sob o signo da urgência: o pessimismo e as novas descobertas científicas ligavam-se, formando o culto moderno, ironizado por Friedrich Nietzsche, dos

⁷² ZOLA, Émile, 1881, p. 22.

⁷³ Para Peter Gay, “A preocupação obsessiva de Émile Zola com a ciência e a aplicação bastante mecânica de um credo determinístico em sua obra intensificou ainda mais o debate (da invasão do discurso científico nas mais diversas áreas). O mais famoso e mais interessante romancista francês entre Flaubert e Proust, de formidável produtividade, Zola retratou suas personagens como presas inevitáveis nas redes da hereditariedade, desempenhando um destino definido para eles por seus antepassados. Mas não eram meros bonecos que obedientemente diziam as falas que a fortuna fisiológica lhes havia escrito; eles brigavam na arena das forças concorrentes, lutando para sobreviver e, se possível, prosperar” (GAY, 1995, p. 58).

“melhoradores da humanidade”⁷⁴. Os olhares lúgubres que encerram o século XIX são os mesmos que depositarão sobre os ombros dos cientistas a responsabilidade com relação ao porvir da humanidade. A entrada, no século XIX, de parâmetros científicas para a análise da cultura brasileira, especialmente as análises raciológicas, dão visibilidade a questões que em muito influenciarão os olhares de nossa intelectualidade, empenhada em construir uma narrativa identitária em que o Brasil figurava como um país *manqué*, pensado pela “lógica da falta”, falta essa que deveria ser suprida seguindo os passos indicados pelas teorias do cientificismo que por aqui aportavam.

Mais do que propriamente o darwinismo, ideias muitas vezes difusas sobre a raça, como o gobinismo e a poligenia, passam a ocupar cada vez mais espaço nos debates intelectuais em torno da sociedade, dos avanços imperiais e da formação da nação. A noção de raça afirma-se em meio a um contexto polifônico⁷⁵. Nesse sentido, buscarei analisar a passagem de Luiz Agassiz e do Conde Joseph Arthur de Gobineau pelo Brasil⁷⁶. Ambos serão o ponto de partida para as reflexões sobre a forma mediante a qual o Brasil se insere nas explicações de cunho raciológico. Mais do que isso, serão analisados

⁷⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos* (ou como filosofar com o martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

⁷⁵ Como aduz Michael Banton, “Os dois decênios que se estendem de 1850 a 1870 são cruciais para a história do conceito de raça. Viram a aceitação do conceito de raça como um processo-chave de classificação na morfologia comparativa e a dilatação da brecha que se tinha operado na crença cristã da irmandade dos homens. Antes do século XIX, os acadêmicos pensavam que todos estavam aptos para progredir, mas, em meados do século, aumentou o apoio a uma teoria dos tipos raciais que defendia não terem certos povos, por causa de diferenças inatas, capacidade para avançar tanto como os outros. Os europeus tendiam a acreditar que as divisões entre si próprios eram pequenas em comparação com o fosso que separava os brancos das outras raças” (BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Ed. 70, 1977, p. 76-77).

⁷⁶ Busquei deter-me mais especificamente na contribuição de ambos em: SILVEIRA, Éder. Uma civilização de cães astatinados: a mestiçagem brasileira na visão de Luiz Agassiz e do Conde de Gobineau. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, p. 189-205, 2005.

pelo fato de que, mesmo não tendo uma filiação intelectual idêntica, dão visibilidade a alguns fatores que se tornarão caros aos pensadores brasileiros que lhes sucedem, como a denúncia da mestiçagem e do hibridismo cultural.

É mister destacar que essa opção pelo estudo das reminiscências de viagem de Agassiz e Gobineau se deve ao fato de esse tipo de narrativa desempenhar um papel de grande importância na formação da cultura brasileira. Flora Süssekind propõe, em *O Brasil não é longe daqui*, que a farta documentação deixada pelos relatos de viajantes obteve grande legitimidade e visibilidade em meio às elites letradas do país, que lançaram mão desse material como se fosse uma enciclopédia, destinada a suprir a ausência de conhecimento empírico sobre o país dos nossos primeiros autores. Segundo a autora, nas décadas de 1830 e 1840, “período de esforço de consolidação monárquica e afirmação político-literária de uma nacionalidade coesa pelas elites burocráticas e senhoriais”, parece, mais do que nunca, que nossa *intelligentsia* precisa amparar-se “do olhar armado do naturalista para um ‘abrasileiramento’ de cenários e para a tentativa de traçar um roteiro seguro que ligue materiais a rigor heterogêneos como a técnica do folhetim, a trama da novela histórica ou do melodrama, paisagens locais singulares e situações exemplares, com as quais ia se construindo à época”⁷⁷.

Roberto Ventura e Luiz Costa Lima aceitam a tese de Flora Süssekind, ampliando sua análise ao explorar as estratégias de recepção dos relatos de viagem oitocentista por parte da *intelligentsia* local. Costa Lima afirma que, nessas narrativas, a “natureza, a descrição da paisagem tropical, era o *topos* de eleição”⁷⁸. Ao lado da natureza e da

⁷⁷ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 123.

⁷⁸ LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do Ocidente*. São Paulo: Planeta, 2003, p. 344.

paisagem, a questão racial sobressai-se como um problema colocado pelos cientistas-viajantes europeus aos intelectuais brasileiros. Era o fator determinante para a entrada do Brasil nos trilhos do progresso.

Em alguns momentos das narrativas de Luiz Agassiz e do Conde de Gobineau, é possível perceber como uma descrição estetizada e grandiloquente da natureza tropical esconde, na verdade, o desprezo em relação à população brasileira. Segundo Roberto Ventura, esse “mecanismo de desilusão e compensação resulta da tensão entre as imagens utópicas do mundo selvagem e as tentativas de estabelecer um conceito objetivo do homem e da natureza”⁷⁹.

Assim sendo, buscarei compreender como os relatos de Agassiz e Gobineau antecipam problemas explorados largamente pelos intelectuais brasileiros a partir, em especial, da geração ligada à Escola de Recife. O estatuto da nacionalidade brasileira, a natureza abundante, antítese de uma civilização bem desenvolvida, e a problemática do cruzamento racial são alguns dos problemas que esses autores trazem à tona em suas narrativas, as quais, seguindo os passos dos autores supracitados, não ocupavam lugar de somenos importância na formação da visão que nossos intelectuais tinham do país e das possibilidades de vê-lo desenvolvido em moldes eurocêntricos.

Luiz Agassiz esteve no Brasil como naturalista entre 1865 e 1866. Sua estadia, relatada em sua obra *Viagem ao Brasil*, teve como objetivo primeiro analisar os peixes brasileiros, visando questionar as teorias de Darwin sobre a evolução. No entanto, a “grande diversidade de raças” por ele encontrada fez com que boa parte de seu relato de viagem se ocupasse de observações sobre a “questão racial”.

Joseph-Arthur, Conde de Gobineau, autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, permaneceu no Brasil por um ano,

⁷⁹ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 32.

entre 1869 e 1870, como representante do Ministério das Relações Exteriores da França. Ele, que pode ser considerado um dos pais do racismo científico oitocentista, viu sua estada no Brasil como uma provação. Para Gobineau, o país era composto por “uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo”⁸⁰ e representava assim a antítese de suas teorias arianistas, sendo possível perceber com clareza essa tensão em seus escritos, oriundos da temporada brasileira do autor. Iniciarei a análise pela obra de Gobineau, pois as suas observações acerca da questão racial, aqui sumariamente analisadas, remontam à década de 1850.

1.5 O Conde de Gobineau

Salvo polêmicas em torno de seu nome, que vão desde suas predileções estéticas até a validade de seu título de nobreza, deve-se frisar o reconhecimento do Conde de Gobineau pela intelectualidade europeia. Ele se afirmava como um dos principais intelectuais e polemistas de seu tempo. Gobineau, iniciado no *métier* intelectual como assistente de Alexis de Tocqueville, era um radical inimigo do republicanismo, do fim do *Ancien Régime*. Via no republicanismo a ascensão de uma classe de pessoas que ele desprezava. Tendo em vista a hereditariedade, Gobineau observava no processo de “democratização” da sociedade uma abertura ao cruzamento entre pessoas de diferentes grupos sociais, o qual, assim, rebaixava as linhagens nobres⁸¹. A causa maior de toda a degradação humana, segundo

⁸⁰ Carta do Conde de Gobineau a Caroline Gobineau, 19 de abril de 1869 (apud RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 90).

⁸¹ Sobre a descrença de Gobineau na ideia de um sistema político mais “democrático”, esta passagem de uma de suas cartas ao imperador Dom Pedro II é elucidativa. Segundo o escritor francês: “Vossa Magestade faz-me a honra de me dizer que no

Gobineau, estava na *mélange*, na mistura, na mestiçagem entre grupos, os quais, uma vez mestiçados, acabavam com a virtuosa elaboração racial, oriunda de uma secular hereditariedade pura. Claude Lévi-Strauss salienta que

Não devemos esquecer que Gobineau, a quem a história fez o pai das teorias racistas, não concebia, no entanto, a “desigualdade das raças humanas” de uma maneira quantitativa mas sim qualitativa. Para ele, as grandes raças primitivas que formavam a humanidade nos seus primórdios – branca, amarela, negra – não eram só desiguais em valor absoluto, mas também diversas nas suas aptidões particulares. A tara de degenerescência estava, segundo ele, ligada mais ao fenómeno de mestiçagem do que a posição de cada uma das raças numa escala de valores comum a todas; destinava-se, pois, a atingir toda a humanidade, condenada sem distinção a uma mestiçagem cada vez mais desenvolvida. Mas o pecado original da antropologia consiste na confusão entre a noção puramente biológica da raça (supondo, por outro lado, que, mesmo neste campo limitado, esta noção possa pretender atingir qualquer objetividade, o que a genética moderna contesta) e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas. Bastou a Gobineau ter cometi-

momento de modificar a eleição política no Brasil, muito espera do desenvolvimento da instrução publica. Difficilmente as populações, seja na America, seja na Europa, attingirão o grão elevado de instrução primaria existente na China, na Persia e na India, e não vejo grande proveito que esta diffusão de conhecimentos possa trazer ás populações que a praticam, pelo menos em sua vida politica; quanto ao seu valor moral, é ainda bem mais claro que ella não se fez absolutamente sobresahir, e creio morrerei, como tenho vivido, na mais perfeita convicção de que não ha cousa mais absurda no mundo do que o systema representativo, ou melhor, o factó de consultar e de fazer agir no manejo dos negocios as massas populares, mais ou menos restrictas, mais ou menos numerosas, povo ou burguezia” (Carta do Conde de Gobineau a D. Pedro II, 16 de fevereiro de 1879 apud RAEDERS, Georges (Org.). *Dom Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondencia inedita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 281).

*do este pecado para se ter encerrado no círculo infernal que conduz de um erro intelectual, não excluindo a boa-fé, à legitimação involuntária de todas as tentativas de discriminação e de exploração.*⁸²

Para o Conde de Gobineau, a aceleração do processo de mestiçagem era a manifestação do “castigo da civilização”. O fim dos estamentos sociais e a perda do halo da nobreza, suplantada pela doutrina liberal, passavam a sedimentar-se no mundo que se desenhava: Igualdade, Fraternidade, Liberdade. Segundo o Conde de Gobineau, a perda da diferença no sentido político necessariamente fazia com que fossem perdidas as referências sobre a origem das pessoas, proporcionando um processo de mestiçagem no qual predominariam os instintos das “raças inferiores”, levando assim a civilização ao seu declínio.

Para explicar esse declínio, essa decadência social e étnica da civilização ocidental, Gobineau escreveu seu famoso *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853). Não se tratava de pensar na existência de raças puras, mas nas circunstâncias e na hereditariedade que formavam os indivíduos superiores⁸³. Para ele, de acordo com Hannah Arendt, “a raça e a mistura de raças são os fatores que tudo determinam num indivíduo – e Gobineau não pressupunha a existência de raças ‘puras’ –, é possível encontrar a viabilidade do surgimento de superioridades físicas em qualquer indivíduo, independente de sua situação social do momento, sendo lógico para Gobineau

⁸² LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. São Paulo: Abril, 1976, p. 53.

⁸³ Tzvetan Todorov salienta a ambiguidade das ideias de Gobineau sobre a raça, sendo que sua leitura era antes “estetizante”, vide os juízos sobre os mestiços brasileiros, em geral criticados por sua feiúra, do que “cientificista”. Segundo o autor, “Gobineau crê que ‘o belo é uma ideia absoluta e necessária, que não poderia ter uma aplicação facultativa’; e o belo humano é encarnado pela raça branca” (TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 143).

que todo homem excepcional pertença aos ‘verdadeiros sobreviventes (...) dos merovíngios’, os ‘filhos dos reis’”⁸⁴. Logo, as experiências republicanas diminuam as possibilidades de produzirem-se espécies superiores, crença que o fez imaginar a decadência inexorável da cultura ocidental⁸⁵.

Assim sendo, segundo Todorov, é importante perceber que, para Gobineau, “na ótica da raça, a mistura é uma degradação. Mais, até: toda degradação é o efeito de uma mistura de sangues”⁸⁶. Tendo em vista a interpretação de Gobineau acerca da mestiçagem, faz-se mais clara a repulsa que demonstrou sentir em relação ao Brasil desde o momento em que aqui aportou.

E, é importante frisar, a influência de Gobineau no pensamento europeu não ficou restrita ao século XIX e à euforia cientificista de sua época. A revista *Europe*, por exemplo, no ano de 1923, dedicou-lhe um número especial, com artigos apologeticos que exultam a descoberta da raça. Segundo Hannah Arendt, os melhores exemplos do prestígio do Conde de Gobineau na cultura europeia são o artigo de Clément Serpeille de Gobineau, *Le goblinisme et la pensée moderne*, no qual este autor afirma: “Foi só em [...] meados da guerra que achei que o *Essai sur les races* era inspirado por uma hipótese produtiva, a única que podia explicar certas coisas que estavam acontecendo debaixo dos nossos olhos. [...] Fiquei surpreso ao veri-

⁸⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 204.

⁸⁵ Segundo Hannah Arendt: “Assim, passo a passo, identifiquei a queda do seu próprio castelo com a queda da França, com a queda da civilização ocidental e, finalmente, com toda a humanidade, chegando à descoberta (pela qual foi tão admirado por escritores e biógrafos pósteros) de que a queda das civilizações se deve à degenerescência da raça, e que esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue. Isso implica – logicamente – que, qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba preponderando. Mas essa argumentação, quase lugar-comum no século XIX, encontrou entre os contemporâneos de Gobineau uma outra *idée fixe*, a da sobrevivência dos mais aptos” (ARENDT, op. cit., p. 203).

⁸⁶ TODOROV, op. cit., p. 149.

ficar que esta opinião era quase unânime. Após a guerra, notei que, para quase toda a geração mais moça, as obras de Gobineau haviam se tornado uma revelação”. Ou ainda o artigo do então conhecido escritor e historiador Elie Faure, em um ensaio intitulado *Gobineau et le problème des races*, no qual ele afirma que “Desde que li o *Essai*, sempre que algum conflito perturbava as fontes ocultas de meu ser, sentia como se uma batalha interminável se travasse em minha alma, a batalha entre o negro, o amarelo, os semitas e os arianos”⁸⁷.

O Conde de Gobineau, salvo seu prestígio como pensador, sofreu diversos reveses ao longo de sua vida, principalmente no que diz respeito a sua carreira na diplomacia francesa. Totalmente contra a sua vontade, foi transferido diversas vezes, servindo em várias partes do mundo. No ano de 1868, o conde recebeu a notícia de que seria transferido para o Brasil, o que lhe causou verdadeiro horror. Buscarei analisar nas linhas que seguem algumas das impressões e paradoxos diante dos quais Gobineau foi posto no Brasil, realçando sua visão do país, de seu povo, de seu Imperador e de sua natureza.

1.6 O Conde de Gobineau e o Brasil

No dia 12 de setembro de 1868, o Conde de Gobineau é transferido de seu posto. Suas tentativas de escapar do Brasil e de permanecer em Atenas são em vão. Substituído em seu posto de Ministro dos Assuntos Estrangeiros da França na Grécia, Gobineau segue para a França, onde permanecerá até março de 1869, quando deverá assumir o mesmo cargo no Brasil. Mal chegando às Américas, escreve à sua amiga e confidente Marie Dragoumis, afirmando: “Quando eu tiver dinheiro, elevarei uma estátua ao Inquisidor que

⁸⁷ TODOROV, op. cit., p. 149.

queria queimar esse monstro (Cristóvão Colombo); oh, céus, por que esse homem tão galante não pôde fazê-lo?”⁸⁸. Essa passagem dá ideia da dimensão do desprezo de Gobineau pela América, mais especificamente, pelos americanos.

Logo em sua chegada ao Brasil, Gobineau desenvolve um sentimento ambíguo em relação ao país que lhe acolhia. Por um lado, depara-se com uma natureza esplendorosa, que o encanta⁸⁹; por outro, com um povo que abomina. O fiel da balança em seus sentimentos e demais manifestações acerca do Brasil será a figura de Dom Pedro II.

O Imperador do Brasil aguardava a vinda de Gobineau com ansiedade. A sabida curiosidade intelectual de Dom Pedro II, que chegou a declarar em uma das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em uma frase de impacto, “a sciencia sou eu”⁹⁰, estava desperta com a vinda de Gobineau; tratava-se de uma boa oportunidade para abrir diálogo com um dos mais controvertidos intelectuais da época⁹¹. Logo se tornaram amigos. As visitas de Gobineau ao Palácio de São Cristóvão eram frequentes, em encontros nos quais discutiam a respeito dos mais variados temas, normalmente sobre as últimas tendências da arte. Mesmo após a passagem

⁸⁸ Carta a Marie Dragoumis, 29 de julho de 1869 (apud RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 15).

⁸⁹ Segundo palavras de Gobineau: “A fauna brasileira, ainda pouco conhecida, apresenta grande riqueza e variedade. Nada mais natural. Acabamos de ver a que ponto as condições climáticas favoreceram o desenvolvimento de todas as formas de vida. A extrema abundância de produtos vegetais garante à grande quantidade de herbívoros uma profusão de alimentos praticamente inesgotável; necessariamente, desta base que suaviza sensivelmente *the struggle for life*, surge um desenvolvimento correspondente entre as espécies animais” (GOBINEAU, Conde Joseph-Arthur de. *L’Emigration au Brésil*. Artigo publicado originalmente em *Le Correspondant*, jul. 1873. In: RAEDERS, op. cit., p. 228).

⁹⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1878.

⁹¹ Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

de Gobineau pelo Brasil, até 1882, ano de sua morte, manteve-se entre ambos farta correspondência, que em geral versava sobre arte, literatura, viagens e história, alguns dos assuntos de predileção do Imperador⁹².

Esse fato parece indicar uma boa pista para pensar-se a “benevolência” com que Gobineau sempre descreveu, oficialmente, o Brasil. Chegou mesmo a publicar dois ensaios defendendo o país das acusações que enfrentava por parte de nações europeias que se mostravam descontentes com os rumos que a imigração tomava na América, em especial, no Brasil⁹³. Gobineau exortava os alemães a rumarem para o Brasil, onde encontrariam terras férteis e clima ameno. Em suas palavras,

⁹² Dom Pedro II confidencia a Gobineau seu pouco gosto pelos assuntos da política e seu prazer pela arte. Nas palavras do Imperador: “Nada de grande importância a vos comunicar; pois sabeis a vida que levo, e a política não é para mim, sinão o duro cumprimento de um dever. Sinto-o ainda mais no dia de hoje pois ha 33 annos que carrego a minha cruz. Vosso proximo trabalho deve encantar-me, pois sou um apaixonado pela época da renascença, sobretudo depois de minha viagem á Italia. E o vosso poema sobre a guerra de Chioggia, onde estive tambem para melhor apreciar vossa poesia e o merito do Quadro dos Pescadores de Leopoldo Robert cuja scena está reproduzida com tanta verdade na beira do *San Domenico*. Como ides? Como sois feliz em poder occupar-vos com paixão dessas cousas! Eu, tenho apenas o tempo de fazer justiça ao talento dos outros. Crêde-me quando vos asseguro não ter muitas vezes tempo sinão para dar, a meus olhos sobretudo, o repouso indispensavel. Acabo de receber o Antechristo de Renan, e no entanto não posso ainda entregar-me a elle!” (Carta de D. Pedro II a Gobineau apud RAEDERS (Org.), 1938, p. 127-128).

⁹³ Ambos estão publicados em português, na íntegra, na obra de Georges Raeders *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. O primeiro, datado de 1869, é um relatório entregue ao Ministério das Relações Exteriores de Paris. O segundo, intitulado originalmente “L’Emigration au Brésil”, é um longo ensaio que visa apresentar o Brasil aos europeus pelas tintas de Gobineau; consiste em uma apologia ao Brasil cuja finalidade é atrair imigrantes. Este último foi assim comentado pelo Imperador: “Antes de receber o numero do Correspondant, que vós me enviastes, já tinha lido vosso artigo. Está bem feito e é util ao Brasil. Nelle noto apenas alguns erros de pormenores. Esforçar-me-hei por fazel-o publicar, aqui, em portuguez” (Carta de Dom Pedro II a Gobineau, outubro de 1872 apud RAEDERS, 1938, p. 98).

[...] começava-se a estudar mais de perto e a examinar com mais curiosidade e simpatia as condições que o Brasil pode oferecer aos que pretendem pedir-lhe um futuro. O Brasil parece na verdade ser recomendável muito especialmente à parte mais saudável da emigração, esta que quer obter a prosperidade à qual aspira somente pelo trabalho constante e pelo bom caminho do exercício consciencioso e calmo da liberdade. As colonizações já instaladas no império americano abrem muitas esperanças e legitimam as mais lisonjeiras aspirações. Grandes estabelecimentos alemães nas províncias de Santa Catarina e de Minas Gerais, representando de 40 a 50 mil almas no primeiro caso, de 10 a 15 mil no outro, demonstram, pelo próspero estado em que estão, que os agricultores têm muito a ganhar escolhendo-as para se fixar.⁹⁴

Nas palavras de Gobineau, temos uma dupla operação: de um lado, o Ministro da França faz um elogio ao Brasil, afastando do país “incertezas disseminadas pela opinião pública”⁹⁵, enquanto, de outro, busca atrair ao Brasil a parte “mais saudável” dos colonizadores, ou seja, agricultores interessados em trabalhar, em especial, os alemães, cujos feitos, no Novo Mundo, Gobineau já fizera questão de elogiar em seu relatório enviado ao Ministério das Relações Exteriores na França. Nesse relatório, em relação aos colonos alemães de Minas Gerais, na colônia de Pedro Segundo, mesmo sendo recente, segundo ele, já se evidenciavam “marcas irrefutáveis de real prosperidade”. O Conde de Gobineau salienta que a “população, vinda em parte do Tirol e em parte das Províncias Renanas, estabeleceu-se em casas de madeira, muito limpas, e se compõe de mil emigrantes; parece em condições de manter-se e de crescer rapidamente, a julgar pelo nú-

⁹⁴ GOBINEAU, 1873, p. 220-221.

⁹⁵ GOBINEAU, 1873, p. 221.

mero considerável de crianças nascidas na localidade, e pela saudável e vigorosa aparência que exibem”⁹⁶.

Nesse elogio ao meio nacional, às terras férteis do Brasil, existe um jogo de sentidos. Gobineau elogia o território, a fauna, a flora, o cetro da Casa de Bragança, visando atrair colonizadores para o Brasil. Tem seu foco voltado aos imigrantes alemães e italianos em uma tentativa, pode-se afirmar, de injetar sangue nórdico nessas terras, uma vez que o juízo de Gobineau sobre o povo brasileiro era dos piores. Segundo ele, “salvo o Imperador, não há ninguém neste deserto povoado de malandros”. Para ele, o Imperador do Brasil, com seus traços arianos e sua cultura invulgar, era um solitário neste país. Causa verdadeiro horror ao Conde de Gobineau dar-se conta de que “nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes mais baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto”⁹⁷.

À luz de tal ordem de apreciações por parte do Conde de Gobineau, torna-se possível entender seu interesse em estimular a vinda de imigrantes europeus, arianos. Essa tentativa de eleger um grupo étnico como prioritário para a imigração expressa por Gobineau anuncia uma tendência que se tornaria muito forte na passagem do século XIX às primeiras décadas do século XX: a política eugenista de imigração. A eleição do grupo étnico que deveria entrar no país, como enfatizou Giralda Seyferth, “se faz por critérios de natureza moral e pela suposta incapacidade de produzir num sistema de livre iniciativa. Ou, quando não há uma desqualificação explícita,

⁹⁶ Relatório de Gobineau entregue ao Ministério das Relações Exteriores de Paris em 1869 apud RAEDERS, 1988, p. 207.

⁹⁷ Carta a Caroline de Gobineau, 19 de abril de 1869, apud RAEDERS, 1988, p. 89-90.

o modo como o ‘trabalho livre’ é discutido omite a questão posta pelo fim da escravidão: é como se os descendentes de africanos estivessem simplesmente destinados ao desaparecimento no contexto de uma civilização não escravista⁹⁸. Essas ideias terão diversas consequências práticas, desde toda uma construção simbólica em torno dos grupos étnicos identificados com o trabalho escravo, entendidos como não aptos para a moderna agricultura, até a proibição da entrada de chineses⁹⁹ e africanos no Brasil.

Para além disso, a imagem do Brasil como um país fadado à degeneração por sua composição étnica mestiça¹⁰⁰, corroborada pelas análises de Luiz Agassiz, como se verá a seguir, permanecerá uma questão central da reflexão que irá se produzir no Brasil, principalmente a partir da década de 1870, momento de notável efervescência intelectual. Nesse *métier*, as principais questões estarão ligadas a pensadores que buscaram compreender a singularidade tropical,

⁹⁸ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chôr; SANTOS, Roberto Ventura dos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 46.

⁹⁹ No que tange à proibição da entrada dos chineses no Brasil, são ilustrativas as palavras do abolicionista Joaquim Nabuco. Afirmando que os chineses não eram nem necessários, nem convenientes, ele demonstra o motivo da inconveniência da imigração chinesa: “[...] serão eles convenientes? Não, por muitos motivos; etnologicamente, porque vêm criar um conflito de raças e degradar as existentes no país; economicamente, porque não resolvem o problema da falta de braços; moralmente, porque vêm introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta tôdas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece; politicamente, afinal, porque em vez de ser a libertação do trabalho, não é senão o prolongamento, como até disse o nobre ministro, do triste nível moral que o caracteriza e a continuação ao mesmo tempo da escravidão” (NABUCO, Joaquim. *Imigração Chinesa*. In: _____. *Discursos parlamentares* (1879-1889). São Paulo: Instituto Progresso, 1949, p. 60. v. 11. Coleção Obras Completas de Joaquim Nabuco).

¹⁰⁰ Por muito tempo, impressões como essas, de Gobineau, tornaram-se marca de um óbice para a civilização. Para Gobineau, “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são complexões raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos” (Carta a Caroline de Gobineau, 19 de abril de 1869 apud RAEDERS, 1988, p. 90).

singularidade que, para eles, devido a sua composição étnica, ainda não havia conseguido entrar na marcha da civilização.

1.7 Agassiz ou os filhos do Sol

O biólogo poligenista Luiz Agassiz, um naturalista suíço, que há muito residia nos Estados Unidos, esteve no Brasil em companhia de sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, entre 1865 e 1866. A viagem ao Brasil era um projeto intelectual bastante esperado por Agassiz, uma vez que trabalhou com a coleção de Spix e Martius e via na fauna brasileira uma grande possibilidade de investigação: demonstrar a impossibilidade da teoria da evolução, formulada por Darwin.

O propósito de Agassiz era aliar, em suas teorias, o poligenismo¹⁰¹, ou seja, a ideia de que as raças eram múltiplas e oriundas de várias partes do mundo, criadas separadamente, com o criacionismo. Sua intenção era demonstrar que Deus procedeu à criação em vários momentos, suprimindo regiões nas quais a vida tenha sido destruída com novos espécimes. Como afirma Lorelai Kury,

Para o naturalista, o plano de criação das espécies estabelecido por Deus determinava as leis de organização da Terra. Cada região do planeta concentraria animais, plantas e paisagens que dependiam uns dos outros, formando assim microcosmos com fisionomia

¹⁰¹ Segundo Agassiz, “Por mim, julgo estar demonstrado que, a não ser que se prove que diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não se pode, sem estar em desacordo com os fatos, afirmar a comunidade de origem para todas as variedades da família humana” (AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865 e 1866*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1975, p. 165).

*própria. Mas, além destas particularidades, Deus, em suas criações sucessivas, estabeleceu um plano para o mundo.*¹⁰²

Na economia da obra, todavia, podemos perceber uma preocupação recorrente por parte de Luiz Agassiz (assim como nas intervenções de Elizabeth Cary Agassiz, que acrescentou várias observações de seu punho à *Viagem pelo Brasil*) em entrecortar suas observações zoológicas com pequenas análises de cunho etnográfico, nas quais busca contrastar a cultura brasileira com a norte-americana, bem como momentos em que o autor, ao falar dos afrodescendentes com os quais se encontrou no Brasil, esboça suas posições sobre a mestiçagem e sobre os africanos, deixando claro o desprezo que nutria pela forma que o contato entre brancos e negros se dava no Brasil. A descrição a seguir nos permite algumas observações interessantes nesse sentido. Agassiz, em uma caminhada pelo Rio de Janeiro, no momento do crepúsculo, ocupou-se em analisar as danças de um grupo de escravos. Segundo o autor,

[...] os negros continuavam sua dança ao clarão da grande fogueira. De tempo em tempo, quando sua excitação atingia o mais alto grau, atizavam as chamas, que projetavam estranhos e vivos clarões sobre o grupo selvagem. Não podemos ver estes corpos robustos, seminus, essas fisionomias desinteligentes sem formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz todas as vezes que nos encontramos na presença da raça negra: “Que fará essa gente do Dom precioso da liberdade?” O único meio de pôr termo às perplexidades que nos então assaltam é pensar nas consequências do contato dos negros com os brancos. Pense-se o que quiser dos negros e

¹⁰² KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na *Viagem ao Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001, p. 161.

*da escravidão, sua perniciosa influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém.*¹⁰³

A tarefa de acusar o etnocentrismo dessa passagem, por si só, seria demasiado simples e explicaria pouco sobre o que subjaz às palavras de Agassiz. As imagens estigmatizantes que Agassiz, de forma sinuosa, constrói acerca dos escravos que ele encontra dançando em torno de uma fogueira são interessantes: a descrição da dança, do crescente estado de excitação dos corpos e da provocação do fogo remete à ideia de ritos tribais, “pré-civilizados” e “bárbaros”¹⁰⁴. No choque entre civilização e barbárie, Agassiz busca formar uma imagética bárbara dos escravos, presente no imaginário oitocentista sobre o africano. A incapacidade de pensar a diferença, em um olhar que busca racionalizá-la como fator de degeneração, torna a tarefa de pensar a Ibero-América uma barreira praticamente intransponível.

O caráter tribal, selvagem, atribuído aos afrodescendentes encontrados por Agassiz também parece ser mais a projeção do que Agassiz desejava ver do que propriamente a dinâmica nova que se instaurava no Brasil de fins do século XVIII e do século XIX. Para

¹⁰³ AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 45.

¹⁰⁴ É interessante ater-se ao uso sugestivamente estético do fogo e da dança, esta descrita como um ritual em torno daquele. O fogo, dentre os elementos, é talvez o que atraiu o maior número de simbologias e lendas. Para Gaston Bachelard, o fogo faz parte de lembranças imperecíveis, o que possibilita pensá-lo nos mais variados domínios. Para Bachelard: “Se tudo o que muda lentamente se explica pela vida, tudo o que muda velozmente se explica pelo fogo. O fogo é ultravivo. O fogo é íntimo e universal. Vive em nosso coração. Vive no céu. Sobe das profundezas da substância e se oferece como um amor. Torna a descer à matéria e se oculta, lentamente, contido como o ódio e a vingança. Dentre todos os fenômenos, é realmente o único capaz de receber tão nitidamente as duas valorizações contrárias: o bem e o mal. Ele brilha no Paraíso, abrasa no inferno. É doçura e tortura. Cozinha e apocalipse. É prazer para a criança sentada ajuizadamente junto à lareira; castiga, no entanto, toda desobediência quando se quer brincar demasiado de perto com as suas chamas. O fogo é bem-estar e respeito. É um deus tutelar e terrível, bom e mau. Pode contradizer-se, por isso é um dos princípios de explicação universal” (BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 11-12).

Gilberto Freyre, esse período, que se caracteriza pela transição do patriarcalismo rural para o patriarcalismo urbano, da casa grande para o sobrado, da senzala para os mucambos, foi marcado por múltiplas temporalidades, rumando, paulatinamente, a um *modus vivendi* urbano. Logo, esses afrodescendentes descritos por Agassiz não eram elementos tribais, mas sim os pioneiros da ainda incipiente urbanização brasileira. Se “o patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua”¹⁰⁵, o domínio da rua foi dos afrodescendentes, dos capoeiras, dos escravos de ganho¹⁰⁶.

Gilberto Freyre percebe, nesse período de transição, a formação de uma lógica cultural urbana que começava a ser esboçada no momento em que a cidade passava a se desenvolver de uma forma nova, aderindo a uma estética urbana e a uma nova dinâmica social que se impunha¹⁰⁷. Logo, essa pretensa barbárie que Agassiz visava demonstrar pode ser ligada muito mais a ancestralidades atávicas, as quais faziam parte de seu repertório de estereótipos, do que ao *modus vivendi* desses afrodescendentes.

¹⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961, p. 34.

¹⁰⁶ O domínio da rua, a vida na urbe que se formava era, nas palavras de Gilberto Freyre, dos cativos, mulatos e ex-escravos. Segundo o ensaísta pernambucano: “Às vezes havia negro navalhado; muleque com os intestinos de fora que uma rede branca vinha buscar (as rédes vermelhas eram para os feridos; as brancas para os mortos). Porque as procissões com banda de música tornaram-se ponto de encontro dos *capoeiras*, curioso tipo de negro ou mulato de cidade, correspondendo aos *capangas* e *cabras* dos engenhos. O forte do capoeira era a navalha ou a faca de ponta; sua gabolice, a do pixaim penteado em trunfa, a da sandália na ponta do pé quase de dançarino e a do modo desengonçado de andar. A capoeiragem incluía, além disso, uma série de passos difíceis e de agilidades quase incríveis de corpo, nas quais o malandro de rua se iniciava como que maçonicamente” (Ibidem, p. 43-44).

¹⁰⁷ Não se trata aqui de afirmar que o Brasil se urbaniza apenas no século XIX, mas de propor que as alterações mais profundas no *modus vivendi* do brasileiro podem ser sentidas mais fortemente ao longo do século XIX. Para uma interpretação sobre o papel da cidade colonial no Brasil, cf. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. *A cidade colonial brasileira*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

Todavia, para além dessa questão, encontra-se nessa passagem uma penetrante consideração de Agassiz, que remete a uma interessante temática, bastante discutida entre os críticos do oitocentos surgidos a partir da Geração de 1870: as heranças da convivência dos europeus com os escravos. A proposta de Agassiz, ao questionar-se sobre a abolição, quando especula o que os africanos fariam com sua liberdade, tem como fiel da balança a questão central: a contaminação, racial e moral, exercida pelos escravos sobre os seus senhores. Dessa forma, Agassiz antecipa – claramente tendo em vista outra plataforma intelectual, a qual há de levá-lo a outras conclusões – a mestiçagem como vista por Sílvio Romero, ou seja, a mestiçagem que se insinua não só no sangue como no espírito¹⁰⁸. Em suas viagens pelo Alto Amazonas, Agassiz dedica-se a algumas observações sobre os modos de vida das populações locais, deixando, destarte, mais clara sua visão sobre essa mestiçagem, ao afirmar que lá se:

Apresenta o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho de uma raça inferior, de uma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. Nas povoações do Solimões, as pessoas consideradas como da aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, iludem-no e embrutecem-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos. É em vão que a lei sempre tem proibido reduzir o índio à escravidão; burlam-na na prática e

¹⁰⁸ A obra de Agassiz, de resto, faz parte das bases sobre as quais Romero erigiu sua obra. O crítico pernambucano menciona Agassiz em diversas passagens de obras, como a sua *História da literatura brasileira*, buscando endossar análises e conclusões do naturalista suíço. Declara-se poligenista, ao afirmar: “Eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littre e Broca. Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva” (ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. v. 1, p. 107).

*instituem uma servidão que põe essa gente numa dependência tão absoluta do senhor como se houvesse sido comprada ou vendida.*¹⁰⁹

E completa, afirmando que “os norte-americanos e os ingleses poderão ser bem sórdidos em suas transações com os naturais do país; o tráfico de ‘peles azuis’ não lhes deixou certamente as mãos limpas, mas não quereriam degradar ao nível dos índios como o fazem os portugueses; não se abaxariam a adotar-lhes os costumes”¹¹⁰. Para escândalo de Agassiz, os “homens brancos” que ele encontra no Brasil não apresentam, em sua maioria, o ideal de pureza por ele desejado. Escapava à sua capacidade de compreensão, mais do que isso, à sua capacidade de aceitação, o sistema culturalmente híbrido que se formava no Brasil. Agassiz trazia consigo a ideia de pureza, de essência, presente nas bases do cientificismo, em especial na biologia. Chocava-se tanto com a pele negra que “se divide sob o olhar racista, deslocada em signos de bestialidade, de genitália, do grotesco, que revelam o mito fóbico do corpo branco inteiro, não diferenciado”¹¹¹, quanto com os homens que, mesmo aparentemente “brancos”, logo, em relação a ele, seus “iguais”, apresentavam-se radicalmente “outros”, uma vez que mais próximos dos negros.

Não se trata, obviamente, de um desconhecimento ou de uma total falta de contato com africanos por parte do biólogo suíço. Morando há duas décadas nos Estados Unidos, uma sociedade colonial, cuja presença de escravos africanos era também relevante, Agassiz já havia inclusive feito algumas observações sobre a “questão racial” naquele país¹¹². Todavia, diferentemente dos Estados Unidos,

¹⁰⁹ AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 154.

¹¹⁰ AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 154.

¹¹¹ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 138.

¹¹² “Foi em Filadélfia que tive pela primeira vez um contato prolongado com os negros; todos os empregados de meu hotel eram homens de cor. Mal posso lhe expressar a dolorosa impressão que experimentei, particularmente porque a sensação

Agassiz encontrou no Brasil uma forma inusitada de convivência com a diferença, uma socialidade nova, onde a mistura, o excesso e a indefinição desafiavam os modelos normativos de compreensão da “realidade”. Agassiz experencia, assim como outros intelectuais, o desalojamento e o consequente desconforto daquilo que Mary Louise Pratt chama de “zona de contato”.

O discurso colonial, do qual Agassiz é importante representante, caracteriza-se enquanto relato científico como vontade de verdade e, igualmente, baseia-se em elementos mítico-subjetivos, em um processo de construção narrativa do Outro fundamentalmente imagético. A figura do africano emerge nesse discurso em meio a um complexo jogo de sensações de prazer e desprazer, aceitação e recusa. O discurso colonial, assim, é sempre inscrito na vertigem, no limite não facilmente situável do discurso racionalizado e do discurso mítico. Estão postas em cena a ambiguidade de uma relação estabelecida entre o mesmo e o Outro em que esse dualismo, tornado consciente, torna-se dualidade, como aponta Gilbert Durand, sendo que, nesse caso, cada um dos dualistas passa a necessitar do outro¹¹³.

que eles me inspiraram vai contra todas nossas idéias a respeito da confraternização de todo tipo [*genre*] de homens e da origem única de nossa espécie. Mas a verdade deve estar acima de tudo. Não obstante, senti piedade à vista dessa raça degradada e degenerada, e tive compaixão por seu destino ao pensar que se tratava realmente de homens. Contudo, é-me impossível reprimir a impressão de que eles não são feitos do mesmo sangue que nós. Ao ver suas faces negras com lábios grossos e dentes disformes, a carapinha de suas cabeças, seus joelhos torcidos, suas mãos alongadas, suas grandes unhas curvas, e principalmente a cor lívida da palma de suas mãos, não pude deixar de cravar meus olhos em seus rostos para mandá-los se conservarem à distância. E, quando estendiam aquelas mãos horrendas em direção ao meu prato a fim de me servir, desejei ter a coragem de me levantar e sair à procura de um pedaço de pão em qualquer outro lugar, em vez de jantar servido por gente como essa. Que desgraça para a raça branca ter ligado sua existência tão intimamente à dos negros em certos países! Que Deus nos livre desse contato!” (Carta de Luiz Agassiz para sua mãe, datada de 1846 apud GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 32-33).

¹¹³ DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 2001, p. 83.

Essa complexa teia de sentidos conferidos pelo discurso da construção do sujeito colonial articula, necessariamente, as diferenças raciais e sexuais em uma narrativa da experiência colonial em que o signo da ambiguidade se inscreve de forma marcante, sendo, da mesma forma, espaço privilegiado para a construção de narrativas identitárias¹¹⁴. Segundo Homi Bhabha, ler essa narrativa sobre a diferença meramente do ponto de vista normativo, ou seja, condenando o etnocentrismo declarado dos juízos sobre a diferença, empobreceria a análise, privando-a de explorar questões que não se circunscrevem, por exemplo, ao binômio saber/poder. Compreender o discurso colonial tendo em vista a ambiguidade própria à sua estrutura narrativa permite que ele seja apreendido no cruzamento da racionalização científica com o imaginário ocidental sobre a barbárie, cujas projeções, não raro fantasiosas, povoam as construções narrativas sobre o Outro colonial. Esse discurso ressignifica elementos como a selvageria, a luxúria, o canibalismo e a barbárie, presentes de formas diversas nas narrativas sobre a diferença, colocada em termos raciais/culturais, desde o início da colonização do Novo Mundo¹¹⁵. O olhar civilizado, ao deparar-se com a diferença, no caso, os povos

¹¹⁴ Esses encontros de ambiguidades, de experiências diversas atravessadas por perspectivas teóricas que dela exigem o trabalho de tradução conceitual, são postos em prática no projeto moderno de dar uma sentido homogêneo à “história da nação”, construída, assim, em um processo narrativo. Para Bhabha, “Os fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação” (BHABHA, 1988, p. 207).

¹¹⁵ Ibidem, p. 114.

por eles tidos como inferiores, radicaliza a diferença, justificando sua ação sobre ela e buscando homogeneizá-la.

Destarte, Agassiz e Gobineau marcam algumas gerações de pensadores brasileiros, principalmente devido a sua denúncia da mestiçagem, seja ela racial (a qual terá amplo predomínio sobre os debates acerca da construção da “identidade nacional”) ou cultural¹¹⁶. Para eles, no Brasil, era mister acabar com o sistema escravista, dada a dimensão que aqui alcançara o “cruzamento racial”, apontando até mesmo para o risco de um processo de esterilização do povo brasileiro. Sobre esse processo, Agassiz afirmou, de maneira categórica, que o “resultado de ininterruptas alianças entre mestiços é uma classe de pessoas em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas”. Esse processo, levado adiante, traria consigo um grupo de “bastardos tão repulsivos quanto os cães amastinados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado”¹¹⁷.

Da mesma forma, Gobineau colocava em xeque o devir da nação brasileira. O asco demonstrado pela população mestiça e, logo,

¹¹⁶ Trato como mestiçagem cultural a constatação, angustiosa para Agassiz, de que os portugueses como colonizadores não foram suficientemente eficazes em impor sua cultura aos povos aos quais chamava de inferiores, tendo como agravante o fato de perceber que os lusos adotavam costumes autóctones e africanos. Em suas palavras: “Não somente a população branca é muito escassa para corresponder à tarefa que tem diante de si, como essa população não é menos pobre em qualidade do que reduzida em quantidade. Apresenta o singular fenômeno de uma raça superior recebendo o cunho de uma raça inferior, de uma classe civilizada adotando os hábitos e rebaixando-se ao nível dos selvagens. Nas povoações do Solimões, as pessoas consideradas como da aristocracia local, a aristocracia branca, exploram a ignorância do índio, iludem-no e embrutecem-no, mas tomam não obstante os seus hábitos e, como ele, sentam-se no chão e comem com as mãos” (AGASSIZ; AGASSIZ, 1975, p. 154).

¹¹⁷ Ibidem, p. 184.

bastarda e degenerada, era de igual dimensão à admiração que nutria pela natureza exuberante da nação. De sua estadia no país guardou como única boa recordação as conversas mantidas com o Imperador. Sua admiração por D. Pedro II e seu fascínio pela natureza tropical eram tamanhos que, como demonstrei acima, buscou propor uma substituição do povo brasileiro, a qual seria, aos seus olhos, a aceleração de um processo natural de desaparecimento de uma raça inferior quando uma superior, em sua proposta, a ariana, passasse a ocupar o território brasileiro.

Gobineau e Agassiz, como visei demonstrar, deram visibilidade a uma questão em torno da qual se articularão os pensadores brasileiros, em especial aqueles pertencentes às gerações posteriores a 1870, ligados à *Escola de Recife* e à *Escola Nina Rodrigues*: a mestiçagem, logo a questão racial e, consequentemente, a viabilidade da nação que eles projetavam. Ecos das teorias e impressões dos dois pensadores se fariam perceber ainda por décadas na cultura brasileira, seja pela condenação da mistura racial que compunha o país, seja pela busca de uma solução que criasse um novo povo para habitar a nação tropical, cuja natureza exuberante não merecia ser habitada por um povo degenerado.

2 CONTATOS

Todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias.

Silvio Romero

Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos.

Laurindo Leão

Finalizei o capítulo anterior buscando demonstrar como, na formação das bases do que se poderia chamar “racismo científico”, a problemática da singularidade do Novo Mundo se impunha como um óbice às reflexões que objetivaram categorizar aquilo que viajantes-cientistas presenciavam em terras distantes das suas. As lógicas mestiças de pensamento e os padrões culturais e morais dos trópicos eram um desafio aos modelos de interpretação da realidade trazidos pelos observadores, os quais viveram a experiência liminar entre-mundos. Isso significa que eles viveram o espaço de tradução, postos diante do impasse de depararem-se com uma realidade social e cultural, a qual não conseguiam açambarcar com seus esquemas culturais. Diante desse desafio, propuseram uma volta a algo que en-

tendiam ser uma essência perdida, deturpada tanto pelo intercuro sexual quanto pela interpenetração cultural. A diferença, escândalo dessa ordem de racionalidades, devia ser suprimida.

Esse desafio, ao qual as análises de Agassiz e Gobineau dão visibilidade de forma bastante instigante, precisava ser assimilado pela intelectualidade brasileira. A entrada das tendências científicas de interpretação da “questão racial” no Brasil oitocentista será objeto de análise ao longo deste capítulo. Visar-se-á perceber algumas das estratégias de recepção das novas plataformas intelectuais que entraram em choque nas acirradas disputas pela identidade nacional, principalmente a partir da década de 1870, período marcado pela importância da Escola do Recife, um pouco mais tarde seguida pela Escola Baiana de Medicina¹¹⁸.

Autores clássicos como Nelson Werneck Sodré, Dante Moreira Leite e Roberto Schwarz visaram, nos anos de 1960 e 1970, analisar alguns aspectos dessas ideias, compreendendo seus nexos com a cultura brasileira. Para o historiador marxista Nelson Werneck Sodré, a introdução de concepções de cunho racista na interpretação da cultura brasileira era motivada por um servilismo das elites intelectuais locais em relação à ideologia imperialista. Segundo Sodré, as teorias racistas e climatéricas como as de Sílvio Romero e Euclides da Cunha eram expressões desenraizadas de uma justificativa ideológica da dominação estrangeira¹¹⁹.

Para Dante Moreira Leite, esse processo seria a integração de um conjunto de ideias alienígenas. Pode-se ainda observar, em

¹¹⁸ Nesse período, fez-se notar um grande florescimento de estudos sobre a composição étnica dos brasileiros e dos contatos das culturas que aqui se encontravam. Como asseverou Mariza Corrêa, “antes de termos tido antropólogos diplomados, tivemos então intelectuais que se preocuparam com uma antropologia do brasileiro” (CORRÊA, 1998, p. 40).

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

sua análise, um dado importante para toda a reflexão sobre o século XIX: a noção, partilhada por Nelson Werneck Sodré, de que o mito das raças impede a possibilidade de se analisar a complexidade e a singularidade da incorporação de tais conceitos no Brasil oitocentista. Ao tecer sua análise sobre a obra de Sílvio Romero, por exemplo, busca nela elementos de contradição e “atraso”, seguindo assim critérios adotados pelos estudos que lhe eram coetâneos e ignorando as estruturas lógicas próprias aos intelectuais oitocentistas¹²⁰.

Dentre estes, todavia, o que se torna mais marcante, pela força que a tese por ele sistematizada passará a ter nos anos de 1970, é Roberto Schwarz. Em sua obra *Ao vencedor as batatas*, Schwarz analisa a contradição, expressa nas representações de personagens negras nos romances do século XIX, entre o liberalismo e a escravidão, como uma contradição indissolúvel na cultura brasileira da época. Para o crítico paulista, por “sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das idéias liberais”, uma vez que, em sua compreensão, ambas não poderiam coexistir.

Essa compreensão parte do pressuposto de que as ideias são importadas de forma servil e acrítica, logo, descontextualizada, mimesis de ideias em um ambiente a elas hostil. Essa interpretação, assim como a de Dante Moreira Leite e de Werneck Sodré, todavia, fica comprometida à medida que desconsidera a peculiaridade da incorporação dessas concepções no Brasil, ao colocar em destaque a contradição de sua importação e aplicação e deixar de lado a “*negociação*”¹²¹ e ressignificação pelas quais passam ao serem pensadas aqui.

¹²⁰ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1984.

¹²¹ Expressão utilizada por Homi Bhabha, para caracterizar a criação de um olhar novo à medida que esses processos de incorporação/ressignificação de ideias se dão. Segundo ele: “Com a palavra negociação, tento chamar a atenção para a estrutura de iteração que embasa os movimentos políticos que tentam articular elementos antagonônicos e oposicionais sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da

Segundo Roberto Ventura, essas plataformas intelectuais se enquadravam nos interesses locais, ao passo que eram reelaboradas por grupos de pensadores nacionais que se filiavam a amplas correntes de pensamento ocidental. A incorporação dessas propostas de explicações raciológicas pela *intelligentsia* local, ao contrário do proposto por Schwarz, dava-se de forma seletiva e plenamente instrumentalizada. Para Roberto Ventura, o “racismo científico assumiu uma função interna, não coincidente com os interesses imperialistas, e se transformou em um instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior”¹²². Partir do pressuposto de que as ideias precisam de condições ideais para se manifestarem plenamente, sem contradições internas à sua estrutura de pensamento, é partir de um pressuposto essencialista e dependente de correspondência, lógica que foi criticada, entre outros, por Homi Bhabha, o qual aponta justamente para as composições híbridas, construídas no espaço liminar do discurso colonial ou pós-colonial.

Assim sendo, a intelectualidade brasileira verás, a partir de 1870, um complexo jogo de sentidos com os conceitos de raça e nação, colocando em xeque a identidade nacional na busca do brasileiro essencial, da ontologia do tipo nacional, em um processo que se dá enquanto negação, ao olhar para o país pela falta, pelo que deveria ser. Esse movimento traz, já no oitocentos, um projeto de intervenção social, levado a cabo com mais força, em especial na década de

transcendência. A temporalidade da negociação ou tradução, como eu a esbocei, tem duas vantagens principais. Primeiro, ela reconhece a ligação histórica entre o sujeito e o objeto da crítica, de modo que não possa haver uma oposição simplista, essencialista, entre a falsa concepção ideológica e a verdade revolucionária” (BHABHA, 1988, p. 52).

¹²² VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 60.

1910, pelos intelectuais médicos, ainda, em vários aspectos, caudatários das bases lançadas por homens de ideias como Silvio Romero, Araripe Júnior, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Segundo Mariza Corrêa,

*Definindo-se como observadores da realidade nacional, e como seus críticos imparciais, os intelectuais brasileiros desse período ao mesmo tempo que definem o restante da população como seus objetos privilegiados de análise, se constituem também como categoria social. E de certa forma se separam da sociedade em que viviam, ao elegerem a raça como primeiro critério de nacionalidade, num processo que alguém já chamou de esquizofrênico. Esquizofrênico ou paradoxal, o resultado da escolha não dependeu inteiramente do que desejassem os intelectuais: vivendo num contexto social que a ciência dominante da época definia como incompatível com a 'civilização' ou condição de cidadãos dessa nação e de membros daquele universo científico, tornava-se difícil escapar à ambigüidade.*¹²³

Os olhares, ambíguos, em muitos casos, profundamente lúgubres, em outros, partiram da investigação das origens étnicas dos brasileiros, buscando nela e no clima tropical a compreensão das causas do atraso nacional em relação aos países europeus. Para Sílvio Romero, “A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo”. O crítico sergipano aponta para a “mistura brasileira” como o ponto de partida para a

¹²³ CORRÊA, 1998, p. 31-32.

compreensão do Brasil, pois, ainda segundo Romero, a história do Brasil é “antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. *Todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias*”¹²⁴.

Assim sendo, Romero parte do princípio de que no Brasil se vivia a formação de um povo novo, composto, fundamentalmente, por três raças – índios, africanos e portugueses – e, em menor escala, por alemães e italianos. Toda a sua especulação sobre a história do Brasil e suas manifestações culturais giraram em torno das contribuições étnicas e culturais da mestiçagem, por ele entendida como um processo que se manifesta em costumes, lendas e folclore e na constituição física do povo. Sua leitura da mestiçagem, baseada na literatura biológica corrente, já aponta para a negociação em sua incorporação às reflexões sobre o Brasil. Antonio Candido, na passagem que segue, indicou as inovações que Romero trouxe às teorias de Gobineau sobre a mestiçagem. Segundo Candido,

Silvio Romero sentiu, naturalmente, o quanto poderia ser operativa no Brasil uma teoria da civilização como mestiçagem e efetuou uma adaptação. Manteve a idéia de desigualdade mas, colocando-se de certo modo no ângulo de um povo colonizado, deu realce implicitamente à elevação das raças “inferiores” (índio e negro) por meio da mistura com o branco, que julgava nobilizante; e profetizou o predomínio deste no aspecto das pessoas, num futuro remoto mas garantido de estabilização. Ou seja, um modo de ver relativamente otimista, dentro dessa ordem de idéias. Aceitando, segundo Gobineau, que a maior ou menor qualidade dos povos e grupos sociais depende da maior ou menor parcela de sangue ariano que contém, ele deu feição sistemática a um dos preconceitos defensivos

¹²⁴ ROMERO, 1960, p. 54, grifo nosso.

*mais correntes do brasileiro médio, expresso na idéia de “melhorar a raça”, isto é, ficar mais claro. Para ele, o Brasil só encontraria maturidade quando a fusão produzisse um tipo homogêneo de aspecto branco; e este foi o seu modo de harmonizar a lucidez da visão com o império do prejuízo pseudo-científico dominante em seu tempo.*¹²⁵

Em vez de pensar a mestiçagem como um processo que conduziria o brasileiro necessariamente à ruína, como busquei demonstrar no pensamento de Agassiz e Gobineau, Sílvio Romero entende a mestiçagem como a saída para a construção do brasileiro como um povo fortalecido étnica e culturalmente, pois, para Romero, “O mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação nacional”. Ele ressalta, porém, que não visa afirmar “que constituiremos uma *nação* de *mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro”¹²⁶.

Para Romero, a “raça branca”, no intercuro sexual com as duas “raças inferiores”, em um processo adaptativo, delas obtinha condições físicas de enfrentar os rigores do clima tropical. Todavia, no ápice do processo de mistura, chegar-se-ia a um tipo mestiço em que as características do branco prevaleceriam. Para Romero,

A nossa tese, pois, é que a vitória definitiva na luta pela vida e pela civilização, entre nós, pertencerá no futuro ao branco; mas que este, para esta mesma vitória, atentas as agruras do clima,

¹²⁵ CANDIDO, Antonio. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978, p. XXI.

¹²⁶ ROMERO, op. cit., p. 120.

tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com quem tem mais cruzado.

Pela seleção natural, todavia, depois de apoderado do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro lado a imigração européia.¹²⁷

Romero expõe, assim, a teoria do branqueamento¹²⁸, depois retomada por J. B. Lacerda¹²⁹. Nesse sentido, é possível perceber como Romero, ao partir do ponto sobre o Brasil mais marcante e exaustivamente realçado, a mestiçagem, faz uma inversão de sentido, dotando-a de positividade transformadora: a mestiçagem enquanto elemento constitutivo da brasilidade. A ênfase na invenção da brasilidade feita por Romero é posta na raça, tendo o meio como um fator importante, todavia secundário¹³⁰.

¹²⁷ ROMERO, Sílvio. *Contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Landy, 2000, p. 33.

¹²⁸ É mister frisar que a teoria do branqueamento já era algo divulgado na cultura brasileira de forma assistemática, fora de um sistema maior de ideias biológicas. Cito, por exemplo, Raymundo José de Souza Gayoso, o qual, em seu compêndio histórico político da lavoura no Maranhão de 1818, apresentava uma tabela de misturas raciais, afirmando que: “1 branco com negra produz mulato, metade branco, metade preto; 1 branco com uma mulata produz quartão, três quartos branco e um quarto negro; 1 branco com uma quartão produz outão, 7/8 branco e 1/8 negro; 1 branco com uma outona produz branco, inteiramente branco” (GAYOSO, Raymundo José de Souza. *Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura no Maranhão*. Paris, 1818 apud FREYRE, 1961, p. 633).

¹²⁹ LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

¹³⁰ Entre outras leituras possíveis, ver a polêmica aberta por Sílvio Romero, defensor da primazia da raça contra José Veríssimo, defensor do meio como fator determinante, em: ROMERO, Sílvio. *Autores brasileiros*. São Paulo: Imago, 2001. Destaco o capítulo, originalmente um opúsculo, “Zeverissimações ineptas da crítica”.

Outras tendências de interpretação do Brasil, surgidas em meio ao “bando de ideias novas” que invadiu o país a partir de 1870¹³¹, depositam no meio, em primeiro plano, o fator determinante da constituição dos brasileiros. O crítico Araripe Júnior, inspirado nos escritos de Ferdinand Denis¹³², autor da primeira história da literatura brasileira, cunhou o conceito de “obnubilação brasílica”¹³³.

¹³¹ “Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos; hoje que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola de Recife” (ROMERO, 2001, p. 9).

¹³² O francês Ferdinand Denis foi o primeiro a escrever sobre a literatura brasileira, analisando-a como algo independente da literatura portuguesa, em seu *Resumo da história literária do Brasil*, publicado em 1826. Guilhermino Cesar, que assina a tradução da obra para o português, buscou realçar a importância de Denis para as novas gerações de intelectuais. Segundo Cesar, em um “meio intelectual carente de guias, como o do nosso país durante o Primeiro Reinado, a voz do estudioso francês repercutiu imediata e intensamente. Era alguém que falava – um europeu de Paris – convidando-nos ao conhecimento aprofundado da terra, chamando-nos a visitar a floresta, a conhecer hábitos e lendas do aborígene, a estudar-lhe a literatura oral, a recriar velhas sagas por acaso existentes na sociedade imatura dos Trópicos” (CESAR, Guilhermino. A primeira história literária do Brasil e seu autor. In: DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968, p. 11-12).

¹³³ O conceito “obnubilação brasílica” foi cunhado por Araripe Júnior, inspirado nas teorizações de Denis sobre o papel do meio, em especial, na formação cultural, as quais foram elaboradas, segundo Guilhermino Cesar, com base nos estudos de Humboldt, sob a perspectiva de sua “lente naturalista”. Denis construiu essas teorias por ocasião de sua permanência no Brasil, entre 1816 e 1819. Araripe Júnior assim se expressou acerca do conceito de “obnubilação brasílica”: “A esse fenômeno, durante o qual, como se vê, adelgaçaram-se, atenuaram-se tôdas as camadas de hábitos que subordinavam o homem à civilização, abriu-se uma fenda na estratificação da natureza civilizada, para dar passagem à poderosa influência do ambiente primitivo; a esse fenômeno, que se acentua a cada passo no movimento da vida colonial ou aventureira do século XVI, poder-se-ia dar o nome de *obnubilação brasílica*, e, sem dúvida, sôbre ele basear-se tôda a teoria histórica daquela época indecisa” (ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Literatura Brasileira*. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. v. I (1868-1887), p. 497).

Para ele, o meio tropical era o fator de corrupção das formas corretas e rígidas, próprias aos países europeus. Para Araripe, as pressões do clima levavam os autores a abandonar os rigores estilísticos europeus, adotando o “sensualismo” e a “nervosidade”, características do “estilo tropical”, desses homens que vivem abaixo da Linha do Equador, entregues ao sol, aos vapores das águas, à agitação da natureza. Na crítica de Araripe, articula-se uma construção da ideia de tropicalidade como o fator distintivo da brasilidade. Em tais condições, as tropicais, não há, para Araripe, correção e frieza que resistam. Segundo o crítico,

*O tropical não pode ser correto. A correção é o fruto da paciência e dos países frios; nos países quentes, a atenção é intermitente. Aqui, aonde os frutos amadurecem em horas, aonde a mulher rebenta em prantos histéricos aos 10 anos, aonde a vegetação cresce e salta à vista, aonde a vida é uma orgia de viço, aonde tudo é extremoso, e extremados os fenômenos; aqui, aonde o homem sensualiza-se até com o contato do ar e o genesismo terrestre assume proporções enormes, vibrando eletricidade, que em certas ocasiões parece envolver toda a região circundante em um amplexo único, fulminante, – compreende-se que fôra de todas as coisas a mais irrisória pôr peias à expressão nativa e regular o ritmo da palavra pelo diapasão estreito da retórica civilizada, mas muito menos expansiva.*¹³⁴

A ideia de que a singularidade tropical, vista em geral como degeneração pelos paradigmas raciológicos e mesológicos caros à ciência do último quartel do século XIX, deveria ser buscada na compreensão da raça e do clima se tornou ponto de partida domi-

¹³⁴ COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960. v. II (1888-1894), p. 70.

nante das reflexões sobre o Brasil. No supracitado artigo de Araripe Júnior, há justamente o movimento de buscar compreender o estilo de Aluísio de Azevedo. Naturalista, o estilo de Azevedo seria uma corrupção daquele criado pelo autor de *Thérèse Raquin*, corrupção provocada, segundo Araripe, pela diferença do meio – Brasil, e não mais França.

Preocupações com a raça e o meio serão, além disso, alvo de romancistas naturalistas brasileiros, como é o caso de Aluísio de Azevedo e Adolfo Caminha, por exemplo¹³⁵. Em *O cortiço*, Azevedo apresenta a lenta corrupção do português Jerônimo, o qual, ao aportar no Brasil, traz consigo o gosto pelo labor, a força e a predisposição de enfrentar seu destino. Porém, ao se estabelecer nos trópicos, junta-se à mulata Rita, renega o fado pelo samba e, abasileirando-se, torna-se lasso, amolecido pelo clima e pela sensualidade da sua mulata. Na trama de Azevedo, a “raça inferior” e o clima acabam com as virtudes do branco que entra em contato com essa realidade, não raro traçada como brutal em sua narrativa sobre a vida em um cortiço carioca, cortiço que surge como a geração espontânea, descrita com traços grotescos. Segundo Azevedo, “naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, e esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma

¹³⁵ Roger Bastide, em seu estudo *Estereótipos de negros na literatura brasileira*, nos apresenta alguns dos estereótipos mais comuns em relação aos negros e/ou mulatos nas obras do período realista/naturalista. Sintetizando as principais linhas norteadoras do discurso da estereotipização, Bastide aponta as seguintes: o negro bom (estereótipo da submissão); o negro ruim (estereótipo da crueldade nativa e da sexualidade sem freios); o africano (estereótipo da feiúra física, da brutalidade rude e da feitiçaria e da superstição); o crioulo (estereótipo da astúcia, da habilidade e do servilismo enganador); o mulato livre (estereótipo da vaidade pretenciosa e ridícula); a crioula ou a mulata (estereótipo da volúpia). (BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros na literatura brasileira. In: _____. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983. p. 113-128.)

geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco”¹³⁶.

Em *Bom-crioulo*¹³⁷, Adolfo Caminha, autor relativamente esquecido quando o tema é o naturalismo brasileiro¹³⁸, constrói um enredo em torno da ligação homossexual de Amaro, o “bom crioulo” que dá o nome ao livro, e o jovem grumete Aleixo. Eles se conhecem no navio militar em que servem quando Amaro defende Aleixo de outro marujo. *Pari passu* à minuciosa análise e descrição do ambiente (o navio), segue a análise das pessoas que vivem e interagem nele e do resultado dessa conjunção. Ações e relações humanas são o mero desencadeamento causal e mecânico dos fatos, sempre mediados por fatores biossociais¹³⁹. Assim Caminha descreve o navio, palco de sua história:

O convés, tanto na cobertura como na tolda, apresentava o aspecto de um acampamento nômade. A marinagem, entorpecida pelo trabalho, caíra numa sonolência profunda, espalhada por ali ao relento, numa desordem geral de ciganos que não escolhem terreno para repousar. Pouco lhe importavam o chão úmido, as correntes de ar, as constipações, o beribéri. Embaixo era maior o atravancamento. Macas de lona suspensas em varais de ferro, umas sobre

¹³⁶ AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p. 22

¹³⁷ Análise do romance de Caminha mais pormenorizadamente em: SILVEIRA, Éder. Notas sobre a interseção de ciências e letras em *Bom-crioulo*, de Adolfo Caminha. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 153-179.

¹³⁸ Adolfo Caminha é um dos membros mais tardios da geração de escritores que se filiaram ao naturalismo no Brasil, fator importante, segundo José Guilherme Merquior, para compreender a discreta recepção da obra desse autor. Nas palavras do crítico carioca, tal descrição é injusta, pois, para ele, *Bom-crioulo*, ao lado de *A normalista*, figura entre algumas das melhores produções da prosa naturalista brasileira. (MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979, p. 109.)

¹³⁹ *Ibidem*, p. 116.

*outras, encardidas como pano de cozinha, oscilavam à luz moribunda e macilenta das lanternas. Imagine-se o porão de um navio mercante carregado de miséria. No intervalo das peças, na meia escuridão dos recôncavos moviam-se corpos seminus, indistintos. Respirava-se um odor nauseabundo de cárcere, um cheiro acre de suor humano diluído em urina e alcatrão. Negros, de boca aberta, roncavam profundamente, contorcendo-se na inconsciência do sono. Viam-se torsos nus abraçando o convés, aspectos indecorosos que a luz evidencia cruelmente.*¹⁴⁰

A partir da entrada das teorias raciológicas para a explicação da cultura brasileira, teremos, além de representações deletérias da figura do negro e do mulato, um grande florescimento de estudos etnológicos. Ainda que baseados em uma proposta explicativa sabidamente superada desde, ao menos, a década de 1930, deve-se a nomes como Sílvio Romero e Nina Rodrigues as bases do conhecimento sobre a cultura africana. Assim, destarte o teor de suas críticas ao mestiçamento, o trabalho de Nina Rodrigues torna-se germinal dos estudos afro-brasileiros.

O médico, psiquiatra e criminologista Raimundo Nina Rodrigues afirmou-se, em fins do século XIX, como um dos principais nomes brasileiros em estudos sobre as comunidades africanas e de afrodescendentes no Brasil¹⁴¹. Publicou obras na área da crimi-

¹⁴⁰ CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Ática, 1998, p. 29.

¹⁴¹ O antropólogo francês Roger Bastide, em *O candomblé da Bahia*, dá relevo à obra de Nina Rodrigues. Segundo Bastide: “Os primeiros estudos sobre as sobrevivências religiosas africanas, datados de 1896, saíram na forma de artigos na *Revista Brasileira*; eram da pena de um jovem médico baiano, Nina Rodrigues. A partir dessa época e até sua morte, em 1906, dedicou-se inteiramente esse grande pesquisador à descrição e análise dessas sobrevivências, publicando também em francês *L’animisme fétichiste des nègres de Bahia* (1900). Depois de sua morte, Homero Pires recolheu os diversos artigos dispersos em numerosas publicações, formando um volume intitulado *Os africanos no Brasil*. Ambos os livros se ressentem, sem dúvida, da época

nologia, como *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* e *O alienado no direito civil brasileiro*, e estudos de etnopsiquiatria, como *O animismo fetichista dos negros africanos* e o póstumo *Africanos no Brasil*. Mais do que um pesquisador com notável capacidade de produção, Nina Rodrigues foi o fundador de uma “escola”, deixando, mesmo após a sua morte, um considerável número de sequazes. Seus interesses, como lembrava Arthur Ramos, eram amplos, estendiam-se “da medicina legal á psychopathologia forense e á hygiene, da anthropologia criminal á psychologia collectiva e ethnica, desdobrando-se em applicações imprevistas a multiplos problemas da vida nacional”¹⁴².

Além disso, com suas pesquisas sobre os africanos e afro-descendentes, Nina Rodrigues consegue sedimentar uma mudança de condição do negro ante os olhos de uma parcela da intelectualidade brasileira. Aprofundando a intuição de Sílvio Romero, Nina Rodrigues completa a passagem da condição de escravo à de negro;

em que foram escritos, e preconceitos raciais deformam-lhes as melhores páginas. Nina Rodrigues acreditava na inferioridade do negro e em sua incapacidade para integrar-se na civilização ocidental. Como médico-legista e psiquiatra, não viu mais que simples manifestações de histeria nos transe místicos e nas crises de possessão que caracterizam o culto público dos africanos brasileiros. Em contrapartida, sua própria interpretação etnográfica da religião é construída segundo os quadros de referência da ciência de seu tempo: no fim do século XIX, o positivismo se implantara no Brasil, onde, como se sabe, desempenharia um papel político de primeira plana; daí o título do primeiro de seus livros: *O animismo fetichista*. Apesar de todas essas falhas, as obras de Nina Rodrigues, ainda agora, não deixam de ser talvez as melhores publicadas sobre o assunto, primeiro porque seus informantes pertenciam ao candomblé mais puramente africano de sua época, o candomblé de Gantois; depois, porque suas descrições do culto, das hierarquias sacerdotais, das representações coletivas do grupo negro, são fiéis e sempre válidas. São sem dúvida livros incompletos, mas, naquilo que descrevem, são livros seguros” (BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 21-22).

¹⁴² Ibidem, p. 188.

no entanto, com isso, transforma o negro não em um cidadão, mas em um objeto de estudo científico¹⁴³.

Com Nina Rodrigues, tem-se uma profunda imersão na crítica à igualdade. Para o médico maranhense, dever-se-iam abandonar as noções espiritualistas de igualdade por ele condenadas, por exemplo, em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Era preciso, segundo ele, compreender a natureza da diversidade de povos e cruzamentos efetuados no Brasil para, assim, projetar-se o sistema penal adequado às desigualdades regionais. Essa proposição legal está ligada, é claro, a uma ampla interpretação das particularidades da “raça africana” e dos resultados de seus cruzamentos com os “brancos” no Brasil. Mais do que isso, está ligada à necessidade de se pensar a unidade nacional, ou, em outras palavras, a identidade nacional. Sobre as bases de uma explicação raciológica, estava em

¹⁴³ Sílvio Romero, na década de 1880, já apontava para a necessidade de se pensar o negro como um objeto de estudo importante para a compreensão do Brasil. Segundo Romero: “Bem como os portugueses estanciaram dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, como iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é, antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência” (ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: [SI], 1888, p. 10-11). Para Mariza Corrêa: “A impossibilidade de uma análise exaustiva das consequências efetivas do racismo ou da descriminação racial não nos impede no entanto, de observar a sua vigência como elemento constitutivo da visão dos intelectuais brasileiros sobre o nosso povo na passagem do século. O momento em que o negro se tornou ‘livre’ no Brasil coincidiu não só com a emergência de uma elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica, como também com o surgimento de um discurso científico, etnológico, que tentava instituir para ele uma nova forma de inferioridade, retomando os ensinamentos de nossa história escravista recente. Invertendo a afirmação de Marx (‘um negro é um negro. Em certas circunstâncias ele se transforma num escravo’), os intelectuais daquele momento tratavam de transformar escravos em negros, isto é, de constituir-lhes enquanto categorias de análise, deixando entre parênteses, em sua passagem de ‘máquinas de trabalho’ a ‘objetos de ciência’ (Sílvio Romero) a discussão de sua cidadania” (CORRÊA, 1998, p. 49-50).

questão o ingresso do Brasil entre os povos civilizados, dado somente possível com o ataque à diferença. Segundo Nina Rodrigues,

[...] diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização européia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passou de utopias de filantropos, ou de planos ambiciosos de poderio sectário, a idéia de transformar-se uma parte das nações às quais a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e política, em tutora da outra parte, destinada à interminável aprendizagem em vastos seminários ou oficinas profissionais. A geral desapareição do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente e exploradora dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentais.¹⁴⁴

Para Nina Rodrigues a ideia de que seria possível, de um momento ao outro, civilizar os negros e as “raças inferiores” parece especulação filantrópica e não estudo científico. Ancorado nos estudos correntes sobre raça e evolução, Nina Rodrigues buscará demonstrar que, por uma predisposição orgânica, evolutiva, uma “raça inferior” precisaria de gerações para alcançar o estágio de desenvolvimento

¹⁴⁴ RODRIGUES, Nina. *Africanos no Brasil*. Brasília: UnB, 1982, p. 264.

da superior. Segundo ele, qualquer “tentativa de impor ao negro as nossas condições artificiais de existência há de falhar, pois os caracteres de raça não podem ser transformados de repente: e mesmo quando fosse possível impor-lhes a nossa civilização, esta não seria duradoura, porque entre a situação deles e a nossa faltaria as fases de transição”. Faltaria, aos negros, ultrapassar algumas fases evolutivas que os separavam dos brancos, em um processo lento. Caso contrário, a experiência da civilização seria fugaz, uma vez que, para que seja “permanente, a civilização deve ser gradual; pois só quando um passo avante está dado com segurança é que o caráter de raça se torna firme e capaz de sofrer novo impulso”¹⁴⁵.

Outra interface dos seus estudos afro-brasileiros é o desdobramento de sua atuação como intelectual *engagé* pela criminologia. Nina Rodrigues, principalmente em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, detém-se sobre a responsabilidade penal, pensando a criminologia tropicalizada, ou seja, repensando as teorias de, em especial, Cesare Lombroso e da Escola Criminológica Italiana. Ele procura construir, no Brasil, parâmetros de análise da predisposição criminal e a questão da inimizabilidade dentro de um balizamento étnico e climático adaptado à realidade nacional¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 266. Em outra obra, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Nina Rodrigues enfatiza esse mesmo dado, afirmando: “Todavia, tem-se pretendido, não obstante o *Natura non facit saltus* de Linneo, fazer um povo selvagem, ou barbaro, transpôr, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas durante seculos, como se fosse possível supprimir a lei de herança, dispensar as lentas accumulações hereditarias e prescindir da acção necessaria do tempo” (RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Guanabara, 1894, p. 32).

¹⁴⁶ Além do estudo “macro”, que situava o criminoso no meio e pensava-o desde sua hereditariedade, era parte constitutiva dos estudos criminológicos de Nina Rodrigues o estudo particularizado do indivíduo, a partir de critérios próprios à antropologia criminal. Segundo Sérgio Carrara, os principais traços que comprovavam o caráter atávico do criminoso poderiam ser sintetizados em torno de alguns estigmas. Como afirma Carrara: “Em termos anatômicos, a ausência de pêlos, o comprimento exagerado dos braços, a ‘obtusidade’ das feições, as orelhas munidas do

Ao criticar os fundamentos da ideia de igualdade entre as raças, Nina Rodrigues percorre a diferença vista sob a ótica do desenvolvimento evolutivo. Assim, busca demonstrar, através das teorias evolucionistas sobre a raça e pela análise das desigualdades climáticas das regiões do Brasil que, para um povo tão múltiplo em seus graus de evolução, exposto a tamanha diversidade climática, precisaria-se pensar um código penal que tomasse essas diferenças como ponto de partida para a questão da imputabilidade. Para ele, o variado estágio mental partilhado entre os habitantes do Brasil fazia com que eles guiassem seus atos morais através de códigos de valores mais apropriados ao seu estágio evolutivo. Afirmava, assim, uma atuação mais direta de intervenção intelectual na sociedade brasileira, abrindo uma vereda de atuação que marcou seu tempo: a entrada do discurso científico no espaço político, medicalizando o social.

No Brasil do século XIX, o discurso médico passa a incidir sobre o corpo do indivíduo como aparato normalizador. O traço mais gritante da diferença neste contexto, como tenho enfatizado, é a mestiçagem e as suas consequências na reflexão sobre a identidade nacional. Como afirmou Michel Foucault, o “controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência e pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico,

tubérculo de Darwin, os maxilares superdesenvolvidos, a fronte ‘fígida’, a saliência dos zigomas, o exagerado escavamento da abóboda palatina e das fossas oculares e ainda outras peculiaridades do crânio desenhavam sobre o corpo do criminoso o perfil anatômico dos símios. Em termos fisiológicos, a nalgesia (insensibilidade à dor), a desvulnerabilidade (capacidade de rápida recuperação dos ferimentos), o mancinismo ou o ambidestrismo eram tidos tanto como características dos selvagens quanto dos criminosos natos. Psicologicamente, o gosto pela tatuagem, pela gíria e onomatopéias, a imprevidência, a prodigalidade, a vaidade, a imprudência, a impulsividade, a insensibilidade moral, o caráter vingativo, o amor pela orgia, a preguiça, a precocidade e o prazer no delito, a ausência de remorsos completavam a figura do atávico” (CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 105).

no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”¹⁴⁷.

Assim sendo, com Nina Rodrigues passa-se mais efetivamente à análise normalizadora da sociedade brasileira. O intelectual médico começa a posicionar-se como interlocutor da justiça e do discurso político. Essa entrada do médico na práxis política o torna um elo entre a ciência e o Estado, exigindo deste atitudes políticas de intervenção no corpo social. Para Lília Moritz Schwarcz, “o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, amputando a parte gangrenada do país, para que restasse uma população de possível ‘perfectibilidade’”¹⁴⁸. Era preciso sanar uma nação doente.

Poderia citar, como exemplo, as preocupações de Nina Rodrigues em pensar as repercussões da campanha de Canudos. Em *A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços*, ensaio sobre o fenômeno de “vesania colectiva”, Nina Rodrigues circunscreve a problemática à loucura do mentor do movimento, por ele qualificado como um alienado, vítima de uma miríade de delírios, somada ao meio físico do sertão e à composição etnológica dos sequazes desse movimento. Esse levante sertanejo, para o médico maranhense, é, em parte, fruto do meio, o qual, por agreste e distante da civilização, por sua fragilidade e exposição às mazelas sociais, fica à mercê desse tipo de rebelião. O jagunço era visto por Nina Rodrigues como uma importante representação do mestiço do sertão brasileiro, que traz em sua composição étnica os traços atávicos de uma descendência de guerreiros e selvagens. Segundo Rodrigues,

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 80.

¹⁴⁸ SCHWARCZ, 1998, p. 190.

Pelo lado ethnologico não é o jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão que soube accommodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, ás condições sociaes da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do littoral que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intellectual do que physica, uma civilização superior ás exigencias da sua organização physica e mental, enfraqueceram, abastardaram, accentuando nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças anthropologicamente muito differentes, e creando, numa regra geral que conhece muitas excepções, esses typos imprestaveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros productos pathologicos, até esses talentos tão faceis, superficiaes e palavrosos quanto abulicos e improductivos, nos quaes os lampejos de uma intelligencia vivaz e de curto vôo, correm parelhas com a falta de energia e até de perfeito equilibrio moral.¹⁴⁹

As palavras de Nina Rodrigues indicam uma série de caminhos para a análise da cultura brasileira que se tornaram relativamente hegemônicos em fins do século XIX. Em primeiro lugar, aponta para a necessidade de prestar-se maior atenção ao “Brasil profundo”, ao interior brasileiro, longe dos olhos da maioria de nossos homens de letras. Esse mesmo Brasil foi apresentado por Euclides da Cunha em *Os sertões*, obra, segundo Gilberto Freyre, marcada pelos estudos de Nina Rodrigues¹⁵⁰. Ainda que não disponha de indícios,

¹⁴⁹ RODRIGUES, Nina. A loucura epidemica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. In: _____. *As collectividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 65.

¹⁵⁰ As aproximações entre Nina Rodrigues e Euclides da Cunha que apresentarei se devem a um fator interessante no que diz respeito à recepção da obra do primeiro. Os trabalhos do médico maranhense, excetuando a intellectualidade médica,

penso ser plenamente plausível considerar que Euclides tivesse em vista o ensaio supracitado de Nina Rodrigues ao escrever *Os sertões*, por aquele ser de domínio público desde 1897, ainda que tenha sido publicado em livro apenas após a morte de Nina Rodrigues¹⁵¹, e pelo fato de ambos apresentarem uma comunhão de sugestões em torno da dicotomia entre o sertão e o litoral.

Para Nina, o jagunço sertanejo apresenta traços de um guerreiro *manqué*, cujas ancestralidades atávicas guiam à luta, assim como o meio impele à *struggle for life*, em contraposição ao mestiço do litoral, um degenerado pelos vícios da civilização, pelo álcool e pela libertinagem. Euclides aparentemente retoma essa dicotomia, pois, para ele: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”¹⁵². Euclides da Cunha vê na figura ambígua do sertanejo esse Hércules-Quasímodo, o cerne de nossa nacionalidade. “É um retrógrado; não é degenerado”¹⁵³; menos enfraquecido pelo excessivo e múltiplo processo de mestiçamento, ao contrário do homem do litoral, mais

não tiveram uma repercussão positiva de imediato. Segundo Mariza Corrêa, autores contemporâneos de Nina, como Sílvio Romero e Capistrano de Abreu, estavam mais diretamente interessados em aspectos históricos da formação da nacionalidade brasileira, enquanto Nina se atinha mais aos da presença africana na composição do brasileiro contemporâneo, analisando aspectos criminológicos, etnográficos e psiquiátricos. Euclides da Cunha fugia à regra. Corrêa acredita que “o intelectual de sua geração que, não sendo médico – já que entre estes as idéias de Nina Rodrigues tiveram maior vigência, como veremos – mais se interessou por seus trabalhos [de Nina Rodrigues] tenha sido Euclides da Cunha, também preocupado com a análise de um evento muito próximo. Como a raça para Nina Rodrigues, o ‘meio’ para Euclides não era uma abstração ou uma generalidade, mas estava no centro de suas preocupações e era uma parte fundamental de sua formação teórica” (CORRÊA, 1998, p. 47).

¹⁵¹ O ensaio supracitado, como esclarece Arthur Ramos na apresentação de *As colectividades anormais*, foi publicado originalmente em 1897, na *Revista Brasileira*, ano III, tomo XII, de 1º de novembro de 1897 (RAMOS, Arthur. Prefácio. In: RODRIGUES, 1939, p. 9).

¹⁵² CUNHA, Euclides. *Os sertões*: Campanha de Canudos. 35. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 81.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 79.

aberto ao diverso, mais misturado, mais à mercê dos vícios, menos *essencial*. Com Nina, Euclides comunga um juízo negativo acerca dos efeitos da mestiçagem. Para ele,

*A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílico-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado.*¹⁵⁴

Há, tanto em Euclides da Cunha quanto em Nina Rodrigues, uma vívida preocupação com as futuras consequências da mestiçagem¹⁵⁵. Como é possível perceber, ambos diferem de Sílvio Romero, analisado algumas páginas atrás, por não possuírem uma visão otimista do processo de miscigenação. Viam na miscigenação a possibilidade de uma esterilização ou profunda degeneração do povo brasi-

¹⁵⁴ Ibidem, p. 77.

¹⁵⁵ Para Lília Moritz Schwarcz, o tema raça e seus desdobramentos era o centro das preocupações da *intelligentsia* da passagem do século XIX ao XX, em especial nas faculdades de medicina. Segundo ela: “Na Bahia é a raça, ou melhor, o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração. Já para os médicos cariocas, o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país, com suas diferentes constituições físicas, é que seria o maior responsável pelas doenças, a causa de seu surgimento e o obstáculo à ‘perfectibilidade’ biológica” (SCHWARCZ, 1998, p. 191).

leiro¹⁵⁶. Euclides, discípulo confesso de Gumplowicz, como afirmou em carta a Araripe Júnior¹⁵⁷, além da guerra de raças, também denunciou em sua obra o abandono dos sertanejos. Se, por um lado, viu na Campanha de Canudos a marcha onde a “civilização avançará nos sertões” impelida por uma força motriz incontornável, irrefreável, o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” mostrou-lhe também que ali se cometera um ato bárbaro, o massacre de homens, brasileiros como ele, ainda que dele tão diferentes. Estavam os civilizados intelectuais e militares próximos e distantes dos sertanejos de Canudos, agindo naquela campanha como “mercenários inconscientes”, pelo pouco ou nenhum conhecimento que possuíam dos sertanejos: separados “àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”¹⁵⁸.

Euclides foi, dessa forma, um dos autores, ao lado de Nina Rodrigues, que colocaram o Brasil em alerta. Ambos dirigiam os olhares de novas gerações de intelectuais para os problemas nacionais urgentes: a hereditariedade, o meio e os rincões desconhecidos do Brasil. Denunciam o descaso das elites brasileiras pelos brasilei-

¹⁵⁶ Para Nina Rodrigues, o mestiço era uma espécie de bomba-relógio: a qualquer momento, poderiam explodir heranças atávicas de violência, crime e barbárie. E é a mestiçagem o desafio com o qual se depara o médico, pela dificuldade que impõe ao diagnóstico. Para Nina, “é de todo impossível precisar, estabelecer leis fataes e invariáveis á transmissão hereditaria dos caracteres atavicos dos mestiços. E esta tarefa complica sobremodo a tarefa do perito nos exames medico-psychologicos. Mesmo nos mestiços mais disfarçados, naquelles em que o predomínio dos caracteres da raça superior perece definitiva e solidamente firmado, não é impossível revelar-se de um momento para outro o fundo atavico do selvagem” (RODRIGUES, 1894, p. 161-162).

¹⁵⁷ Na carta, endereçada ao crítico Araripe Júnior, Euclides afirma: “Sou um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico” (GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 151).

¹⁵⁸ CUNHA, 1991, p. XXIX.

ros dos sertões desconhecidos, do Norte e Nordeste do Brasil, do interior dos estados, tão distantes dos olhos do governo.

Diante desses lúgubres diagnósticos, esboçados nas páginas anteriores, o século XX nasce sob o signo da urgência. Passa a afirmar-se no Brasil o discurso médico como a alternativa salvaçãoista para os males da nação, ganhando terreno no contexto intelectual brasileiro a *eugenia* e o *higienismo*.

2.1 Eugenia ou *mens sana, corpore sano*

No conturbado contexto da passagem do século XIX ao XX, a crença na eugenia afirmar-se-á como alternativa salvaçãoista¹⁵⁹, panaceia que deveria trazer a redenção do país pelas mãos dos seus “homens de ciência”. Surgida no bojo das reflexões do médico, biólogo, matemático e um dos pais da moderna estatística, Francis Galton¹⁶⁰, a eugenia seria a ciência da “melhoria da raça humana”.

¹⁵⁹ A eugenia, em diversas obras sobre o nazismo, aparece quase como um tipo de experimento científico desenvolvido pelos nazistas no período da segunda grande guerra, ou, o que parece pior, pela revelação de uma excessiva crença na tecnociência, como um uso distorcido de ideias científicas. Parece possível sugerir, na esteira de, por exemplo, Giorgio Agamben, que a eugenia está intimamente ligada ao espírito da ciência oitocentista, atrelada em especial, assim, ao evolucionismo darwinista. Segundo Giorgio Agamben: “A partir do final do século XIX, é a obra de Galton que fornece o quadro teórico no qual a ciência do policiamento, que então tornou-se biopolítica, é chamada a operar. É importante observar que, contrariamente a um difundido preconceito, o nazismo não se limitou simplesmente a utilizar e a distorcer para seus próprios fins políticos os conceitos científicos de que necessitava; o relacionamento entre ideologia nacional-socialista e o desenvolvimento das ciências sociais e biológicas do tempo, em particular o da genética, é mais íntimo e complexo e, simultaneamente, mais inquietante” (AGAMBEN, 2002, p. 152-153).

¹⁶⁰ Penso ser relevante frisar a trajetória, digamos, transdisciplinar de Francis Galton. Todas as contribuições de sua formação intelectual múltipla serão enlaçadas na formação da eugenia. Como bem sintetiza Raquel Alvarez Peláez: “*La eugenesia como teoría social general, finalidad última de su trabajo; la herencia como mecanismo esencial en el que se sustentaba la eugenesia; la antropología como proveedora del material que servía para estudiar herencia y eugenesia; la estadística como técnica y método general utilizado*

Para Galton e seus seguidores, todos os traços constitutivos da individualidade humana, suas potencialidades e seus desvios estavam depositados na hereditariedade. Francis Galton explica no prólogo de sua obra *Hereditary Genius* que a necessidade de compreender o papel da hereditariedade na formação de “tipos diferenciados” ocorreu-lhe durante estudos etnológicos, nos quais buscava estabelecer “*las particularidades mentales de las diferentes razas*”¹⁶¹.

Seus estudos seguiram pela análise das causas da “genialidade”. O que a determinava? Como homens reconhecidos por sua inteligência assim se tornaram? Eis o tema de *Hereditary Genius*, obra na qual Galton, a partir do “*examen superficial del grupo de alrededor de cuatrocientos hombres ilustres de todos os períodos de la historia*” imaginava poder provar “*la teoria de que el genio*” era determinado pela hereditariedade¹⁶². Seus estudos propiciaram, também, especulações sobre o verso da medalha, ou seja, a degeneração. Sendo possível, em sua visão, estabelecer as causas da genialidade pela hereditariedade, foi natural determinar pela hereditariedade as causas da degeneração.

Todo o seu empreendimento científico estava assentado em duas sólidas bases: a hereditariedade e a estatística, cruzadas na construção de estudos de séries, verdadeiros inventários das melhores matrizes para a geração das “raças futuras”¹⁶³. Galton combinou os estudos da antropologia com a biometria, especialidade da medi-

en todos sus trabajos” (PELÁEZ, Raquel Alvarez. Prólogo. In: GALTON, Francis. *Herencia e Eugenesia*. Madri: Alianza Editorial, 1988, p. 29).

¹⁶¹ GALTON, op. cit., p. 37.

¹⁶² Ibidem, p. 37.

¹⁶³ Segundo Raquel Alvarez Peláez: “*La antropología, las mediciones antropológicas, podían permitir resolver uno de los problemas más arduos con los que se enfrentaba su doctrina eugénica: la selección de los más aptos y la eliminación o control de los ineptos, de los sectores peor dotados dentro de cada clase social, de los enfermos y de los pobres y vagabundos. Para identificar ciertas taras familiares era necesario hacer historiales, estudiar la historia de enfermedades y taras de cada familia. Pero además, era necesario buscar la posibilidad de identificar características físicas que representaran grupos sociales indeseables*” (PELÁEZ, 1988, p. 18).

cina que buscava “a média como fundamento empírico da norma, em matéria de caracteres físicos humanos”¹⁶⁴. A biometria, que visava à instituição de uma normatividade da fisiologia humana, forneceu a Galton as bases para o estabelecimento dos padrões eugênicos a serem alcançados. Como sintetizou Stephen Jay Gould, “A quantificação era o Deus de Galton, e à sua direita estava a firme convicção de que quase tudo o que podia medir tinha um caráter hereditário”.¹⁶⁵

Se, como Galton procurou demonstrar em obras como *Hereditary Genius*, a genialidade e a degeneração eram duas faces da hereditariedade, caberia ao Estado intervir, sob a orientação dos cientistas, através do estímulo à união entre pessoas “normais”, bem como da determinação dos grupos de pessoas “anormais” para que fosse possível impedir a sua união. Ou seja, caberia ao Estado impor restrições ao casamento entre pessoas com algum tipo de traço de “anormalidade” que pudesse prejudicar a hereditariedade e o progresso da nação, como alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, loucura, cocainismo, morfismo, taras, degenerações físicas, traços atávicos, constatados através de procedimentos da antropologia física; enfim, uma vasta lista de traços/estigmas¹⁶⁶ que, para usar uma expressão bem ao sabor da Nuova Scuola de Cesare Lombroso, sugeriam propensão inata ao crime e à doença, era o alvo da eugenia. Com o intuito de impedir a multiplicação de “degenerados”, Francis Galton e seus seguidores propunham, entre outras medidas, a esterilização em massa.

A eugenia, como a concebia Galton, deveria ter dois focos de ação: a eugenia positiva e a eugenia negativa. No primeiro caso,

¹⁶⁴ CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 124.

¹⁶⁵ GOULD, 2000, p. 68.

¹⁶⁶ Nesse sentido, ver: CARRARA, Sérgio. A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.82-105. 1990.

Galton propunha a educação matrimonial como foco: dever-se-ia estimular a união entre casais com saúde perfeita, capazes de prover tipos eugênicos, através da construção de uma consciência eugênica¹⁶⁷. A eugenia negativa, por outro lado, consistiria em uma atuação mais direta em “casos perdidos”. Quando indivíduos “degenerados” fossem localizados, dever-se-ia esterilizá-los, a fim de impedi-los de procriar e de gerar, assim, seres que já nasceriam marcados pelas taras dos pais.

Rapidamente a eugenia conquistou partidários entre médicos, literatos e filantropos de sua época. Definida como “*la ciencia que trata de todas las influencias que mejoran las cualidades innatas de una raza; también trata de aquellas que la pueden desarrollar hasta alcanzar la máxima superioridad*”¹⁶⁸. Logo ela se tornou uma ciência na qual foram convertidos todos os valores de uma nova crença¹⁶⁹. Laicizou-se a fé cristã, e a ciência passou a ser a promotora do paraíso, agora terrestre. Ela exortava os “homens de bem” à luta contra a degeneração da raça, óbice ao progresso da nação. Segundo Galton, a “*comunidad*

¹⁶⁷ Segundo Galton, alcançar-se-ia a possibilidade de diminuir a margem de erros nos casamentos através de um minucioso estudo dos principais aspectos hereditários das famílias. Segundo ele: “*Sería de desear, claro está, alguna información sobre su raza, profesión y residencia; también sobre sus respectivos ascendientes y sus hermanos y hermanas. Finalmente, se requerirán las razones por las que los hijos merecen ser calificados como familia 'florecente', para distinguir el éxito merecido del inmerecido. Esta colección manuscrita debería desarrollarse de ahora en adelante como un 'libro de oro' de las familias 'florecentes' o notables*” (GALTON, 1988, p. 169).

¹⁶⁸ Ibidem, p. 165.

¹⁶⁹ Ao afirmar que a eugenia, como em geral o cientificismo, se converteu em uma crença, não pretendo tratar essa noção como uma ideia vinculada à falsa consciência ou a qualquer tipo de sectarismo, como é mais corrente dentro de aproximações sociologizantes, em especial de inspiração marxista. A concepção de crença remonta ao filósofo Fernando Gil, o qual, em sua obra *Modos de evidência*, trata a noção “crença” como um dos fundamentos da própria compreensão e da ideia de um projeto, posto dentro de uma temporalidade linear. A crença esteia-se em uma adesão ao conceito de duração, permanência, realização de um horizonte de expectativas que deverá ser preenchido. Cf. GIL, 1998, em especial, cap. 4, “Eu”, p. 31-49.

*debe tener la confianza suficiente como para poder rechazar a representantes de criminales y de otros a los que considere como indeseables*¹⁷⁰.

A primeira sociedade eugênica foi fundada na Inglaterra, presidida por seu criador, Francis Galton, cujas teorias foram difundidas por meio de suas obras, bem como através da publicação de revistas da própria sociedade. Eram organizados debates internacionais visando difundir a eugenia por todos os países da Europa e nos Estados Unidos, objetivo plenamente alcançado, tendo em vista a rápida penetração das ideias eugênicas em diversos países. Como demonstra Lilia Moritz Schwarcz, as leis de esterilização eugênica começaram a aparecer já em 1918, nos Estados Unidos, logo se espalhando pela Europa – na Suíça (Cantão de Vaud), por exemplo, em 1928 e, na Dinamarca, em 1929¹⁷¹.

2.2 Diagnósticos

O Brasil é um imenso hospital.

Miguel Pereira

A partir da década de 1910, materializar-se-ão importantes reflexões sobre o Brasil, nas quais um grupo crescente de intelectuais buscará analisá-lo sob uma perspectiva eugenista-higienista. Isso implica afirmar que se procurou empreender uma redescoberta do Brasil. Poder-se-ia sugerir que a eugenia-higienista irrompe o contexto intelectual da Primeira República sob o espectro euclidiano: o mergulho-denúncia nos sertões brasileiros parte em busca do cerne da nacionalidade brasileira e dos motivos de seu estado de apatia.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 167.

¹⁷¹ SCHWARCZ, 1998, p. 234.

A exploração de regiões intocadas, ou praticamente intocadas, como aquelas desbravadas pelas expedições do Marechal Cândido Rondon¹⁷², as expedições de Artur Neiva e Belisário Penna, de 1912, cujo relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*¹⁷³, foi publicado no ano de 1916, ao lado das obras de Monteiro Lobato, *Urupês*, de 1915, e *Problema vital*, de 1918, serão o estopim da mobilização¹⁷⁴. Seus principais desdobramentos serão as discussões nos jornais de

¹⁷² As expedições de Rondon, que visavam desbravar regiões do Brasil até então desconhecidas e contatar as populações até então isoladas, causou sensível repercussão entre parte da *intelligentsia* nacional, gerando a sensação de que o Brasil deveria ser redescoberto, tamanho o desconhecimento que ainda existia com relação a grandes extensões da nação. Cf. BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹⁷³ A obra é um relatório requisitado pela Inspetoria de Obras contra a Seca, sob a direção do Dr. Arrojado Lisboa. Nas palavras dos autores: “As notas de viagem, abaixo transcritas se referem a pesquisas de medicina, higiene e historia natural feitas em 1912 numa das zonas do Brasil flajeladas pela seca. As regiões percorridas se acham compreendidas nos Estados da Bahia, Piahy e Goyaz” (NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: Academia Brasiliense de Letras, 1984. Reprodução fac-similar do livro *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1916, p. 74).

¹⁷⁴ O movimento eugenista e higienista foi recebido com grande animação por amplos setores da intelectualidade brasileira, entusiasmados com as possibilidades que pareciam se abrir. Esse movimento conseguia, assim, aglutinar os anseios nacionalistas e cientificistas da camada letrada brasileira. Fernando Magalhães, em um discurso proferido no “calor da hora”, dá o tom das aclamações recebidas pelos “cruzados da regeneração nacional”: “Por isso meus senhores saudemos no Brasil o movimento energico e criador da transformação de homens para reintegrá-los na fortuna do seu vigor. Do centro do paiz parte o exemplo da campanha de apuro da raça: eis o primeiro grande serviço que por estimulante, fructificará na prosperidade nacional. A orientação presente de se praticar a medicina social ha de ser, em prazo curto, o grande episodio historico da nação que, após 1888, não mais deu outra prova de sua grandeza. Surja pois aqui um clangor de debate em pról da nova aggregriação politica, o partido da eugenia brasileira, remodelando o individuo que por seu turno modificará os costumes gerados das leis supremas, na envez de pleitear os codigos complexos cujo liberalismo se deforma todos os dias pela necessidade de adaptação, tanto a inercia dos mandados como ao excesso dos mandantes” (MAGALHÃES, Fernando de. *Discursos* (1918-1923). Rio de Janeiro: Liv. Ed. Leite Ribeiro, Freitas, Bastos, Spicer & Cia, 1924, p. 139).

todo o país, a fundação da Liga Pró-Saneamento¹⁷⁵ e da Sociedade Eugênica de São Paulo, ambas em 1917, bem como a ampla produção de teses e artigos científicos no campo médico sobre a eugenia e o eugenismo.

Monteiro Lobato¹⁷⁶, em *Urupês*, coletânea de contos vinda à lume em 1915, conseguiu capturar a aura dessa época. Obra composta em traços fortes, *Urupês* volta a atenção da intelectualidade brasileira à problemática do Brasil sertanejo, do Jeca interiorano, entregue à “doença” e à “ignorância”. A começar pelo título, a obra é prenhe de provocações. O urupê é uma espécie de fungo poliporáceo que se nutre de matéria orgânica em decomposição. Fungos que se nutrem de matéria orgânica em decomposição: seria a metáfora lobatiana dos brasileiros que viviam na miséria dos campos e das periferias? Finda a leitura da obra, parece-me *uma* imagem possível. Em vários dos contos, Lobato constrói uma crítica veemente ao abandono e à ignorância do “Jeca” em uma obra escrita sob o signo da desesperança e da denúncia apaixonada. Seu libelo inscreveu-se, como sugere Tânia Regina de Luca, de forma ambígua ante os olhos dos leitores brasileiros. Para ela, a “rudeza com que Lobato descreveu seu personagem, se, por um lado, parecia confirmar as avaliações feitas pelos que proclamavam a inferioridade racial da grande maioria do

¹⁷⁵ A eugenia se difundiu no Brasil com características singulares quando comparada em seu desenvolvimento a países europeus ou mesmo à América do Norte. Segundo Luca: “No período abarcado pela *Revista do Brasil* higiene e eugenia frequentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação de pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie” (LUCA, Tania Regina. *Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1998, p. 223).

¹⁷⁶ Sobre Monteiro Lobato, proponho uma análise de sua atuação como sanitarista em: SILVEIRA, Éder. Sanear para integrar: a cruzada sanitaria de Monteiro Lobato. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, p. 128-138, jul./dez. 2004.

povo brasileiro, por outro, abalou uma determinada visão idílica do campo, cultivada por certos setores da literatura, assim como incomodou os que tinham o sertão como o berço da raça brasileira em elaboração”¹⁷⁷.

Tanto sua ambiguidade quanto a força de suas palavras fizeram de Lobato uma das figuras de proa do movimento eugenista-higienista brasileiro. *Urupês* passa, de imediato, a ser uma das obras-chave dessa visão do Brasil, da denúncia da doença e do abandono dos brasileiros. A pedra de toque da maioria das tramas de Lobato foi o atraso, causado pela doença, pela ignorância dos sertanejos, pelo meio “agreste e impermeável à civilização”¹⁷⁸. No conto de título homônimo, Lobato construiu a mais clara denúncia do modo de vida do Jeca. Nessa operação, visou desconstruir as idealizações sobre os caboclos, sobre a vida no campo, sobre o “homem natural” à Rousseau. Para Lobato:

O balsamico indianismo de Alencar esbora-se ante o iconoclasta advento dos Rondons que, ao invéz de imaginarem índios n’um gabinete, com reminiscencias de Chateaubriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, mettem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

¹⁷⁷ LUCA, 1998, p. 203.

¹⁷⁸ Nesse mergulho rumo ao “Brasil profundo”, é possível perceber ecos de Euclides da Cunha. Como afirmam Lima e Hochman: “A obra *Os Sertões* é vista como um marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono – responsabilizando enfaticamente as elites intelectuais e políticas por essa situação. As viagens científicas pelo interior do Brasil, das quais participaram alguns importantes membros da Liga Pró-Saneamento, são igualmente por eles apontadas como o ponto de origem de sua interpretação” (LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil Redescoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República*. In: MAIO; SANTOS, 1998, p. 23-40).

Morreu Pery, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, prototypo de tantas perfeições humanas que, no romance, em concurso com nobilísimos typos de civilizados, a todos em belleza d'alma e corpo.

*Contrapoz-lhe a cruel ethnologia do sertanista hodierno um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Cecy.*¹⁷⁹

Lobato convida o leitor a esquecer as imagens do romantismo, construídas nas obras literárias de José de Alencar e de seus contemporâneos. A elas, contrapõe a do Jeca entregue à doença, aos insetos e à “preguiça”¹⁸⁰. O Jeca Tatu, apresentado por Lobato em *Urupês*, era essencialmente um acomodado, adepto da lei do menor esforço, sem senso estético, sem higiene, a andar de pés descalços pelos matos e pelos charcos, tendo como seu destino a degenerescência. Para o autor de *Urupês*, “Todo o inconsciente philosophar da raça grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. *Nada paga a pena*. Nem culturas, nem comôdidades. De todo o geito se vive”¹⁸¹. Especula, assim, os motivos de se ter tornado o Jeca esse “arremedo de homem”. A raça e o meio seriam condicionantes desse estado de coisas. Aduz Lobato que “a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz formadoras de nossa nacionalidade,

¹⁷⁹ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 5. ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1919, p. 162.

¹⁸⁰ Tania Regina da Luca salienta que a publicação de *Urupês* teve duplo sentido entre seus contemporâneos. Para ela: “A rudeza com que Lobato descreveu seu personagem, se, por um lado, parecia confirmar as avaliações feitas pelos que proclamavam a inferioridade racial da grande maioria do povo brasileiro, por outro, abalou uma determinada visão idílica do campo, cultivada por certos setores da literatura, assim como incomodou os que tinham o sertão como o berço da raça brasileira em elaboração” (LUCA, 1998, p. 203).

¹⁸¹ LOBATO, op. cit., p. 168, grifo nosso.

e mettidas entre o estrangeiro voraz que tudo invade e o aborigene de taboinha no beijo, uma existe a vegetar de cocaras, *incapaz de evolução, impenetravel de progresso*. Feia e sorna, nada a põe de pé!”¹⁸². Esse fruto de um encontro desigual formou-se assim, usando adjetivos do autor, “feio, sorna, doente e chambão”. Porém, além das taras hereditárias, ainda mais fortemente atuava sobre ele o efeito do meio. Para Lobato,

O vigor das raças humanas está na razão directa da hostilidade ambiente. Se o hollandez extrahiu a Hollanda, essa joia do esforço, de um brejo salgado, a poder de estacas e diques, é que nada ali o favorecia.

*Se a grande Inglaterra saiu das ilhas empedradas e nevoentas da Caledonia é que não medrava nos pedrouços a mandioca; medras-se, e talvez lá os vissemos hoje, aos inglezes, tolhiços, de pé no chão, amarellentos, mariscando de peneira no Tamisa. Há bens que vêm para males. A mandioca illustra que parte o avesso do proverbio.*¹⁸³

O fator determinante da apática condição do Jeca descrito por Lobato era o meio. Para ele, benesses da natureza tropical, como a mandioca, que alimenta o povo e é de cultivo simplíssimo, nascendo praticamente imune de qualquer esforço do Jeca, transformaram-no em um fraco, um inadaptado, incapaz de lutar pela existência. Lobato apresenta assim uma explicação composta de elementos do evolucionismo, matizada pelas impressões de Lamarck sobre a adaptação ao meio. Mais do que isso, apresenta, na sua maneira de pensar a cultura nacional, uma contraposição entre o Brasil bárbaro, entre-

¹⁸² LOBATO, 1919, p. 164, grifo nosso.

¹⁸³ Ibidem, p. 168-169.

gue ao opróbrio, e o Brasil civilizado, que se escandalizou ao ler sua denúncia do abandono e, em especial, seu pessimismo em relação às chances reais de mudança de sua outra face.

Assim como a obra de Monteiro Lobato, a publicação do relatório de Artur Neiva e Belisário Penna em 1916, cerca de quatro anos após o fim da expedição que empreenderam à Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás e um ano após a publicação de *Urupês*, marcava, agora amparado pela voz da ciência, o alarma: “sanear ou perecer”. Neiva e Penna, ao publicarem seu relatório, disponibilizaram um material de capital importância para os planos de ação que começavam a ser delineados pelos sanitaristas brasileiros. Em *Viagem científica*, Neiva e Penna dissecavam as condições climáticas, os recursos naturais, as endemias, as doenças tropicais e as condições sanitárias de populações cuja existência era um mistério para grande parte dos brasileiros de grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, grandes centros urbanos dos quais a maioria das populações visitadas pelos sanitaristas nunca havia ouvido falar, patrícios de um país que mal conheciam.

Neiva e Penna visavam demonstrar, em sua obra, o descaso dos governos brasileiros para com aquela gente, apresentada como vítima, tanto do governo quanto da natureza que a cercava. Desejavam, todavia, vislumbrar alguma esperança. Mesmo considerando que essa gente era composta por “restos de homens”, nela percebiam “[...] uma raça resistente, aproveitável, vigorosa e digna de melhor sorte”¹⁸⁴. Compuseram sua narrativa na temperatura de sua própria destruição¹⁸⁵, em uma escrita construída no limite de sua

¹⁸⁴ NEIVA; PENNA, 1984, p. 200.

¹⁸⁵ Essa imagem, a da obra composta na temperatura de sua própria destruição, ou seja, do pensamento levado às suas últimas consequências, mesmo implicando uma total desconstrução do “sabido” pelo novo que se dá nesse processo de (des)construção, é enunciada por Edgar Morin. Cf. MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 39.

compreensão, buscando açambarcar aquela realidade e desconstruir suas próprias impressões *a priori*. Denunciaram o descaso e o abandono dos sertanejos, em passagens como a que segue:

*É uma rejião que embora ha seculos habitada, ainda se encontra impermeavel ao progresso, vivendo os seus habitantes como os povos primitivos. Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistencia, sem estradas, sem policia, sem escolas, sem cuidados medicos nem hijienicos, contando exclusivamente com seus parquissimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de especie alguma, sabendo da existencia de governos, porque se lhes cobram impostos de bezeros, de bois, de cavalos e burros. Vitimas do clima ingrato, da caatinga hostile e de molestias como o impaludismo, a que mais castiga a rejião, em epoca certa do ano, e outras, desconhecidas e que só agora vão sendo como o vexame e a entalação.*¹⁸⁶

O relatório de Penna e Neiva sugere uma inflexão na euforia inicial da obra de Lobato, *Urupês*, inflexão essa que se fez perceptível também na publicação posterior de Lobato, *Problema vital*, lançada em 1918. A *réplica* do eugenismo-higienismo no Brasil – à medida que *réplica* não é apenas uma cópia, mas a produção de uma nova dobra (*pli* em francês), de um novo processo de subjetivação – mostrou-se diversa daquela criada nas reflexões primeiras sobre a eugenia, como procurei sugerir. No Brasil, a eugenia, atuando intimamente ligada à higiene, promoverá uma leitura de reabilitação e reintegração do brasileiro, povo que deve ser “curado” para que possa

¹⁸⁶ NEIVA; PENNA, op. cit., p. 199.

ser integrado ao curso do progresso material da nação, como sugere, entre outros autores, Lília Moritz Schwarcz¹⁸⁷.

2.3 Deslocamentos

Com a publicação de *Problema vital*, obra que reúne ensaios jornalísticos de Monteiro Lobato, todos eles versando sobre eugenia e higienismo, concretiza-se sua postura de intelectual engajado no movimento sanitarista. *Problema vital* rapidamente se tornou um manifesto em prol da ação da *intelligentsia* brasileira, a qual, ao seu ver, deveria voltar seu olhar aos problemas nacionais. Tal obra significou uma massiva vulgarização dos preceitos fundamentais da eugenia e do higienismo, saberes que se fortaleciam no contexto intelectual da Primeira República e que, com essa publicação, paulatinamente se colocaram como as grandes questões que articulariam parte da intelectualidade nacional¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Conforme Lília Moritz Schwarcz: “Mais uma vez, o que se percebe não é a cópia imediata dos modelos disponíveis no estrangeiro, mas um uso original. As práticas eugênicas, em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população. Autoritários, como o momento que então se anunciava, os projetos eugênicos retiravam dos médicos baianos a má consciência de diagnosticar a falência irrevogável da nação” (SCHWARCZ, 1998, p. 217).

¹⁸⁸ Ainda que, como sugerem estudos sobre a história das ideias no Brasil da Primeira República, a aceitação das posições de Lobato tenha sido entusiástica, vozes dissonantes manifestaram seu descontentamento com a crença excessiva na ciência como panaceia dos “problemas nacionais”. Lima Barreto, em comentário publicado à época do lançamento de *Problema vital*, busca uma pauta de debates no campo político, com profundas alterações na estrutura da sociedade brasileira, provocando Lobato ao afirmar: “O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio e em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria de ‘Problema Vital’” (BARRETO, Lima. *Problema vital*. In: _____. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1995, p. 31).

Problema vital serviu como “abre-alas” para uma ampla gama de publicações incentivadas pela Liga Pró-Saneamento Nacional e pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Estas, através das penas de seus membros, ocupavam espaços de debate na imprensa nacional¹⁸⁹, difundindo os preceitos da higiene e da eugenia, a “nova religião da humanidade”, pretensa panaceia que, acreditavam, garantiria o “progresso” e a “salvação”. Ciência, fé, política e nacionalismo marcavam esse olhar sobre o Brasil e os brasileiros, inserindo-os em um amplo projeto, colocado em uma temporalidade projetiva, ancorada nessa prometeica promessa de salvação da nação pela luz da ciência.

Completa-se, assim, o ciclo iniciado por Nina Rodrigues, ou seja, completa-se a afirmação do discurso médico como grande propositor das políticas públicas, colocando a “missão” do médico-cientista como guia para o Brasil. Dessa forma, ao pensar as narrativas construídas em torno da “identidade nacional”, em especial no interregno de 1870 a 1930, ter em vista a disputa entre os discursos médico e jurídico torna-se fator de extrema relevância, à medida que, como frisei acima, a imagem do bacharel passa a ser preterida à do intelectual que fosse também um homem de ação¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Monteiro Lobato, a partir de 1918, passou a ser o editor da *Revista do Brasil*, fazendo com que a publicação tivesse, a cada número, ensaios e discussões em torno dessas temáticas (cf. LUCA, 1998). Da mesma forma, publicações de vida efêmera, como a revista *Saúde*, publicada sob os auspícios da Liga Pró-Saneamento, assim como boletins sobre eugenia, foram veiculados durante o período (cf. HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1991).

¹⁹⁰ As disputas discursivas entre os saberes mostram, por parte dos higienistas, algumas tentativas de desqualificar os “bacharéis”, que deveriam ser apeados do poder. Lobato os provocava, em *Problema vital*, asseverando: “Por instinto de conservação é força que o bacharel – ‘triatoma baccalaureatus’ – entregue o sceptro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, concertem a machina brasileira desengonçada pela ignorancia encyclopedica do rubim” (LOBATO, Monteiro. *Problema vital*. São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, 1918, p. 22).

Segundo Lobato, “retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade photographica, é o medico ao desenhar o quadro clinico do ancylostomado”¹⁹¹. E o retrato de Lobato sobre o Brasil busca revelar partes sombrias, partes as quais, segundo ele, muitos desejavam esquecer. Em *Problema vital*, as atenções de Lobato voltar-se-ão aos agentes causadores das doenças que acometem o caboclo. Provocativos, os títulos dos ensaios remetem ao centro do problema que o autor pretendia atacar: as moléstias que a ação médico-higienista deveria conter. Os títulos dos ensaios eram diretos: “Dezessete milhões de opilados”, “Tres milhões de idiotas e papudos”, “Dez milhões de impaludados”, entre outros, remetendo ao Brasil que, nas palavras de Miguel Pereira, era um “imenso hospital”.

Conforme Lobato, em *Problema vital*, deposita sua interpretação do atraso do Brasil em relação aos Estados Unidos e aos países europeus na doença, ele muda sua perspectiva sobre o país. Uma vez que o Jeca era um ser doente e não um degenerado, passa a ser transitório o estado de apatia em que se encontra. Era possível, segundo o parecer redentor da ciência, explorar de forma plena as potencialidades do contingente populacional brasileiro, pois a apatia, antes inata, agora era medicável. Como afirma Sérgio Carrara, no “prazo de poucas gerações, caso se fizesse uma política sanitária e educativa bem dirigida, o Brasil podia ser eugenicamente redimido, purificado. As raças que compunham sua população exibiriam então seus atributos positivos, apenas momentaneamente mascarados pelas deletérias conseqüências de certas doenças como a sífilis, e de certos costumes perniciosos como o excesso sexual que a propiciava”¹⁹².

¹⁹¹ LOBATO, 1918, p. 11.

¹⁹² CARRARA, Sérgio. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. *História, Ciência e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 391- 408, nov. 1996, p. 398.

Assim, *Problema vital* consistirá em uma obra de forte apelo à ação, uma obra marcada, agora, pela crença em um projeto de regeneração nacional, surgida após um período em que a principal estratégia adotada pela *intelligentsia* nacional, a imigração, até então entendida como elemento que deveria favorecer a constituição de um tipo nacional eugênico, recebia críticas mais fortes, em um contexto influenciado, sobretudo, pelas repercussões da Primeira Guerra Mundial. Alguns anos antes, em 1906, Sílvio Romero mostrava-se alarmado com a formação de quistos étnicos no território nacional, em especial nas regiões do sul do Brasil, pelo isolamento que o sistema de colonização adotado propiciou aos colonos tedescos.

Ao contrário da imigração alemã nos Estados Unidos, país onde Romero percebia uma melhor integração dos colonos à pátria que os acolhia, o Brasil permitia que os adventícios formassem núcleos em que o elemento nacional tinha participação nula ou insignificante, fato que, para o crítico sergipano, poderia causar a perda dos territórios do sul do país, dado, em seu entendimento, o abissal desequilíbrio regional. Segundo Romero, “dest’arte, o erro gravíssimo, o erro inexprível dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das bellissimas regiões do sul, foi se haver consentido na formação lenta, por oitenta dilatados annos, de fortes grupos de população que ficou irreductivelmente germanica, *sem a menor fusão com as populações brasileiras*”¹⁹³.

Para Sílvio Romero, o projeto de imigração, especialmente o da imigração alemã, revelou-se frustrado, uma vez que sua conversão em um importante fator de regeneração do país, através da inoculação de sangue ariano no povo brasileiro, não ocorreu. Devido a isso, a mudança de perspectiva aberta pela possibilidade de pensar

¹⁹³ ROMERO, Sílvio. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. de Heitor Ribeiro & C., 1906, p. 44, grifo nosso.

os problemas nacionais em torno da problemática da doença aportou uma nova chance, agora não pela entrada de braços estrangeiros, nem pelo “branqueamento”, mas sim pela integração de uma camada da população até então percebida como praticamente irrecuperável. Se havia a necessidade de trabalhadores para as lavouras brasileiras, era preciso, em vez de trazê-los de outros países, buscá-los nos rincões brasileiros. Afirmava Lobato:

Há fome de braços. Um paiz com 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma unica das grandes empresas assucareiras de Cuba.

É que os braços estão aleijados.

Há-os de sobra, mas inefficientes, de musculos roidos pela infecção parasitaria, o que obriga a lavoura ao onus indirecto de importar musculos europeus, ou chins, ou japonezes – o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição.

*Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem dará é a hygiene.*¹⁹⁴

Diante da sugestiva perspectiva de que a higiene e a eugenia se tornariam a panaceia de todos os problemas nacionais, restava, lançado o brado de alarma, tecer as relações entre a voz da ciência e a ação política, com a finalidade de reabilitar o brasileiro. O espírito da urgência, a fé na ciência e o nacionalismo formaram a base de um projeto de salvação nacional. Até agora abandonado pela República,

¹⁹⁴ LOBATO, 1918, p. 19

o “povo, cretinizado pela miseria organica de mãos dadas á mystificação republicana, olha em torno e só vê luz no pharol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá ha de vir a verdade que salva”¹⁹⁵. Para Lobato, o programa nacional, patriótico, deveria ter as seguintes bases, lançadas em um artigo claramente provocativo e enfático:

Programma patriotico, e mais do que patriotico, humano, só ha um: sanear o Brasil.

Guerra com a Allemanha só ha uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só ha uma: sanear o Brasil.

Fomento de produção só ha um: sanear o Brasil.

Campanha civica só ha uma: sanear o Brasil.

*Serviço militar obrigatorio só ha um: sanear o Brasil.*¹⁹⁶

A questão posta era sanear ou perecer. Era preciso agir sobre os fatores disgênicos, encarregados de minar as forças do povo brasileiro. A doença e a ignorância impediam-no de produzir e tomar o rumo do progresso social. Havia braços para o trabalho, porém braços doentes, fracos, incapazes de trabalhar. O mal de Chagas, um dos responsáveis pela fraqueza do brasileiro, deixava, como asseverava Lobato, atrás de si um rastro de destruição: “Tres milhões – tres milhões! De criaturas atoladas na mais lugubre miseria men-

¹⁹⁵ LOBATO, 1918, p. 8

¹⁹⁶ Ibidem, p. 21.

tal e physiologica por artes de um baratão!” exasperava-se Lobato, “crianças dizimadas em massa – e felizes quando morrem; se vingam crescer dão de si um rastolho humano de sordido aspecto, que atenta, diz Chagas, contra a beleza da vida e a harmonia das coisas”¹⁹⁷.

O Jeca de Lobato, pelas luzes da ciência, tinha uma esperança. Seu futuro poderia ser transformado através da ação dos médicos. Se em *Urupês* o Jeca é um degenerado, visto com pouca esperança por seu criador, nos escritos de *Problema vital* lhe é acenada uma chance de mudança: ele passa a estar nessa condição, vitimado pelos fatores deletérios que o cercam. Segundo Lobato, o caipira “Possue dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorancia e pela falta de assistencia a terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, cachetisam o corpo e atrophiam o espírito. *O caipira não ‘é’ assim. Está ‘assim’. Curado, recuperará rapidamente o logar a que faz jus no concerto ethnologico*”¹⁹⁸.

Segundo Lobato, antes do surgimento da ciência experimental no Brasil, não era possível vislumbrar o projeto de devir, a aposta no futuro. Foi através da ideia de saneamento que se pôde vislumbrar a chance de apostar em um tempo projetivo. A ideia mesmo de saneamento é vista por Lobato como consoladora, pois possibilita uma saída para o dilema em que a intelectualidade brasileira se encontrava no momento: “ou doença ou incapacidade racial”. Nesse momento, é feita por Lobato uma escolha. Para ele, era “preferível optarmos pela doença”¹⁹⁹.

Optar pela doença significava apostar na reversibilidade dos “problemas brasileiros”. É claro que era uma opção que se dava em um momento de transição, quando permanecem ambiguidades, mas

¹⁹⁷ Ibidem, p. 17.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 62, grifo nosso.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 74.

que, de toda forma, abria a possibilidade de pensar um futuro que poderia ser projetado, futuro cujas rédeas ela devolvia aos cientistas brasileiros. Nas palavras de Lobato, é perceptível a satisfação de ter argumentos científicos que possibilitem os anseios de sua geração. Suas palavras são de alívio. Afirma: “Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que anciávamos. Firmados nelle contraporemos á condennação sociologica de Le Bom a voz mais alta da biologia”²⁰⁰. Essa inflexão no pensamento de Monteiro Lobato o coloca em uma posição ambígua. Se, por um lado, mantém-se ligado à ideia de que a hereditariedade é a base da regeneração e de que, para garantir boas gerações, é necessário atacar o meio, por outro relativiza os determinismos raciais²⁰¹.

A relativização por ele proposta, todavia, deve ser pensada tendo sempre em vista as ambiguidades do discurso sobre a questão racial na época. Renato Kehl, seu amigo pessoal, contemporâneo e companheiro nas lutas pelo saneamento do país, mostrava-se bastante claro em relação à questão racial. É o que se observa quando afirma:

Considero todas as raças susceptíveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor grão, guardando, porém, certa restrição, em relação á raça negra, que, parece-me, é de um grão

²⁰⁰ Ibidem, p. 74.

²⁰¹ Afirmar que o autor de *Urupês* relativiza o papel da raça na explicação do “atraso brasileiro”, todavia, não significa dizer que ele se descola totalmente das explicações raciológicas sobre o Brasil. A figura do negro, por exemplo, continuará no centro de um sem-número de ambiguidades. Em obras como *Histórias da Tia Nastácia*, publicada nos anos 1930, Lobato investe contra a figura do negro novamente, como é perceptível através da seguinte passagem: “Pois cá comigo – disse Emília – só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras – coisa mesmo de negra beicuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto!” (LOBATO, Monteiro. *Histórias de Tia Nastácia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 30).

*intellectual um tanto inferior a todas as outras. O facto de se contarem, entre individuos de raça negra, exemplos de intelligencia brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença ou melhor, essa verdade. São excepções e raríssimas que não servem para invalidar a regra.*²⁰²

É corrente, entre os higienistas e eugenistas, a crença de que é possível regenerar uma raça, saná-la física e moralmente. Porém, a análise da obra de Renato Kehl demonstra que essa crença não necessariamente negava que, como fica patente na passagem acima, houvesse uma hierarquia entre “raças diferentes”. É possível sugerir que Kehl, assim como Lobato, partilhava da ideia de que o povo brasileiro era vítima da doença e do descaso, sendo possível saná-lo. Contudo, isso implicava na crença de uma melhoria das condições de saúde física que não necessariamente elevava no mesmo movimento o juízo que havia acerca de escalas de superioridade ou inferioridade racial. Determinada “raça” pode mostrar-se em estado de saúde perfeito, porém nem por isso ser mais “elevada” devido a esse fator quando comparada a outra; no caso, a baliza seria a comparação entre “negros” e “brancos”, reflexão claramente apoiada em bases evolucionistas. Na mesma obra supracitada, sobre as endemias, Kehl afirma:

Parte respeitavel da população rural e mesmo urbana, traz impressa, indelevelmente, evidentes signaes de degeneração, tomados erroneamente, como caracteres anthropologicos da raça. Foram as doenças que crearam o “caboclo degenerado” que na literatura indigena se cognominou “Geca Tatú”. Este, felizmente, não representa

²⁰² KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenía e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Ed., 1923, p. 174-175.

*senão a caricatura grotesca do brasileiro cacogenizado, fadado a desaparecer, para dar lugar ao verdadeiro typo nacional, forte, robusto e perfeito, quando a instrução e a hygiene fizerem o milagre da regeneração nacional. E esse milagre, estou certo, realizar-se-á dentro de tempo relativamente curto, graças aos esforços, que não se esboçam mas se evidenciam claramente.*²⁰³

Das palavras de Kehl, torna-se possível aduzir, em primeiro lugar, o jogo entre campo e cidade, tema que é recorrente nas análises por ele efetuadas da sociedade brasileira. Se, por um lado, as reflexões de autores como Monteiro Lobato estiveram mais ligadas aos homens do interior do Brasil²⁰⁴, dos Jecas do interior, Kehl e outros se preocuparam igualmente com os “fatores disgênicos” próprios à cidade: a libertinagem, os vícios, a vida boêmia e desregrada e as más condições higiênicas, com seus miasmas, sua sujeira e sua falta de saneamento básico. É a cidade, vista pelos poetas e escritores boêmios do século XIX como o espaço dos excessos e dos prazeres, que foi relida pelos eugenistas e higienistas pelo prisma moral. A cidade e seus antros é o espaço que deve ser atacado, geometrizado e higienizado.

A cidade e seus vícios e ambiguidades foram, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, amplamente explorados tanto pelos poetas e escritores quanto pelos cientistas sociais. A Berlim de Georg Simmel, a Paris de Baudelaire e, mais tarde, de Walter Benjamin, as cidades coloniais e imperiais brasileiras de Gilberto Freyre, sob prismas diferentes, chamaram atenção por seu caráter múltiplo, por suas temporalidades diversas e pela variedade de seus espaços. Mais do que isso, pronunciavam-se, ante o olhar

²⁰³ KEHL, 1923, p.165-166.

²⁰⁴ O que não significa dizer que Monteiro Lobato não abordou, em especial em sua coletânea *Problema vital*, aspectos da vida nas cidades e dos perigos que esse modo de vida oferecia aos brasileiros.

esquadrinhador e higienista dos gestores sociais, como um espaço a ser controlado, um espaço cujas reentrâncias deveriam ser transformadas em linhas retas, espaços de visibilidade e de controle. O olhar “medicalizador”, ao entrar na cidade visando limpá-la, ao participar de sua concepção, como enfatizou Michel Foucault, tinha como principal objetivo analisar “os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos”²⁰⁵.

Em *Sobrados & mucambos*, Gilberto Freyre pintava, em traços largos, as cores das cidades brasileiras que se formaram, mansamente, entre o fim do século XVIII e ao longo do século XIX; cidades que cresciam e se mostravam múltiplas e cheias de surpresas e riscos, carentes que eram ainda de uma reforma higiênica²⁰⁶. Segundo Freyre, “noite de escuro é que sair de casa, nas cidades brasileiras dos princípios do século XIX, tinha seu quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; ‘tigres’ estourados no meio da rua; bicho morto. Na Bahia, em Vila Rica, em Olinda, ladeiras por onde o pé escorregando em alguma casca de fruta podre, a pessoa corria o risco de ir espapaçar-se nas pedras e até perder-se em despenhadeiros”²⁰⁷.

²⁰⁵ FOUCAULT, 1998, p. 89.

²⁰⁶ Aludo a preocupações higiênicas de Gilberto Freyre tendo em vista sua simpatia pelos ideais dos sanitaristas brasileiros, como ele soube deixar claro na introdução a *Casa grande & senzala*, na qual separa as ideias de raça e cultura, apontando para a doença, e não para a raça, como metáfora do problema nacional. Segundo Freyre, “Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência no Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole de Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of most of the population’. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes” (FREYRE, 1999, p. XLVII).

²⁰⁷ FREYRE, 1961, p. 40.

Assim, a cidade emerge, sob os olhos atentos dos médicos brasileiros de fins do século XIX, como um espaço a ser controlado e limpo. Sidney Chalhoub, em *Cidade febril*, aponta o ano de 1893 como o anúncio da guerra entre o Estado e os moradores dos cortiços, tendo como símbolo dessa disputa a derrubada do Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca da época. O ataque aos cortiços, símbolos das epidemias, da doença e do vício, parte, segundo Chalhoub, do “diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”²⁰⁸.

Além dos males higiênicos, a cidade estava repleta de fatores disgênicos, para os eugenistas-higienistas, verdadeiros caminhos de perdição para os jovens. Vários dos médicos do período, das décadas de 1920 a 1940, deram grande ênfase aos riscos oferecidos à saúde dos brasileiros por sua vida luxuriosa, pelas tentações das grandes cidades, como o Rio de Janeiro. Dentre os males que afligiam a sociedade brasileira, é possível que a sífilis seja o mais analisado pelo tanto que sugere em problematizações possíveis sobre as narrativas identitárias acerca da ontologia do brasileiro, caracterizada pela luxúria, entre outros fatores, como no ensaio de Paulo Prado.

Em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, Paulo Prado buscou analisar os fatores que definem a psicologia do brasileiro, por ele percebido como um povo triste, depositando as razões dessa apatia na luxúria, na ganância e na cobiça. Mas o que salta aos olhos é a importância por Prado depositada na sensualidade corruptora do brasileiro, sendo a luxúria uma das características mais marcantes em sua narrativa sobre o *ser* brasileiro, o qual, por caráter

²⁰⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 29.

lascivo, foi condenado à tristeza, como afirma já na primeira frase de seu livro: “Em uma terra radiosa vive um povo triste”²⁰⁹.

A importância dada à sexualidade excessiva do brasileiro em *Retrato do Brasil* conduz o leitor a associá-la a um quadro mais amplo de psicopatologias²¹⁰, envolvendo as condições sob as quais o país foi colonizado, bem como as influências do meio natural na corrosão de seu caráter. Para Prado, a melancolia por ele percebida nos brasileiros vem de um princípio antigo da medicina: *post coitum animal triste, nisi gallus qui cantat*²¹¹. Nessas condições, Prado percebe o Brasil como uma nação fadada, desde sua fundação (talvez, melhor dizendo, pelo mito fundador por ele invocado), à apatia. Em suas palavras:

*Dominavam-no (o colonizador) dois sentimentos tirânicos: sensu-
alismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento
desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas
vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíram como cúmplices
– já dissemos – três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena
ou a escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do
vício sexual. Ao findar o século das descobertas o que sabemos do
embrião da sociedade então existente é o testemunho dos desva-
rios da preocupação erótica. Desses excessos de vida sensual ficaram*

²⁰⁹ PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. In: INTÉRPRETES do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. II, p. 29. Para uma interpretação da obra de Paulo Prado, ver: BARRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena*: a obra de Paulo Prado. São Paulo: Unicamp, 1999.

²¹⁰ Para Paulo Prado: “Luxúria, cobiça: melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a seqüência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abulia, tristeza. Por sua vez, a tristeza, pelo retardamento das funções vitais, traz o enfraquecimento e altera a oxidação das células, produzindo nova agravamento do mal como o seu cortejo de agitações, lamúrias e convulsões violentas. Influência do clima, dos hábitos de vida, da alimentação, ou do bom ou mau funcionamento das glândulas endócrinas, que a ciência começa a estudar?” (PRADO, 2000, p. 67).

²¹¹ Ibidem, p. 67.

*traços indelévels no caráter brasileiro. Os fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas, acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo até o ódio.*²¹²

Em *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, bem como na obra de ensaístas²¹³ a ele posteriores, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, o mito da sexualidade desbragada dos brasileiros ressurgiu, é mister frisar, com tonalidades diferentes.²¹⁴ Da mesma forma, estará na base das preocupações de eugenistas como Renato Kehl e

²¹² Ibidem, p. 66.

²¹³ Roger Bastide, em um dos seus vários estudos publicados sobre o Brasil, também investiu no tema da sexualidade desenfreada, marca da colonização brasileira; em seu caso, tomando o *cafuné* como *leitmotiv* para o cruzamento entre psicanálise e sociologia. Cito “Psicanálise do Cafuné” por tratar-se de um ensaio que se dirigiu para o mundo interior das casas de engenho do nordeste do Brasil, ao abordar mais diretamente a sexualidade feminina. Enquanto ensaístas como Paulo Prado e Gilberto Freyre mantiveram-se atentos aos ímpetos dos colonizadores portugueses e de sua sede de sexo, saciada com as indígenas e africanas, Bastide enfoca a senhora de engenho. Segundo Bastide: “O que o caracteriza [o engenho] é que o senhor de engenho separava sua vida marital de sua vida amorosa. A mulher branca, que ele desposava ainda jovem, ao sair do convento, na época dos primeiros sonhos romanescos e do despertar dos sentidos, não era considerada por ele senão como dona de casa, dirigente dos escravos e sua enfermeira se fôsse preciso, e, sobretudo, como procriadora. Sua vida amorosa ele reservava para as negrinhas e as mulatas da senzala. Assim sendo, as reservas acumuladas de carinho da jovem branca careciam de um reservatório onde transbordar” (BASTIDE, Roger. *Psicanálise do Cafuné*. In: _____. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: ECA, 1971, p. 315-316). A erupção dessa sexualidade reprimida pelo abandono dos senhores era canalizada em uma vida reclusa, em companhia de outras mulheres, em torno de bordados e da feitura de doces, além da consequente busca pelo prazer sexual no lesbianismo. Bastide sugere que nas cozinhas das casas grandes se formou um verdadeiro gineceu lésbico. Conforme Bastide, “a conseqüência sexual que resulta dessa separação de sexos, a grande tentação do gineceu, é evidentemente o amor lésbico” (Ibidem, p. 318).

²¹⁴ Margareth Rago buscou capturar as linhas gerais dessa narrativa da sensualidade brasileira em um ensaio intitulado “Sexualidade e identidade na historiografia brasileira” (cf. RAGO, Margareth. *Sexualidade e identidade na historiografia brasileira*. *Resgate*, v. 6, n. 7, p. 59-74, 1997).

Amadeu Amaral, para os quais a ênfase no desregramento moral que imperava no Brasil era uma das causas primeiras do seu estado de prostração e atraso. Assim, nas campanhas de eugenia-higiene, a preocupação com o estabelecimento de regras de conduta moral, que deveriam incidir sobre o casamento e a reprodução, nasceram em meio a um contexto no qual o país emergia como um paraíso-inferno de sexualidade desenfreada. Como afirma o antropólogo Sérgio Carrara, não “parece haver dúvida de que a percepção do Brasil como um país de sifilíticos era caudatária da ideia mais geral de que os brasileiros ser caracterizariam por ser excessivos sexualmente”. Ainda que tenham sido deslocadas as causas e as implicações, a ideia de luxúria, dos excessos de uma sexualidade desenfreada, segue como um dos mitos acerca do “ser brasileiro”.²¹⁵

Assim, o brasileiro, visto como esse luxurioso habitante dos trópicos, precisava ser policiado. O férreo controle da sexualidade como via de acesso tanto ao “apuro da raça”, mediante a reprodução, como na luta contra a expansão das doenças venéreas, teve como resultado a união de fé e ciência em um discurso fortemente moral. O Dr. Mário Alcantara de Vilhena, em *Da continência como fator eugênico*, mostrava-se convicto do importante papel da “pureza”, não só de atos como de pensamentos. Afirmava: “é a castidade que de-

²¹⁵ À medida que, já com Monteiro Lobato, como procurei argumentar, se opera o deslocamento dos males que afligiam o Brasil da raça, daquilo que é permanente, para a doença, ou seja, para aquilo que é transitório, a atenção dos pensadores sociais volta-se para os males mais prementes, entre eles, a sífilis. Segundo Gilberto Freyre: “A sífilis fez sempre o que quis no Brasil patriarcal. Matou, cegou, deformou à vontade. Fez abortar mulheres. Levou anjinhos para o céu. Uma serpente criada dentro de casa sem ninguém fazer caso de seu veneno. O sangue envenenado rebentava em feridas. Coçavam-se então as perebas ou ‘cabidelas’, tomavam-se garrafadas, chupava-se caju. A sifilização do Brasil – admitida sua origem extra americana – vimos, às primeiras páginas deste trabalho, que data do princípio do século XVI. Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, mulecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica – sempre menos higiênica que a dos bordéis” (FREYRE, 1999, p. 318).

fendemos, a abstenção do acto sexual, dos máus pensamentos, das más intenções, da profanação da vida”.²¹⁶ O Dr. Vilhena mostrava-se alarmado como a decadência dos costumes e da moral. Segundo ele, “dous passos que damos nas ruas da cidade, encontraremos os representantes do bello sexo, em pleno mostruario daquillo que as nossas matronas guardam com o maior recato. As saias curtas, os decotes, que escandalol!”. Para Vilhena, livros, jornais, revistas publicavam os mais “elogiosos encomios ao vicio”, sendo essa tendência perceptível por médicos como ele em seus consultórios, pois “enquanto as velhas e matronas tinham o maior cuidado em occultar os seus seios, no exame a que se submettiam, as mocinhas, com o maior desembaraço, iam-nol-os descobrindo”.²¹⁷

Como, já com Monteiro Lobato, na década de 1920, começa a se tornar patente o deslocamento dos determinismos mais rígidos no tocante à raça, pode-se perceber uma guinada retórica entre aqueles que, no final da década de 1920 e ao longo da década de 1930, ainda se apresentavam como propugnadores da eugenia: eles buscavam se abrigar em um discurso pedagógico e de forte cunho moralizador, mais próximo do anseio de formar o “cidadão-soldado”, vazado na lógica do *mens sana in corpore sano*. Tomando, por exemplo, a seguinte manifestação de Renato Kehl, torna-se possível visualizar esse anseio de defesa da moral e da família. Segundo Kehl, a eugenia constituía “a verdadeira religião do futuro, a sciencia da felicidade, porque se esforça pela elevação moral e physica do homem, afim de dotal-o de qualidades optimas, de fornecer-lhe elementos de paz na familia, na sociedade, na humanidade”²¹⁸.

²¹⁶ VILHENA, Mário Alcantara de. *Da continencia e seu factor eugenico* ou Da continencia como base para a construção duma raça vigorosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil, 1921, p. 13.

²¹⁷ Ibidem, p. 15.

²¹⁸ KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929, p. 6.

Ou seja, para Kehl, em uma série de escritos tardios, era importante prezar a geração de boas proles no futuro, de cidadãos sãos moral e fisicamente, pelo bem da pátria e da humanidade. Sua argumentação esmorecia na mesma medida em que era movediço o solo pseudocientífico no qual ela buscava firmar seu alicerce.

Destarte, os últimos suspiros da eugenia e do higienismo foram concentrados na busca por legislar a diferença. Tentou-se erguer uma barreira para a sua proteção ante o Outro. No pós-1930, com o objetivo de se encapsular nas estruturas do Estado, os higienistas procuraram converter suas forças para operar a transformação que Giorgio Agamben apontava em relação aos regimes de força, a saber, a da legislação da exceção enquanto fundamento da norma. A formação do discurso biopolítico estava amparada, ainda seguindo o proposto por Agamben, na impossibilidade de discernir-se entre *polícia* e *política*. Eis a soberania da lei, do Estado, sobre o indivíduo; sobre a *vida nua*, cujos exemplos mais característicos são o estrangeiro, o louco, a prostituta, o *anormal*. Assim, o Estado chamava para si a tutela da vida, pensada nesta época em termos eugênicos²¹⁹.

Portanto, para os eugenistas brasileiros, eram fatores de crucial importância a restrição à imigração e as sanções ao casamento entre “anormais”²²⁰. Antecedendo em alguns meses a Revolução de

²¹⁹ Cf. AGAMBEN, 2002, p. 151-160.

²²⁰ Sobre as consequências do casamento entre “anormais” e o dever da ciência de proteger a nação desse peso, Amadeu Amaral assim se expressou em ensaio publicado na *Revista do Brasil*: “Vem uma dessas criaturinhas ao mundo já com todo um inferno potencializado dentro do seu corpinho minúsculo e tenro. Bole ahi dentro, ansiando por sair, toda uma sementeira de atrocidades: cegueira, surdez, chagas, ataques, paralyisia, allucinações, angustias, vícios, maldades, todos os legados organicos do pae avariado ou alcoolatra, da mãe nevropatha ou tuberculosa. E o desgraçadinho vive, muitas vezes, como se fosse perfeito: nenhuma prevenção, nenhum cuidado, nenhum zelo especial, nenhum corretivo opportuno. E cresce, e arrasta a sua tragédia lancinante, e deixa descendentes que continuem a desenrolar a cadeia infundavel dos condemnados sem culpa! E continuam a altear-se de mais a mais os muros das prisões, assumem vulto de cidades os manicomios, mais se reproduzem as enfermarias, mais longas e mais barulhentas se tornam as alfurjas do vicio em pleno

1930, no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, de 1929, paradigmático pela dispersão de temas e propostas, fator que procurarei analisar adiante, casamento e imigração foram dois dos temas tocados pelos conferencistas. Em uma conferência intitulada “O problema eugenico da immigração”, Azevedo Amaral, defendendo a necessidade de manter-se a entrada de imigrantes no país, devido a sua “fome de braços”, propunha que essa entrada se desse mediante uma série de leis restritivas, vazadas em critérios raciológicos. Amaral assim se manifestou sobre a questão:

Uma vez admittida como inaceitavel a doutrina de que o meio physico, social, moral ou economico pode determinar pelas suas influencias modificações permanentes da raça, somos forçados a repellir a politica immigratoria que aconselha a abertura das fronteiras ao joio e ao trigo das fluctuações demographicas internacionais na esperança illusoria de que as influencias mesologicas perdominem em um imaginario processo de caldeamento ethnico. Começaremos por negar a possibilidade de semelhante caldeamento. Os valores hereditarios podem coexistir no corpo social, mas pela acção natural do processo selectivo os elementos eugenicos e os elementos dysgenicos tendem a eliminar-se uns aos outros, predominando afinal os primeiros ou os segundos, de accordo com as relações de porcentagem numerica, para cujo estabelecimento o meio entra em função, facilitando segundo as suas influencias a victoria de uns ou de outros typos humanos em concorrência na luta social.

O problema eugenico da immigração encarado no ponto em que já o collocamos pode ser definido como a determinação dos meios de

coração das cidades, e essas geenas refervem de angustias, de desesperos, de lentas agonias” (AMARAL, Amadeu. Cuidar da infância! *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 62, p. 140-141, 1921).

*assegurar os processos mais eficazes de escolha dos elementos alienígenas, cuja entrada no paiz concorrerá para levantar o nível dos caracteres superiores da raça e, ao mesmo tempo, vedar o acesso ao nosso território de todos aquelles cuja influencia dysgenica seja reconhecida. Encarada nesses termos, a questão consiste, antes de tudo, na determinação dos requisitos que devem justificar a entrada do estrangeiro e as razões que podem aconselhar a sua exclusão.*²²¹

Destarte, o discurso eugênico, passado o calor das primeiras refregas, acaba por refugiar-se em argumentos antes “morais” do que “científicos”, fazendo de sua missão sacerdócio em defesa da saúde e da vida ou sugerindo uma ação direta no sentido de normalizar a conduta dos indivíduos, inclusive, como propunha Renato Kehl, no momento do casamento²²². O eugenista contava com o dia “em

²²¹ AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da imigração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos ...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929, p. 331.

²²² É interessante a leitura paralela das propostas de restrição aos casamentos apresentadas pelos eugenistas brasileiros e das defendidas pelo III Reich. Reproduzo a passagem da emenda, citada por Giorgio Agamben, quando este analisa a política de estado do governo alemão: “nenhum matrimônio pode ser realizado: 1) quando um dos noivos sofre de uma doença contagiosa que faça temer um dano grave para a saúde do cônjuge ou dos descendentes; 2) quando um dos noivos se encontra interdito ou provisoriamente sob tutela; 3) quando um dos noivos, sem encontrar-se interdito, sofre de uma doença mental, que torne evidente que o matrimônio é indesejável para a comunidade nacional; 4) quando um dos noivos sofre de uma das doenças hereditárias previstas na lei de 14 de julho de 1933” (AGAMBEN, 2002, p. 156). À medida que Agamben aponta essa legislação sobre o casamento, afirma que ela só pode ser pensada no âmbito das teorias eugênicas, ou seja, pensando as ideias gestadas na passagem do século XIX ao XX, quando, usando palavras de Michel Foucault, o corpo passa a ser uma realidade biopolítica, descaracterizando considerações sobre a política nazista ou, no caso brasileiro, sobre o autoritarismo das elites, da Primeira República ou do Governo Vargas. Os homens de Estado e as políticas públicas, nesse caso, nada mais são do que a parte mais visível de uma complexa teia de ideias sobre nação, raça e comunidade, oriundas, em sua grande maioria, das ciências humanas e biológicas. Para Agamben, somente nessa perspectiva, a da articulação de política e vida, ou seja, no horizonte aberto pela biopolítica, torna-se possível entender o porquê da promulgação da lei de defesa da hereditariedade alemã em 14 de julho

que os casamentos serão ajustados tendo em conta, em benefício da prole, também o estado constitucional, não só dos nubentes como de seus ascendentes nas árvores genealogicas de família terão especial importancia as anotações relativas ao typo constitucional de cada um de seus membros. Muita gente evitará os typos picnicos, outros os leptosomicos... sobretudo certos displasicos! Os matrimonios serão em futuro remoto, decididos constitucionalmente, como se resolvem formulas chimicas”²²³.

2.4 Em defesa da orgia de sentidos

Algumas nuances desse contexto intelectual, o das primeiras décadas do século XX, as quais podem fugir ante um olhar algo apressado, que vise construir uma generalização sobre a época, devem ser ressaltadas. Se a ênfase deste capítulo foi dada na força mediante a qual, na passagem do século XIX ao século XX, conceitos como raça, meio e doença, articulados no horizonte da busca de um ideal de pureza, marcado por um forte acento moral, foram apresentados como a tônica desse contexto de concepções sobre o Brasil, é importante também apontar as vozes dissonantes que emergiram. A abertura de novas possibilidades de articulação, tendo como vetor as narrativas em torno da identidade nacional e as ideias de pureza racial e moral, uma vez analisada, demonstra tanto a inexistência, em tais narrativas e ideias, de síntese, quanto a proliferação de elementos, seja em contraposição, seja em contato. Essas possibilidades sugerem uma aproximação da noção de dialogia, cara ao pensamento de Edgar Morin, para quem a “dialógica permite assumir racional-

de 1933, poucas semanas após a ascensão de Adolf Hitler ao poder (AGAMBEN, 2002, p. 155-156).

²²³ KEHL, Renato. *A eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: Sodré & Cia., 1929, p. 126.

mente a associação de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo”²²⁴.

Esse cuidado permite uma reflexão sobre as fabulações acerca da “identidade nacional” como matéria plástica profundamente reinventada a partir dos anos 1920, estuário de ideias entre si muito diversas, oriundas de posições diferentes dentro desse campo de ideias que não necessariamente entravam em disputa, muitas vezes se compondo, se bricolando, tornando esse contexto polifônico, dado que requer um olhar aberto a essas nuances.

A análise de dois exemplos dessa multiplicidade de vozes objetiva sugerir os traços mais gerais do pensamento da época. O primeiro exemplo será buscado em trabalhos apresentados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Esse congresso, por suas dimensões e características (reuniu homens de ciência de várias partes do país), tinha pretensões de afirmação do discurso eugênico sobre o Brasil e o estabelecimento de uma proposta de ação, elaborada pelos sectários da eugenia, que servisse de bandeira ao movimento. Na ata de abertura do Congresso, é proclamada a necessidade de voltar-se a atenção dos homens de ideias e de ação do país para um fator que atuava junto à “medicina e a hygiene” que, segundo eles, “resolveriam o problema da saúde”, solução importante mas insuficiente, pois se deveria dedicar maior atenção “a semente, a herança”, fatores que dependem da “eugenia”²²⁵. Ainda que a proposta inicial dos incentivadores do congresso partisse dessa premissa, da análise dos trabalhos apresentados emerge a impossibilidade de conciliação das leituras dos problemas nacionais e de suas soluções.

²²⁴ MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: SILVA, Juremir Machado da. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-42.

²²⁵ PADILHA, Cecília. Acta da Sessão Inaugural – 1º de Julho de 1929. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos ...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929, p. 11-12.

Edgard Roquette-Pinto e A. Fróes da Fonseca, ambos antropólogos ligados ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro, apontavam para a impossibilidade de pensar a eugenia, em moldes galtonianos, como um projeto viável para a nação ou mesmo como uma teoria cientificamente sustentável. Fróes Fonseca, em um estudo detalhado, no qual busca situar a eugenia desde uma perspectiva antropológica, partindo da análise das correntes mais contemporâneas da antropologia, em especial banhado pelas reflexões de Franz Boas²²⁶ sobre o relativismo cultural, centra sua crítica no conceito de que o atraso brasileiro estava vinculado à sua composição étnica. Para Fróes Fonseca, “que a mestiçagem em si não é causa de degradação prova-o o simples facto, que apontámos, de serem mestiças em vários graus todas as populações mestiças, como o eram os gregos do século de Pericles”²²⁷.

Assim sendo, Fróes Fonseca operava um deslocamento do determinismo racial para as questões sociais, como a doença e o meio, similar àquele proposto por Monteiro Lobato já no final da década de 1910, ainda que amparado em bases mais sólidas em sua argumentação contra o racismo do que Lobato²²⁸. Para Fonseca, era cru-

²²⁶ Fróes Fonseca, inspirado nos estudos de Boas, afirmava: “Os trabalhos de Franz Boas vieram cientificamente demonstrar a inanidade da argumentação espetacular e vazia em que se baseiam ainda hoje os dogmatistas de uma pretensa superioridade racial ingênita. Os factôres preponderantes no adeantamento ou atraso culturais não são precisamente os de raça. E nada impede que populações, após amplos períodos de estacionamento, rapidamente conquistem, como succedeu ao Japão lugar proeminente” (FONSECA, A. Fróes da. Os grandes problemas da antropologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos* ... Rio de Janeiro: [s.n.], 1929, p. 77).

²²⁷ Ibidem, p. 76.

²²⁸ Além da recepção dos estudos de Franz Boas no Brasil, que não me é possível precisar quando se inicia, os estudos sobre antropologia, impulsionados fortemente por Roquette-Pinto, ofereciam fortes elementos de persuasão contra as teses racistas. Segundo Fonseca: “Os factos consoladores são as verificações que a cada passo se fazem e que os trabalhos de Roquette-Pinto tanto tem evidenciado, de que nossa gente mestiça, sempre que em condições de saúde é physicamente forte e que tem demons-

cial a distinção “inconsciente ou intencionalmente feita dos mestiços criados em condições saudáveis com os que se rejeitam á margem da sociedade, desenvolvidos atravez de todas as falhas da hygiene, privadas de educação moral, presa fácil do alcool, da syphiles, da opilação e da malaria”²²⁹.

Na mesma perspectiva que Fróes Fonseca, Roquette-Pinto busca, em sua conferência, demonstrar que o caráter racialmente mestiço da população brasileira não deve ser visto como impeditivo ao florescimento de um povo forte e do progresso social. Para Roquette-Pinto, se a terra não é o paraíso descrito pela Carta de Caminha, é ao menos boa e generosa, capaz de muito produzir. O problema, a seu ver, não está, então, nela e nem mesmo no povo, que enfrenta suas agruras de forma ativa. Sua aposta é de que se trata de um problema de ordem organizacional. Inspirado em Alberto Torres, pede que o poder seja centralizado, clamando uma medida forte no sentido de organizar e fazer produzir a nação. Para o antropólogo, “Organização nacional, no Brasil, *quer dizer principalmente*, educação do povo, nacionalização da economia e circulação das idéias e da riqueza”²³⁰.

Acordam Fróes Fonseca e Roquette-Pinto sobre a impossibilidade de vinculação dos problemas nacionais às características raciais da população. Conforme Roquette-Pinto, o “numero de individuos somaticamente deficientes, em algumas regiões do paiz, é realmente consideravel. Isso, porém, não ocorre por conta de qualquer factor de ordem racial; deriva de causas pathologicas cuja remoção na

trado, na conquista do seu territorio, reservas taes de energia moral, que permittem encargar com optimismo o futuro” (Ibidem, p. 78).

²²⁹ Ibidem, p. 77.

²³⁰ ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos ...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929, p. 123, grifo do autor.

maioria dos casos independe da anthropologia. É questão de *política sanitária e educativa*”²³¹.

Assim, para ambos, o progresso brasileiro não era prejudicado por fatores raciais. Não era a mestiçagem a causadora do “atraso brasileiro” em relação aos países europeus ou aos Estados Unidos, mas sim as condições sociais, o abandono das populações do interior do Brasil, ainda expostas a doenças seculares, totalmente distantes dos olhos das elites nacionais. Para Roquette-Pinto, era, inclusive, desnecessária a entrada de braços estrangeiros no país, medida defendida por vários dos partidários da eugenia. Segundo ele, “O ambiente não é favorável. Logo, não é da raça a deficiência, uma vez que já se apontou o que ella vale. *Falta de braços significa má aproveitamento dos braços existentes*”²³². Ou seja, como já sugerira Lobato, em *Problema vital*, cerca de uma década antes, o problema residia não na falta de braços, mas na impossibilidade de que esses braços se erguessem para o trabalho, uma vez que eram braços doentes.

O segundo exemplo dessa multiplicidade de vozes foi buscado na literatura. A passagem foi recolhida no romance *Memórias sentimentais de João Miramar*, passagem na qual Oswald de Andrade oferece uma resposta irônica às mitificações do culto ao ideal *mens sana in corpore sano*. Ao descrever as atividades desportivas e intelectuais do Grêmio Recreativo Pingue-Pongue, mediante efusivas palavras de um orador, entusiasta da construção de uma nacionalidade fundada no cânone literário e nos corpos viris, Oswald põe a nu tanto o caráter ubuesco desses ideais de nação e moral quanto a resposta de membros de sua geração a ela. Em suas palavras:

²³¹ Ibidem, p. 146, grifo do autor.

²³² Ibidem, p. 123, grifo do autor.

*Porque aqui, meus senhores e senhoras, revelando uma cultura pouco vulgar, em juventudes desta idade, as sócias e sócios não cogitam tão-somente os adornos que eletrizam os do respectivo sexo oposto. Não! Praticam os desportos! Seguindo a lição da Grécia, realizam o eterno anexim Mens Sana in Corpore Sano. Aqui não se lêem romances de baixa palude literária nem os versos futuristas! Só se lê Rui Barbosa. Não! Aqui formam-se dignos filhos e filhas do grande ser que Olavo Bilac chamou na frase cinzelada e lapidar: 'Astuta e forte, a grande mãe das raças, Eva!'*²³³

Insera na situação, todavia, o elemento do inesperado e do incontrollável. Um apagão, que se estende por alguns minutos, põe à prova as convicções dos jovens. A continência e a moral ilibada deveriam ser mantidas mesmo sem que fosse possível a inspeção do diretor do Grêmio Recreativo. Buscando demonstrar que esse não compreendia os risinhos cúmplices dos jovens ali presentes, enfatiza novamente suas convicções:

Visto isso, só tenho a inserir na ata do Recreio Pingue-Pongue um verdadeiro hino congratulatório aos moços que, como verdadeiros São Luíses, se mantiveram em hora tão perigosa na postura que os levará mais tarde como maridos aos fulgurantes páramos da ventura conjugal.

*Bendita terra que possui tais efebos! Pátria, latejo em ti! (Sorrisos e palmas.)*²³⁴

²³³ ANDRADE, Oswald. *Memórias sentimentais de João Miramar*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1990, p. 104.

²³⁴ *Ibidem*, p. 105.

A multiplicidade de vozes oriundas de campos os mais diversos, de forma bastante fragmentada, vozes que nos estimulam a girar continuamente o caleidoscópio das possibilidades de interpretação, buscando formar novas imagens, nascidas de (re)combinações que ligam aquilo que pode parecer solto, desconexo, são o desafio que, entre outras possibilidades epistemológicas, o pensamento complexo impõe.

Mais do que a busca da construção de um modelo de homem, idealizado sob moldes científicos, o contexto de ideias da Primeira República, visto desse ângulo, coloca-nos ante uma orgia de sentidos, projetos, direções e opções de intervenção intelectual e política, em um movimento crítico, inclusive, sobre o papel do intelectual brasileiro. Valho-me desses dois exemplos, a fragmentação do discurso eugênico dentro do próprio “movimento”, que denota a falta de uma coesão de propostas de seus membros, e as críticas externas ao “movimento”, vindas da literatura e das artes, para propor um exercício de reflexão alheio a qualquer tentativa de eleger o discurso eugenista-higienista como voz majoritária nas narrativas construídas sobre a identidade nacional no Brasil, um exercício que permite visualizar tal discurso como apenas mais uma das fabulações sobre a nacionalidade brasileira nascidas nos anos 1920.

3 CONEXÕES

3.1 O Rio Grande do Sul e o eugenismo-higienismo

O ensaísta Gilberto Freyre dedicou, ao longo de toda a sua obra, vasta e multifacetada, pouco mais do que alguns ensaios ao Rio Grande do Sul²³⁵. Apesar de manter, junto à intelectualidade sul-rio-grandense, prestígio e um vívido diálogo intelectual, Freyre esteve no estado poucas vezes. Ainda assim, em sua obra *Região e tradição*, dedica um capítulo à interpretação, algo impressionista, sobre alguns traços do que ele batiza *Narcisismo gaúcho*. Freyre percebe, no Rio Grande do Sul, a manifestação de um narcisismo singular, traço, por assim dizer, distintivo do modo de ser dos gaúchos²³⁶.

²³⁵ FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 7, p. 10-15, dez. 1946. FREYRE, Gilberto. Narcisismo gaúcho. In: _____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 241-255.

²³⁶ Essa narrativização do gaúcho como um “monarca dos pampas”, altivo, forte e aguerrido, essa invenção do gaúcho literário, já foi analisada por estudos os mais

Esse narcisismo à gaúcha não se apresentava, entretanto, ao autor de *Casa grande & senzala*, propriamente como um defeito; “narcisismo do bom, do puro, do legítimo”, afirmava Freyre. Eram perceptíveis, no gaúcho, traços de uma “espécie de narcisismo romântico”, com fortes tendências à introspecção e à autocrítica²³⁷. Esse narcisismo, a rigor, se manifestou, em um primeiro momento, pelo ímpeto conquistador apresentado pelo homem no Sul, pela vivência fronteiriça, que dele exigia uma autoafirmação, conquistada mediante sua força. Em segundo lugar, deveu-se à “acolhida maternal” da natureza da extremadura meridional do país, facilmente dominada pelo conquistador sulino.

Gilberto Freyre buscava compreender o gaúcho, quase que se deixando embriagar pela mítica do “centauro dos pampas”, para, em um segundo momento, distanciar-se dessas narrativas fantásticas das virtudes dos pampeanos, apontando para o “gaúcho a pé”, para aquele homem que, conforme Freyre, tanto quanto os seus patrícios dos sertões e das populações ribeirinhas do Norte do país, estava entregue à doença. A “susceptibilidade gaúcha”, para Freyre, “se arrepia à sugestão de que em certas zonas do Estado do Rio Grande do Sul as condições de saúde da população sejam precárias. Tuberculose no Rio Grande? Desnutridos no Rio Grande? Má alimentação no Rio Grande? Deve ser tudo engano ou, pelo menos, exagero. Fantasia de sociólogos com excessivo pendor para a patologia social”²³⁸. O interesse de Gilberto Freyre era dessacralizar²³⁹ certo olhar telúrico

diversos. Cito, por todos: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Les hommes de la pampa: une histoire agraire de la campagne de Buenos Aires (1700-1830)*. Paris: Ed. de l'EHESS/Éd. de la MSH, 2000; FRADKIN, Raúl O. Centaures de la pampa: le gaúcho, entre l'histoire et le mythe. *Annales HSS*, n. 1, p. 109-133. janv./févr. 2003.

²³⁷ FREYRE, 1941, p. 241.

²³⁸ Ibidem, p. 248.

²³⁹ Para tanto, Freyre confiava na medicina social e nos novos estudos na área da antropologia e da sociologia, os quais deveriam confirmar essa sugestão. Segundo o próprio Freyre: “Verificada ou confirmada – e creio que as estatísticas a confirmarão

sobre o Sul, construído sobre as bases lançadas pelas narrativas do final do século XIX que, ao sabor do determinismo racial, defendiam a superioridade étnica desses povos.

Destarte, percebe-se nesse ensaio de Gilberto Freyre o desejo de chamar a atenção da intelectualidade gaúcha à reflexão, iniciada na primeira década do século XX, sobre a importância do sanitarismo como elemento organizador de determinada leitura da sociedade brasileira, dos problemas nacionais. A sociedade passaria, como analisei no capítulo anterior, entre as décadas de 1920 e 1930, a ser vista como um corpo doente, e não degenerado, ou seja, um corpo para o qual está aberta a possibilidade de cura. Além disso, Freyre mostrava-se, desde a década de 1930, bastante preocupado com as consequências culturais da imigração estrangeira no Brasil, sendo, nesse sentido, o Rio Grande do Sul, dado o fluxo de imigrantes europeus, um dos estados mais visados pelos intelectuais brasileiros preocupados em refletir sobre as condições de coesão nacional²⁴⁰.

Nos dois ensaios de Gilberto Freyre, assim como em outros dos seus escritos, está estampada a preocupação de pensar o equilíbrio antagônico do pensamento da época no que tange à análise da cultura nacional e das particularidades regionais. O Rio Grande do Sul, nos dois ensaios de Gilberto Freyre, foi integrado ao Brasil, pensado como parte constitutiva da cultura nacional. Ao analisar a arquitetura colonial gaúcha, ele assinala suas semelhanças com aquela por ele encontrada no Norte e Nordeste brasileiro²⁴¹. Em *Narcisismo gaúcho*, Freyre buscou realçar que os gaúchos são tão brasileiros como a população de qualquer outra região do país, na medida em que es-

plenamente – a imagem de uma gente gaúcha toda sadia, uma população inteira de homens de físico perfeito e formas estatuescas, terá de sofrer sua refração” (Ibidem, p. 248).

²⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: C.E.B., 1980.

²⁴¹ FREYRE, 1946.

tão umbelicalmente ligados naquilo que era a suma da problemática nacional: a premência da ação sanitaria.

A compreensão do Rio Grande do Sul como parte de um todo, a cultura luso-brasileira, reflete o desejo de unificação nacional de Freyre. Em sua obra, o Brasil é unificado pelas formas: formas sociais, de socialidade, expressas na lhanza com que trata as questões nacionais; e formas culturais, que traduzem os híbridos que se proliferaram na formação do Brasil. A obra de Freyre sugere que essa unidade é apreensível pela arquitetura da casa, que unifica à medida que simboliza o patriarcalismo, as relações sociais e os traços herdados da península ibérica²⁴².

Essas “imagens”, narrativas identitárias que buscam generalizar traços dos gaúchos, todavia, antecedem em muito os estudos de Freyre. O Rio Grande do Sul aparece em uma série de estudos sobre o Brasil, surgidos em especial a partir do impacto do cientificismo no oitocentos, movimento no qual o papel da Escola de Recife merece ser salientado. O Sul aparece envolto em ambiguidades entre a salvação, quando por sua composição étnica era visto como exemplo de como colocar o Brasil nos trilhos do progresso, e a detratção, quando é visto como o virtual e possível causador da ruptura da unidade nacional. Nas páginas que seguem, busco analisar alguns desses olhares sobre a “singularidade” do Sul.

²⁴² Quando sugiro a importância do trato com as formas, presente na obra de Gilberto Freyre, ou, mais especificamente, do “formismo” da abordagem freyreana, faço-o na esteira de Michel Maffesoli. Para ele: “A forma, com efeito, nos incita a pensar a partir do paroxismo ou do excesso. Por isso, possui uma função epistemológico-metodológica inegável. Com efeito, para retomar uma perspectiva weberiana, o ‘irreal’ do ‘tipo ideal’ é particularmente pertinente para compreender todos os fatos ‘reais’ da vida cotidiana que, sem isso, passariam totalmente despercebidos. É nesse sentido que a forma é uma força de abstração. Ela acentua, caricaturiza, carrega no traço e, assim, faz sobressair o invisível, o subterrâneo, quase se poderia dizer o subliminal, que a ciência oficial tem muita dificuldade para distinguir, e ainda mais para integrar às suas análises” (MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 89).

3.2 Diagnósticos externos

Ao passo que, mais nitidamente a partir de 1870, as teorias de cunho raciológico e climatérico passaram a ditar os contornos da reflexão sobre a nacionalidade brasileira, construindo narrativas sobre a identidade nacional e projetando/discutindo as possibilidades de o Brasil ingressar nos trilhos do progresso de acordo com moldes europeus, o Rio Grande do Sul passou a orbitar como uma problemática a ser decifrada ante os olhos de nossos “homens de *sciencia*”. Autores representativos das mais significativas correntes de ideias nascidas nesse contexto, e penso em Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, ou mesmo representantes de uma geração anterior, como José de Alencar, viram no Sul tanto o caminho para o progresso nacional como um risco iminente à unidade da nação. Tanto os “apologistas” quanto os “detratores” perceberam no Sul o Outro, construindo, assim, uma teia de significados sobre a “gauchidade”. Em muitas dessas narrativas, as noções de pureza racial operavam como elemento diferenciador, formando um interessante diálogo entre os “diagnósticos externos”, vindos do centro do país, e os “diagnósticos internos”, elaborados pelos “homens de *sciencia*” sul-rio-grandenses.

É importante frisar que as primeiras idealizações do gaúcho nasceram da pena de José de Alencar, representante maior da prosa romântica no Brasil. Em sua tentativa de criar uma narrativa sobre os heróis da nacionalidade brasileira, vazados nos modelos dos heróis românticos, Alencar unificou o Brasil, integrando, mediante a prosa romanesca, as regiões do país, em especial em obras como *O sertanejo*, *Iracema*, *O gaúcho* e *O guarani*. Para Alencar, a solidão do pampa, seus espaços que se perdem campo afora, são caracterizados por seus habitantes, pela ema, o touro e o corcel, “todos os filhos bravios da savana”. Porém, “nenhum ente”, ponderava Alencar, “inspira mais

energicamente a alma pampa do que o homem, o *gaúcho*. De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema ou da corça, os brios do corcel e a veemência do touro”²⁴³.

O gaúcho de Alencar é apresentado como um homem com qualidades quase sobrenaturais. Um herói romântico, seja por suas virtudes, que brotam de seu coração “franco e descortinado como a vasta coxilha”²⁴⁴; seja por sua força física e destreza no manejo das armas²⁴⁵.

Todavia, os olhares dedicados ao Sul pelos ensaístas que irrompem o contexto intelectual brasileiro pelos idos de 1870 são de outra natureza, são marcados pelo cientificismo. O Rio Grande do Sul apresentava-se a Sívio Romero como uma problemática crucial a ser enfrentada pelos governantes brasileiros. Desde o seu início, a imigração alemã, cuja afluência ao Rio Grande do Sul foi considerável, ocasionava um elemento de desequilíbrio regional. Para Romero, mediante o cruzamento de “raças superiores”, no caso, dos alemães, com “raças inferiores”, dos negros e índios, obter-se-ia o branqueamento racial. Ou seja, esse processo conduziria ao melhoramento das raças vindouras, que sairiam desse entremesclamento fortalecidas pelos elementos mais característicos das raças inferiores, como força física e resistência às adversidades do clima, preponderando, porém, os caracteres da raça superior, como a composição fi-

²⁴³ ALENCAR, José. *O gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 16.

²⁴⁴ Ibidem, p. 16.

²⁴⁵ Alguns traços da influência de Alencar sobre o romantismo no Rio Grande do Sul podem ser percebidos tomando por base, por exemplo, o ensaio que Apolinário Porto Alegre lhe dedica. Nesse, Porto Alegre afirma ser Alencar o articulador da nacionalidade brasileira na prosa romanesca, afastando-se, até, do português como falado em Portugal, traduzindo-a em uma linguagem tipicamente brasileira. Porto Alegre, ao referir-se a Alencar, afirma: “Eis um nome, eis uma literatura e uma nacionalidade”, ou seja, a síntese do que, no ideário romântico, deveria representar um escritor nacional (PORTO ALEGRE, Apolinário. José de Alencar: estudo biográfico. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC, 1979, p. 3).

sica e a cor branca. Partindo dessa premissa, Romero concluía que o Rio Grande do Sul, em poucas décadas, estaria evolutivamente à frente das demais regiões do Brasil, dado o volume de “elementos da raça superior” que ingressavam no estado. Para Romero,

O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar.

Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já de si preparado pela diferença dos climas.

O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por tôdas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação dêsses novos elementos.

*Se o não fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência será inevitável.*²⁴⁶

Para Romero, o desequilíbrio regional causado pela miscigenação poderia ser intenso ao ponto de causar a independência dessa região do resto do país. Se o ingresso de estrangeiros de “boa

²⁴⁶ ROMERO, 1960, p. 121.

procedência” era uma solução aos problemas nacionais, no caso dos estados do Sul, convertia-se em um mal, uma vez que promoveria um salto evolutivo em relação aos demais estados. Romero voltaria ao tema, de forma mais direta, em *O Allemanismo no Sul do Brasil*. Ensaio escrito ao sabor da polêmica, é a meditação mais acurada do crítico sobre o desequilíbrio regional e a formação daquilo que ele chamava de “quistos étnicos”, dada a baixa integração dos alemães na sociedade que os acolhia²⁴⁷.

Aos olhos de Romero, a imigração, como havia sido conduzida até então, era um projeto fracassado, por dois motivos: primeiro, o abismo causado entre as regiões Norte e Sul, dado o quociente de “elementos superiores” que ingressavam neste último e, em segundo lugar, pela resistência à integração que os imigrantes apresentavam. Em outras palavras, para Romero, era temerário perceber que os imigrantes não se deixavam assimilar pela população local, encapsulando-se em suas unidades coloniais e, assim, não dando sua contribuição no projeto de branqueamento da sociedade brasileira. Esse branqueamento, no pensamento de Romero, oscilava entre sua crença evolucionista de melhoramento racial e uma ideia de branqueamento que pode ser apreendida como metáfora da “troca de costumes”. Para ele, mediante a assimilação, deveria ocorrer o engran-

²⁴⁷ Essa baixa integração do imigrante com a sociedade que o acolhia já havia sido percebida, algumas décadas antes, pelos administradores públicos sul-rio-grandenses. No Relatório do Presidente de Província de 1873, já se encontravam referidas essas questões. Segundo o Relatório, “A experiencia tem mostrado que nesta provincia a população que resulta da immigração difficilmente se funde com a brasileira. A separação é de tal sorte duradoura e pronunciada que, ainda mesmo os filhos dos colonos allemães, nascidos no Brazil, em geral ou pelo menos em grande parte, conservão o espirito germanico e vivem mais ou menos arredios dos outros brasileiros, ignorando as vezes o proprio idioma patrio” (RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente desta Provincia, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, no dia 1 de Dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1079/000002.html>>. Acesso em: 17 out. 2002).

decimento moral dos brasileiros, que deveriam incorporar os traços da cultura europeia a partir do convívio com os imigrantes.

Essa “troca” deveria ser propiciada pelo contato estreito entre o “proletariado nacional” e os estrangeiros. Romero esperava que, uma vez postos lado a lado no trabalho diário, houvesse uma “contaminação” de costumes. O trabalhador brasileiro deveria aprender com o estrangeiro sua dedicação ao trabalho e a moral. Por conseguinte, e para que esse projeto migratório tivesse o sucesso desejado, era necessário que o germânico se “abrasileirasse”. Para tanto, o primeiro passo seria o conhecimento da língua. Romero defendia que, no processo de imigração, é “salutar, com a condição da inoculação de elementos ethnics de primeira ordem, por todas as regiões do paiz, de forma que sejam assimilados á nossa gente pelo uso de nossa língua”²⁴⁸.

Assim, para Sílvio Romero, a diferença do Rio Grande do Sul em relação aos demais estados brasileiros se definia tanto pela composição étnica da população quanto pelo risco que este estado apresentava ao resto da união. O Sul era, para o crítico, uma região em vias de separar-se do restante do país sob obra do expansionismo alemão²⁴⁹.

Nina Rodrigues, especialmente em seu estudo *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, também se deteve sobre as características etnológicas da população gaúcha. Mediante o conhecimento das características étnicas da população nacional, tendo

²⁴⁸ ROMERO, 1906, p. 9.

²⁴⁹ Uma das maiores preocupações de Romero era com o projeto de expansão do alemanismo, do *Deutschtum*. Conforme o autor: “O *Deutschtum* pelo mundo em fóra é uma aspiração, ouzada sem dúvida, mas irrealizavel no sentido politico, ao que se póde suppôr; no Brasil, infelizmente, para o nosso ponto de vista nacional, elle é uma realidade... Cresce todos os dias e ha de chegar, não muito longe, a ser ameaçador. Ninguém se illuda com as blandicias e negativas da diplomacia” (ROMERO, 1906, p. 27). Sobre as teorias antigermanistas, cf. GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1991.

em vista todas as particularidades regionais, apresentava um projeto sobre responsabilidade penal, cuja base deveria ser o estabelecimento de critérios diferenciados de julgamento e imputabilidade. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul era visto como uma região onde, pelo predomínio do elemento branco, devido ao contingente de imigrantes europeus, logo se perceberia um salto evolutivo em relação aos demais estados brasileiros. Segundo Rodrigues,

No extremo sul, a imigração européa, – e ahí figura preponderantemente o allemão –, junta a condições especiais da região, fez já predominar a raça branca, ou sob a fôrma de uma maioria de brancos crioulos não mesclados, ou de pardos com fraca dóse de sangue africano e indio, recebido em adiantada diluição.

*O Rio Grande do Sul é typo desta região. [...] Esta província será sempre uma excepção ethnologica em nosso paiz.*²⁵⁰

Visto como exceção etnológica, o Rio Grande do Sul figurava nas reflexões sobre o Brasil mediante descrições que faziam com que ora parecesse cercado pela aura de uma ilha ariana em meio a um mar de mestiços, ora como um risco ou, no mínimo, um desafio à unidade nacional. Além disso, é possível sugerir que o gaúcho é igualmente apresentado ao centro do país como uma parcela épica de um país romântico, por seu apego à bravura e ao heroísmo, pela imagem de um guerreiro que manuseia habilmente suas armas, a galopes, pela amplidão de seus prados.

Essa dimensão épica da intrepidez do gaúcho se refletiu na obra magna de Euclides da Cunha, *Os sertões*. O gaúcho e o sertanejo são usados pelo autor como tipos antitéticos, donde brota a imagem

²⁵⁰ RODRIGUES, 1894, p. 95.

do sertanejo como o homem rústico, castigado pela natureza impiedosa, pela seca, mas ainda assim, um forte, perfeitamente adaptado ao meio, por mais hostil que esse lhe seja – Hércules-Quasímodo²⁵¹, usando a imagem construída por Euclides para metaforizá-lo. Já o gaúcho, “filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem, certo, feição mais cavalheirosa e atraente”. O gaúcho é fruto de um meio que lhe facilita a existência, nascido em uma natureza caracterizada por Euclides como carinhosa; está predisposto a estampar feições menos castigadas, menos cruas que as do sertanejo das caatingas, uma vez que “a luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do Norte”²⁵².

Euclides da Cunha, nessa caracterização antitética do sertanejo e do gaúcho, mostra-se um construtor *avant la lettre* de tipos ideais, exagerando nos traços para dar mais cor à sua caracterização, vazada pelo determinismo do meio. O gaúcho, para o autor de *Os sertões*, era assim pois o meio o fazia assim, uma vez que não “conhece os horrores da seca e os combates cruentos com a terra árida e exsicada. Não o entristecem as cenas periódicas da devastação e da miséria, o quadro assombrador da absoluta pobreza do solo calcinado, exaurido pela adustão dos sóis bravios do Equador”. Amando a natureza que o cerca, sem precisar preocupar-se com a luta pela existência, devido à abundância, “passa pela vida, aventureiro, jovial, diserto, valente e fanfarrão, despreocupado”²⁵³. O gaúcho, aparentemente, brota das páginas d’*Os sertões* como a encarnação épica de um tipo nacional superior ao desengonçado sertanejo. Segundo o autor,

²⁵¹ CUNHA, 1991, p. 81.

²⁵² Ibidem, p. 82.

²⁵³ Ibidem, p. 82.

*O gaúcho, o pealador valente, é, certo, inimitável numa carga guerreira; precipitando-se, ao ressoar o estrídulo dos clarins vibrantes, pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo, com um grito triunfal, na voragem do combate, onde espadanam cintilações de espadas; transmudando o cavalo em projétil e varando quadrados e levando de roço o adversário no rompão das ferraduras, ou tombando, prestes, na luta, em que entra com despreocupação soberana pela vida.*²⁵⁴

O elogio de Euclides da Cunha, todavia, era uma espécie de antielogio. Reservava margem à sua busca do cerne da nacionalidade brasileira na população cabocla, dos sertanejos, dos canudenses. Se pintava em traços largos, quase fantásticos, o gaúcho, reservava no contraponto sertanejo seu apego àquela população, cuja força residia especialmente em sua perfeita adaptação ao meio. Se aos olhos do leitor era magnética a imagem do gaúcho, desde, ao menos, José de Alencar, para Euclides da Cunha o “jagunço é menos teatralmente heroico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte, é mais duro”²⁵⁵.

Entre os intelectuais que buscaram no Rio Grande do Sul o espelho para a nação, talvez aquele que tenha usado mais fortemente das generalizações sobre os desdobramentos da colonização alemã tenha sido Oliveira Vianna. À medida que visava à construção de bases históricas que amparassem seu projeto de arianismo tropical, Vianna buscará no Sul, visto como exceção etnológica, nas trilhas abertas por Sílvia Romero e Nina Rodrigues, um modelo para o *melting pot* nacional. Este deveria conduzir à arianização do Brasil

²⁵⁴ Ibidem, p. 84.

²⁵⁵ Ibidem, p. 84.

em poucas décadas. Sua perspectiva assentava-se na análise dos fluxos migratórios, tendo em vista as flutuações da população de afro-brasileiros e dos elementos arianizantes²⁵⁶.

Para Vianna, o processo de mestiçagem entre os seres humanos respeitava as regras da zootecnia. Segundo ele, o “cruzamento das raças humanas é um problema de zootécnica, como o cruzamento das raças animais, a bovina, a ovina, a cavalar, ou qualquer outra; as leis que regem este aplicam-se inteiramente ao cruzamento humano”²⁵⁷. Os estudos de Vianna compreendiam uma escala evolutiva entre os tipos étnicos que constituíam a população brasileira, cuja base era composta pelos tipos afro e índio “puros”, passando por gradações de mestiçagem com os brancos até o momento em que o tipo arianamente superior predominasse, determinando o branqueamento da população nacional. Nesse sentido, as regiões meridionais, devido ao seu grande contingente de imigrantes, alemães em especial, granjeavam grande vantagem sobre as populações das demais regiões do país naquilo que o autor chamava “trabalho arianizante”. Segundo Vianna,

O fato de a existência desse núcleo de reprodutores arianos, puros por pedigree, no seio da nossa população, tem valido como uma causa poderosíssima de aceleração na marcha do nosso apuramento étnico. Os tipos mestiços, que se cruzam com eles, geram indivíduos

²⁵⁶ Essa distribuição de contingentes da população afrodescendente pelas regiões do país seria determinante das feições antropológicas da população nacional. Conforme Vianna: “Sobre a caracterização antropológica das nossas várias populações regionais do norte e do sul, esses movimentos de concentração e transmigração da massa africana vão exercer, como é natural, uma influência considerável. O trabalho arianizante, exercido pelas seleções étnicas sobre a massa mestiça, sofre, com efeito, um retardamento ou uma aceleração, conforme se trate de uma zona de concentração ou de uma zona de transmigração” (VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 147).

²⁵⁷ VIANNA, 1956, p. 183-184.

*que, pela maior dosagem do sangue ariano, tendem a se aproximar rapidamente, pelos caracteres antropológicos e psicológicos, do tipo europeu. O processo clarificador é, ao contrário, incomparavelmente mais demorado e retardio, quando os cruzamentos dos nossos elementos mestiços se fazem com tipos arianos, mas trazendo doses, embora pequenas, de sangues bárbaros. Daí a rápida clarificação das populações locais, observada nas regiões do sul, como no platô do Iguaçu, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande, em S. Paulo, zonas de grande afluxo imigratório, em contraste com a lentidão do processo clarificador nas outras regiões do país, especialmente os nossos sertões setentrionais, zonas onde a infiltração dos novos contingentes arianos tem sido intermitente e diminuta.*²⁵⁸

Para Vianna, é no Sul que o processo de arianização, que ele percebia como crucial para o desenvolvimento da nação, mostrava os melhores avanços, devido ao elevado índice de entrada de estrangeiros nessas regiões. Defendia que, em “certas zonas de imigração ariana mais intensa, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, a redução dos coeficientes das raças inferiores ainda é mais rápida e sensível”. Para o autor, merecia destaque, “no extremo-sul, a destruição da população negra. Em menos de um vintênio, o seu coeficiente, que é de 18,3 cai a 8,7, com uma grande redução, portanto, de 9,6%”. Esses números, para o autor, deveriam ser lidos ao lado do “magnífico movimento ascensional do tipo ariano, que, em 1872, representa quase os 60% e que, em menos de vinte anos, em 1890, passa a representar os seus 70%: mais 26%, portanto, do que a média geral do país”²⁵⁹.

²⁵⁸ Ibidem, p. 185.

²⁵⁹ Ibidem, p. 190.

Assim, é importante apontar os usos que foram feitos, desde o centro do país, do Sul: singularidade como exceção etnológica, usada em uma tentativa de afirmação de modelos para um projeto de arianismo tropical. Em outros momentos, porém, essa característica, a de exceção etnológica, poderia mostrar-se um risco, pois poderia comprometer a unidade da nação.

3.3 Diagnósticos internos

A análise de parte da produção intelectual sul-rio-grandense, e aqui a regionalização é usada antes como resposta ao seu emprego pelos pensadores da época e mesmo contemporâneos, apresenta-se ligada aos passos que os debates científicos davam no centro do país²⁶⁰. Certos autores e, entre eles, Guilhermino Cesar, chegaram mesmo a sugerir que a recepção do evolucionismo, em vez de ter como porto de entrada a Escola do Recife, estaria antes ligada à Escola de Porto Alegre²⁶¹. Todavia, prefiro, por opção teórica, esquivar-me desse “cabo de guerra” de concepções, assim como de afirmações das possíveis singularidades, se é que existem, do Sul.

²⁶⁰ Guilhermino Cesar, procurando abordar a entrada do cientificismo no Rio Grande do Sul antes do positivismo, doutrina sempre colocada como o traço mais marcante do debate de ideias local, afirmava: “Se somente com a República o Positivismo ganhou, aqui, foros de doutrina oficial, muito antes disso o meio ambiente se fizera acessível à implantação de seus princípios. O cientificismo do século, mascarado com vários nomes, havia recrutado fervorosos adeptos, mercê em grande parte, como vimos anteriormente, do labor de publicistas avançados, entre eles Carlos von Koseritz e Graciliano Alves de Azambuja” (CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956, p. 341).

²⁶¹ Alguns estudos sobre o evolucionismo, produzidos por Karl von Koseritz, estão disponíveis em uma seleção de textos preparada pelo Prof. Dr. René Gertz. Cf. GERTZ, René E. (Org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

Meu objetivo, seguindo outra vereda, é apontar os traços da recepção das “ideias novas” por parte da intelectualidade sulina. Meu interesse reside não em propor singularidades, mas sim em entender como essa ideia de que existam singularidades, tanto de pensamento, quanto étnicas e culturais, foi usada por esses pensadores na busca de uma narrativa identitária que procurou no “ser gaúcho” traços de superioridade/inferioridade racial em relação aos demais estados da união. Nesse sentido, é importante ter sempre em conta como a variável “discurso médico”, em especial no que toca à eugenia e ao higienismo, se articulava com essas proposições.

Ainda que de forma um tanto tímida, a partir, em especial, do último quartel do século XIX, o Rio Grande do Sul mostrava-se rigorosamente ligado aos debates intelectuais que grassavam no centro do país²⁶². Uma análise superficial em publicações veiculadas pela imprensa local já dá conta da inserção do cientificismo, principalmente no que tange ao discurso médico e criminológico, no cenário sul-rio-grandense²⁶³. Além disso, a análise dos Relatórios dos

²⁶² Penso que mais do que a aferição de “entrada de ideias”, é mister operar uma forte crítica ao pressuposto essencialista que visa caracterizar concepções valendo-se de fronteiras geográficas. Esse trânsito se dá antes mediante contatos, que ocorrem na liminaridade das fronteiras culturais, do que na ideia de que seja possível dividir o Brasil em “ilhas”. Para uma crítica desse pressuposto, especialmente no que toca a historiografia, ver: ARMANI, Carlos Henrique. *Identidades e fragmentação no pensamento de Emilio de Souza Docca*. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

²⁶³ Em *A Federação*, de 5 de fevereiro de 1886, página 1, lê-se a seguinte notícia sobre os debates acerca da *Nuova Scuola*: “No mês de novembro em Roma, houve um congresso científico – antropológico – penitenciário. Fizeram parte do mesmo escritores, criminalistas de todas as nações civilizadas da Europa, e também das Américas, não faltando o representante do Brasil. O congresso teve muitas sessões, ocupando-se de esclarecer e propugnar por problemas interessantes, que se referem a reforma dos códigos criminaes, aos systemas penitenciários, ao melhoramento das prisões, ao trabalho enfim de uma reforma que seja consentanea com a dignidade do delinquente, que se merece cumprir uma pena, esta deve ser de modo a torná-lo correto e voltar para a sociedade reabilitado. [...] Uma escola nova em direito crimi-

Presidentes da Província indica a recepção, no caso, por parte dos homens de Estado, das teorizações coetâneas sobre a necessidade de uma ação higienizadora sobre o espaço urbano²⁶⁴, sobre a criminologia ou sobre a questão racial no Estado.

Poderia ser usado como exemplo paradigmático da emergência do discurso higienista no Estado, o Relatório do Presidente de Província do ano de 1888, no qual as consequências da Abolição da Escravatura são avaliadas. Nele surgem diversas preocupações que estão intimamente ligadas ao higienismo, como, por exemplo, a

nal pretende fazer prevalecer uma doutrina muito radical e mesmo muito perigosa. Quer se sustentar que o homem não tem livre arbitrio, obedece a uma força irresistível; nasce com uma predisposição para o delito, como para a música, para as belas artes, etc. Neste caso adeus estudos e livros de tantos eminentes escritores. Não se precisa mais de jury, magistrados, tribunaes, prisões, uma vez que o homem é necessariamente delinquente, nem se lhe pode imputar um crime. Esta doutrina acha-se propagada mais ou menos em todos os países: em Itália favorecem-na Lombrosi, Ferri, Molescotk, que encaram a questão antropológica – physiologicamente em nada curando-se de psicologia”.

²⁶⁴ Já em 1870 era invocada a voz da ciência, mediante o saber médico, para as decisões que se deveriam tomar sobre a higienização do espaço público. Cito o Relatório dos Presidentes de Província, de 1870: “Representado-mo os moradores da Rua Asenha, limite urbano da cidade, contra a designação que fez a Camara Municipal do lugar proximo áquella rua, onde devem ser lançadas as materias fecaes, e tendo verificado em inspecção a que assisti com o Dr. Chefe de Polícia, Presidente da Camara Municipal e *Comissão de tres Medicos* que nomeei, é com o parecer científico d'esta, que com effeito há inconveniente para a salubridade publica na escolha d'esse lugar, determinei em 10 de outubro findo á mencionada Camara, que ouvindo o Empresario d'esse serviço, que elle combinasse na indicação de algumas das seguintes localidades apontadas pela referida comissão: – Ilha denominada da Passagem, guardadas as cautelas recomendadas pela sciencia nas inhamações; despojos de materias fecaes &, no alveo do rio, um pouco abaixo onde terminão as Balseiras. Designação de um lugar no Caminho de Bellas, além dos limites da cidade, no caso do Empresario querer preparar o adubo para a agricultura chamado – pondrette – empregando o processo usado na culta Europa” (RELATORIO com que o Exm.º Sr. Dr. João Capistrano de Castro, 1º vice-presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exm.º Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, Presidente, no dia 4 de novembro de 1870. Porto Alegre: Typographia do “Rio-Grandense”, 1870, grifos nossos. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1074/000001.html>>. Acesso em: 17 out. 2002).

identificação das “classes perigosas”²⁶⁵ e a ação higienizadora/moralizadora sobre o espaço urbano. Segundo o relatório, “se era precária nas condições normaes a segurança individual e de propriedade depois da promulgação da lei de 13 de Maio do corrente anno que declarou livres todos os escravos existentes; e como consequencia rôtos todos os contractos e obrigações que se basearam em leis que mantinham o elemento servil, a vida e a propriedade do cidadão ficaram quasi sem amparo e defendidas antes pelos recursos pessoas de cada um do que pelo poder social, á cuja sombra embalde procuram os ameaçados acolher-se pedindo garantias”²⁶⁶. Ou seja, aos olhos do poder público, uma vez soltos os escravos, estava aberta a “Caixa de Pandora”, pois eram postos sob sua própria conta homens e mulheres que não estavam prontos para o convívio em sociedade. Organizados em grupos, dispersos pelas ruas da capital ou pelas cidades do interior, colocavam a “boa sociedade” em risco.

A imagem dos libertos, em bandos, atacando a propriedade privada, violando as moças das boas famílias, era o quadro da barbárie²⁶⁷ pintado pelos “homens de Estado” e apresentado como exi-

²⁶⁵ Como sugere Sidney Chalhoub, sob o olhar higienista: “As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores” (CHALHOUB, 1999, p. 29).

²⁶⁶ RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul a S. Ex. o Snr. Barão de Santa Thecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de Agosto de 1888.

²⁶⁷ Como afirma o relatório mencionado, “O furto de gado vaccum e cavallar tornou-se um facto de tanta frequencia que tem tomado assustadoras proporções, e o que agrava ainda esse estado é que taes crimes são perpetrados por grupos de li-

gência de uma ação enérgica que redimensionasse o espaço desses indivíduos – uma ação disciplinar. A disciplina é, essencialmente, a tarefa da dispersão das multidões, das turbas desordenadas, mediante uma ação regulamentadora sobre a sociedade. Nas palavras de Michel Foucault, ela “tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos”²⁶⁸. Essa ação deveria recair sobre os antigos escravos, que estavam dentro e fora da ordem²⁶⁹. Dentro, já que eram o alvo do poder disciplinar, e fora, pois seu comportamento era transgressor da ordem que a eles se queria impor. Como apontava Sidney Chalhoub em relação ao Rio de Janeiro, aos forros, as ruas e os cortiços eram os refúgios onde a marginalidade trazia consigo os ares de certa “liberdade”.

Esse “desequilíbrio” social que marcava o espaço urbano preocupava, todavia, tanto os responsáveis pelo gerenciamento do poder público quanto a imprensa. Em certa medida, a vida dessas pessoas

bertos que vagueam de uns para outros municipios atacando a propriedade alheia para buscarem meios de subsistencia que não querem procurar no trabalho, e não recuando na pratica da depredação ante qualquer attentado contra a pessoa, o que constitue uma ameaça permanente á ordem publica. Daquella data para cá a estatística criminal registra tambem alguns barbaros homicidios de que são elles autores” (RELATÓRIO, 1988, p. 6).

²⁶⁸ FOUCAULT, 1999, p. 289.

²⁶⁹ As palavras do relatório atestam essa liminaridade do estatuto desses libertos. Segundo o texto, “A liberdade plena, conferida de chôfre a milhares de individuos educados sob o regimen do captiveiro, sem a menor comprehensão dos deveres de cidadão, habituados a serem governados pelo temor do castigo corporal, unica barreira á seus instinctos, individuos que pensam que ser livre e poder viver sem o trabalho e sem obrigação, e para os quaes a lei é um facto desconhecido, essa liberdade plena sem que a houve-se acompanhado o poder publico de providencias efficazes para enfrentar com taes elementos atirados da noite para o dia no seio da communhão e sujeitos ao mesmo regimen, equiparados aos que anteriormente compunham a familia brasileira livre, que força é confessar, tem em sua generalidade mais ou menos educada a consciencia do dever, é a productora do estado anormal que já em pouco tempo se vai tão accentuadamente sentindo em suas consequencias o effeito” (RELATÓRIO, 1988, p. 6).

simples, pequenos meliantes, marginais, prostitutas, ganha existência nas páginas dos “documentos oficiais” ao passo que quebram as regras da vida em sociedade. No supracitado relatório, há indicações sugestivas da preocupação com a higienização da cidade, bem como com a moral. Cito esta passagem a título de exemplo dessa preocupação:

A vagabundagem nas cidades e villas do interior cresce dia a dia e as autoridades policiaes não cessam de reclamar providencias contra os que se dão ostensivamente á ociosidade, e para cuja repressão é importante a providencia dos termos de bem viver, já condemnada por sua inefficacia nos tempos normaes.

A prostituição lavra de modo assustador daquelle periodo para cá. Menores, filhas de escravos que estavam no seio das familias, ao abrigo das seducções, foram entregues á suas mães, muitas de uma perversão moral sem nome e pela influencia do meio para onde foram transportados, pelos máos exemplos que diariamente tinham á vista, foram arrojadas á vida da devassidão.²⁷⁰

Além da vinculação da “raça” e da condição de ex-escravo com a “perturbação da ordem”, com a vadiagem e com a imoralidade, é importante ressaltar de que modo a cidade emerge desses discursos: como um espaço que, entregue à sujeira e aos seus mais peculiares habitantes, precisa ser alvo de uma enérgica ação higiênica e moralizadora. Para a medicina social, o espaço urbano era o alvo, determinava a relação dos indivíduos com o meio. Segundo Roberto Machado, o “que se chama individuo é o resultado do cruzamento do urbano e do orgânico, é o produto da relação eminentemente

²⁷⁰ Ibidem, p. 6.

normalizadora que a medicina estabelece entre a sociedade e a população”. Portanto, aos olhos dos médicos higienistas/eugenistas, a cidade deveria ser devidamente rastreada, milimetrada. Cada rugosidade, cada reentrância deveria ser transformada em uma linha reta. Ainda segundo Machado, é importante observar como a medicina social, ao “penetrar na cidade, elaborar um saber que a transforma e organizar sua distribuição interna, [...] torna-se capaz de isolar o indivíduo social e inscrevendo-o nos objetivos políticos da sociedade capitalista”²⁷¹.

Beatriz Teixeira Weber, em seu estudo sobre os Códigos de Posturas de Porto Alegre, resalta o crescimento da preocupação com a higienização no Código, desde sua primeira redação, no ano de 1829²⁷², e ao longo de suas reformulações. Essas preocupações terão seu ápice na década de 1890, marcando os mais diversos olhares sobre o espaço público. Conforme Weber,

[...] havia um duplo sentido na Idéia Sanitária, físico e moral – baseado no comportamento individual, define-se uma sociedade sã, sem doenças, sem crimes, sem adultério [...] Nesta concepção, atacaram-se espaços ligados ao público: medicalização da cidade, desinfecção dos lugares comunais, limpeza dos terrenos baldios,

²⁷¹ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 281.

²⁷² Segundo Beatriz Weber, em sua primeira redação, o Código de Posturas de Porto Alegre: “Estabelecia os limites da cidade, a altura das calçadas, construções que podiam ser realizadas e em que áreas, o controle que a Câmara deveria exercer a respeito das construções, sobre áreas por edificar, limpeza dos terrenos, largura e condições das ruas e caminhos, escavações na área urbana, depósito de materiais que dificultassem o trânsito, designava locais para comércio, proibia a circulação de escravos em certas áreas e horários, a realização de quaisquer motins na cidade, etc.” (WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, p. 63).

*drenagem dos pântanos, alinhamento das ruas, arborização das praças, recolhimento do lixo para fora da área urbana, construção de sistema de esgoto e instalações sanitárias privativas, além de tentativas de conter surtos e epidemias. Tentava-se disciplinar o espaço da rua, que deveria ser a expressão dos padrões de limpeza e beleza por excelência porque eram locais de passagem e trânsito onde deveriam estar os atributos e as condições indispensáveis à saúde do corpo social. Num segundo momento, destaca-se a necessidade de ordenar o espaço privado, da vida do trabalhador, disciplinando suas moradias, eliminando os cortiços e estalagens ou fazendo-os adequarem-se aos padrões de limpeza, saúde, beleza e ordem, intensificando a partir de 1890.*²⁷³

Ainda que, como alguns estudos sobre a medicina no Rio Grande do Sul defendem, seu fortalecimento institucional tenha sido um pouco tardio, ocorrendo somente na passagem do século XIX ao XX, esses discursos dão visibilidade ao olhar médico, ou “medicalizado”, já intimamente ligado ao modo de pensar o espaço público, às questões relativas à higiene e à saúde dos cidadãos²⁷⁴. É possível afirmar, seguindo as pegadas de Michel Foucault, que “a medicina moderna é uma medicina social que tem por *background* uma certa tecnologia do corpo social”, sendo não uma prática indi-

²⁷³ Ibidem, p. 88.

²⁷⁴ Essas preocupações com o modo de vida, a moradia e os hábitos de vida dos cidadãos, vazadas pelo olhar médico, foram mencionadas por Margareth Rago em alguns dos seus estudos nos quais procurou analisar a disciplinarização do espaço urbano, especialmente em *Do cabaré ao lar*. Segundo Rago: “A habitação higiênica que se possa oferecer ao nosso povo, ao nosso operário é o preparo inicial do importante problema eugênico. A melhoria da habitação operária, à grande massa da população, é de tão grande importância que, quase se pode dizer, acarreta consigo a resolução de uma série de necessidades, que tem por origem vícios e defeitos de ordem moral e física, gerados, seguramente, na convivência e nesse ambiente confinado, nessa atmosfera deletéria ao corpo e ao espírito” (RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 169).

vidual, estabelecida desde a relação médico paciente, mas sim “uma prática social”²⁷⁵. A medicina e sua função normalizadora, como a percebia Foucault, em especial a partir do século XIX, era “essencialmente um controle da saúde do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”²⁷⁶. É ao longo do século XIX que, segundo Foucault, cristaliza-se uma nova ação do Estado, vazada nos preceitos da medicina social²⁷⁷. O poder volta seus olhos à população, ao controle das ações higienizadoras, centralizando as informações necessárias e normalizando os saberes. A medicina, assim, “adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população”²⁷⁸.

Desse modo, como percebeu Boris Fausto em relação aos discursos sobre a criminalidade em São Paulo, analisando um período

²⁷⁵ FOUCAULT, 1998, p. 79. Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, em “Michel Foucault, un parcours philosophique”, mostram como o pensador francês se prendeu, em especial ao longo da década de 1970, ao estudo do que batizou de biopoder: o estado passa a atuar diretamente junto ao “corpo biológico” do cidadão, ao mesmo passo que atua sobre o “corpo social”, mediante, em especial, a ação normalizadora do saber médico. Segundo os autores, é principalmente a partir do final do século XVIII que o biopoder passa a tomar forma, “*Pourtant c'est l'époque où la natalité, la croissance et la santé de la population deviennent les préoccupations principales de l'État, et où une nouvelle forme de pratique et de rationalité politique trouve forme son expression cohérente*” (DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984, p. 195).

²⁷⁶ FOUCAULT, 1998, p. 97.

²⁷⁷ Há, na passagem do século XVIII ao XIX, uma mudança na perspectiva do poder, que deixa de ser soberano e passa a ser operado mediante tecnologias disciplinares, incidindo sua ação sobre o homem como espécie. O biopoder é o exercício do poder sobre a vida. Segundo Foucault: “Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a ‘população’ enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 294).

²⁷⁸ Ibidem, p. 291.

que se estende de 1880 a 1924, não se deve supor, a partir da constatação de que temas como higienização e criminalidade passam a superpovoar as páginas dos jornais e os debates intelectuais em fins do oitocentos, que antes dessa época as cidades fossem espaços idílicos, limpos e livres da criminalidade. Notadamente a partir da década de 1870, a mudança reside no olhar, desde então ligado a determinadas correntes de pensamento que davam visibilidade a essas questões, como a articulação de conceitos como raça, meio, criminalidade e crescimento urbano, por exemplo²⁷⁹.

3.4 Nas galerias – o relatório do Dr. Sebastião Leão

Não é o atavismo, mas o meio social que faz o criminoso.

Sebastião Leão

Outro exemplo marcante das dimensões do discurso médico sobre a sociedade sul-rio-grandense²⁸⁰, ou, antes, da busca de saberes sobre os pontos considerados cruciais para a atuação do poder público junto à população, pode ser encontrado nas páginas do relatório apresentado pelo médico da polícia, o Dr. Sebastião Leão, ao Presidente da Província, Borges de Medeiros, no ano de 1897. Nesse estudo, o Dr. Leão procura elaborar uma aprofundada reflexão sobre a população carcerária da Casa de Correção de Porto Alegre,

²⁷⁹ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 22.

²⁸⁰ Outros exemplos, como a instalação de um Lazareto de Variolosos, no ano de 1889, na Chácara das Bananeiras, criado para recolher um grande contingente de imigrantes varilíferos chegados à Capital, poderiam ser explorados. Todavia, o relativo ineditismo do relatório do Dr. Leão e as possibilidades de análise por ele abertas chamaram-me a atenção. Sobre o relatório, conferir: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Imagens da violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do fim do século. Humanas*, Porto Alegre, v. 16, n. 7, p. 109-131, 1993.

colocando em discussão os estudos de antropologia criminal, da Escola Italiana, de Lombroso, Ferri e Garófalo, da Escola Francesa, em especial com Alexandre Lacassagne, e com os estudos de Nina Rodrigues.

Sebastião Leão, ao perscrutar o universo prisional, “fazendo da correção uma escola, dos criminosos – os tipos de observação”²⁸¹, colocou à prova as teorias vigentes em sua época. No caso dos teóricos brasileiros, é com Nina Rodrigues, principalmente, que Sebastião Leão abrirá diálogo mais intenso. Aos olhos de Leão, a “questão de raça entre os delinqüentes merece especial atenção”, sendo Nina Rodrigues o primeiro a esboçar “a traços largos a importância do assunto na sua interessante monografia ‘Raças humanas e responsabilidade penal no Brasil’”²⁸².

Irrompe dos resultados apresentados por Leão os cuidados de um estudioso criterioso, avesso às generalizações e muito mais afeito ao material empírico do qual dispõe mediante a análise da população carcerária. Em geral, o Dr. Leão mostra-se refratário ao entusiasmo com que são acolhidas as teorias então em voga, como a do “criminoso nato”, da Nuova Scola²⁸³, e, mesmo com os estudos de Nina Rodrigues, sobre a determinação racial nas causas do crime. Analisando estatísticas de crimes que dividem os criminosos segundo o seu tipo racial, o Dr. Leão frisa o perigo das generalizações, comparando os índices apresentados na Bahia com os índices apresentados no Rio Grande do Sul. Conforme o Dr. Leão:

²⁸¹ LEÃO, Sebastião. Relatório do Dr. Sebastião Leão, Médico da Polícia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO AHRs, 1., 2001, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AHRs/JEWEB Computers, 2001.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Mozart Linhares da Silva assinala que, igualmente na obra de Clóvis Beviláqua, a recepção da obra de Lombroso não seria pacífica, sendo essa uma característica do discurso criminológico brasileiro. Cf. SILVA, 2003, p. 13-64.

*Do estudo comparativo das duas estatísticas evidencia-se uma porcentagem de 32 ½ % para criminosos, de cor branca, no Rio Grande do Sul, ao passo que na Bahia é inferior a 10 %. Para poder julgar-se do valor positivo destas cifras era necessário conhecer perfeitamente o coeficiente de cada raça nos dois Estados; no entanto, à simples vista parece que a criminalidade dos indivíduos não catalogados na raça branca é muito grande na Bahia. Esta proporção é guardada nas estatísticas parciais dos crimes.*²⁸⁴

Para o Dr. Sebastião Leão, a diferença entre os criminosos brancos e negros da Bahia para o Rio Grande do Sul é uma questão de estatística populacional e não de determinismo racial. Apoiado na Escola Francesa, a qual Leão julga haver triunfado sobre a Italiana, ele questionará os determinismos ligados aos fatores biológicos, atendo-se aos condicionantes de meio. Todavia, ainda que se apresente como um simpatizante das teorias de Alexandre Lacassagne, o Dr. Leão não deixa de lhe repreender no que diz respeito aos condicionantes de clima e sua influência sobre as taxas de criminalidade. O criminalista francês “foi o primeiro a assinar a conexão mais ou menos estreita entre as impulsividades criminais e as estações, ou melhor, e as marchas de temperatura”. Ou seja, como aponta o Dr. Leão, para Lacassagne “os atentados às pessoas aumentam proporcionalmente às elevações de temperatura, atingindo o máximo no estio, ao passo que os atentados à propriedade predominam no inverno”²⁸⁵.

Essa proposta poderia se apresentar como de fácil adoção para uma especulação sobre o caso brasileiro, cujas variações climáticas entre suas regiões são grandes, ao menos em seu axioma central:

²⁸⁴ LEÃO, op. cit.

²⁸⁵ LEÃO, 2001.

a criminalidade e os tipos de delito ligam-se intimamente ao clima. Todavia, o Dr. Leão é cuidadoso no que toca a generalizações. Segundo ele, pode-se perceber “claramente que as máximas de delitos ocorreram nos meses de janeiro e julho, em estações completamente opostas. Não é possível, portanto, estabelecer nenhum dado definitivo a respeito, máxime atendendo a exigüidade de casos”²⁸⁶.

Parece-me interessante frisar o quanto o zelo de Sebastião Leão, seu espírito de homem de ciência, é um dado singular em uma época de plena euforia com as teorias de Cesare Lombroso e de seus sequazes. Como afirma Pierre Darmon, procurando dar a dimensão do impacto causado pela obra do criminologista italiano, seria possível dizer que, ao descobrir “no homem um indivíduo meio-homem meio-animal, marcado pelos estigmas atávicos de suas propensões sanguíneas, Lombroso tornava-se ao mesmo tempo um igual de Jenner descobrindo as virtudes da vacina e de Pasteur pondo em evidência as propriedades do caldo de cultura mantido por um tempo prolongado”²⁸⁷.

Assim, ao colocar em xeque as teorias do mestre de Turim, Leão propunha-se a responder a duas perguntas. Em primeiro lugar, procurava concluir se “Existe diferença no crime do branco e do preto, do mulato e do caboclo, do nacional e do estrangeiro, do rio-grandense e do nortista; os caracteres anatômicos, fisiológicos e psicológicos variam nas diversas raças?”. Somente em seguida buscaria resposta à sua segunda questão: “O tipo do homem criminoso estabelecido por Lombroso existe; é o atavismo que faz o delinquente?”²⁸⁸.

Tomando por base a análise dos caracteres anatômicos geralmente usados por Lombroso e por seus seguidores, a saber, índices craniométricos, perímetro facial, estatura, estigmas como tatuagens

²⁸⁶ Ibidem.

²⁸⁷ DARMON, 1991, p. 35.

²⁸⁸ LEÃO, 2001.

e cicatrizes, Leão afirma que essas análises, para que possuam “algum valor, alguma significação, as médias devem resultar de elementos comparáveis. É preciso ter em linha de conta idade, sexo, raça, meio, condições de existência, vida anterior”. Assim sendo, Leão percebe a arbitrariedade das análises de Lombroso, que, se nunca pecaram pela falta de dados, falharam pela impossibilidade de sistematizá-los, pois lhe faltavam critérios científicos adequados. Destarte, questiona-se sobre que “significação pode ter uma média relativa ao criminoso nato, provindo ao mesmo tempo de indivíduos idosos, esgotados por uma longa detenção e indivíduos moços que são inquilinos novos nas prisões?”²⁸⁹. Procura responder a essa questão ao afirmar:

De fato, o criminoso não é um ser à parte na humanidade. Todo homem traz consigo paixões, inclinações, instintos, que o podem conduzir ao crime. Pondo de lado as naturezas cuja perversidade depende de um vício de organização, de uma moléstia, pode-se dizer que o criminoso não difere do homem virtuoso senão porque não soube dominar suas paixões.

*O grupo dos criminosos é, portanto, heterogêneo. Compreende ao mesmo tempo ricos e pobres, sábios e ignorantes, inteligentes e imbecis, fortes e fracos, e por isso encontramos explicação por que se pode achar entre eles naturezas as mais diversas, caracteres os mais opostos.*²⁹⁰

Ao mesmo tempo em que o Dr. Leão desloca da hereditariedade e da determinação biológica as causas da criminalidade, destaca

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ Ibidem.

a influência do meio social com o qual um grupo absolutamente heterogêneo de pessoas interage, gerando resultados os mais inesperados. Fortuna, acaso, paixões; o crime não pode ser pensado como algo que nasce junto com o indivíduo. Segundo o Dr. Leão, a “teoria do atavismo é uma outra utopia”²⁹¹. Na mesma medida, considerava a noção de hereditariedade um ponto dos mais frágeis da teoria lombrosiana²⁹².

Com o questionamento da teoria do “criminoso nato”, de Lombroso, o Dr. Leão concluiu: “Não é o atavismo, mas o meio social que faz o criminoso”. Assim, em um único movimento, buscava deslocar-se do determinismo biológico para a influência do meio social, o que reafirmava o papel do médico-cientista, pois, se compreender o fenômeno da criminalidade não era algo tão simples quanto determinar linhagens, ele colocava nas mãos do médico, do antropologista criminal, cuja especialidade podia se afirmar como “ciência positiva”, os rumos da compreensão da sociedade “benéfica impulsão aos estudos de legislação penal, salientando o papel brilhante do médico antropologista na resolução de parte dos grandes problemas da criminologia hodierna”²⁹³.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² “Se pais criminosos tem filhos criminosos, é a consequência da educação corruptora, da assistência de repetidos e péssimos exemplos; trata-se, noutras palavras, de uma ação de meio antes que de uma ação hereditária propriamente dita. A mesma interpretação convém aos casos de alcoolismo paterno”, Idem.

²⁹³ Idem.

3.5 A institucionalização do saber médico

O sacerdote e o médico surgiram ao mesmo tempo na sociedade primitiva. Mais do que isso: confundiram-se na mesma pessoa. Foi somente depois de transcorridos milênios que a cura das almas de diferenciou da cura do corpo e os caminhos do céu se separaram dos caminhos da terra. Historicamente, a medicina é, pois, um sacerdócio.

Raul Pilla

Procurei indicar até o momento que, antes de escolas de medicina, da “institucionalização do saber médico” no Estado, seus administradores públicos, homens de Estado e de ciência, já possuíam um olhar *medicalizado*²⁹⁴. O saber médico balizava a visibilidade dada a questões relativas ao planejamento urbano, sua higienização, bem como em relação às moléstias, aos hábitos da população e à criminalidade. Destarte, é mister assinalar como o discurso médico se institucionaliza com a constituição da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1898, com a fundação de associações de classe, a criação de periódicos e a produção de reflexões sobre os principais temas da medicina social, com teses versando sobre higiene e eugenia.

A Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundada no ano de 1898, nasceu do esforço de médicos gaúchos, em geral formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro²⁹⁵. A rigor, a década-

²⁹⁴ Nesse sentido, é interessante remeter ao trabalho de Mozart Linhares da Silva, *Do império da lei às grades da cidade*, no qual ele logrou mostrar que, antes da existência material da Casa de Correção, o debate sobre a criminologia já estava posto, servindo de base às discussões sobre o caráter da Correção, sobre sua concepção, entre outros fatores ligados aos debates sobre as teorias correccionais da época. Cf. SILVA, Mozart Linhares da. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

²⁹⁵ Paulo Roberto Staudt Moreira, em ensaio introdutório ao Relatório do Dr. Sebastião Leão, aponta a participação efetiva deste na fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, ao lado de outros nomes. Conforme assevera Moreira:

da de 1880 marca o início da busca mais efetiva da profissionalização da prática médica no estado, mediante a institucionalização dos enunciadores do discurso médico. Yonissa Mamitt Wadi, em *Palácio para guardar doidos*, identifica alguns movimentos nesse sentido, como, por exemplo, um caso de demissão ocorrido na Santa Casa de Misericórdia. No ano de 1882, sob as exigências do inspetor de Saúde Pública, o prático que atuava na botica da Santa Casa foi dispensado, sendo uma exigência do inspetor a admissão de um farmacêutico formado para o cargo. Também se poderia citar como exemplo a fundação da Sociedade Rio-Grandense Médico-Cirúrgica, que data de 1886²⁹⁶.

Já no ano de 1888, Yonissa Wadi identifica discussões nas quais se defendia a criação de uma Faculdade de Medicina na capital. Além disso, mediante a liberdade profissional, conferida pela Regulamentação do Serviço de Higiene do Estado, de 1895, crescia o número de médicos não diplomados em atuação no Rio Grande do Sul²⁹⁷, o que, do ponto de vista da representatividade institu-

“O Dr. Leão pode ser encontrado nas embrionárias tentativas de consolidação do prestígio da *classe médica* no Rio Grande do Sul. Em 3 de dezembro de 1892, ao lado de um grupo de médicos liderados por Protásio Antonio Alves, Deoclécio Sertório Pereira da Silva, Vitor de Brito, José Josetti, Rodrigo Villanova e Carlos Frederico Nabuco, participou da criação da primeira associação médica de Porto Alegre, a Sociedade de Medicina. Em 1897, com alguns destes mesmos nomes, criou na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre o *Curso de Partos*, e às 19 horas do dia 25 de julho de 1898, na Secretaria da Escola de Farmácia, esteve presente na fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, resultado da união da Escola de Farmácia com o corpo de professores do Curso de Partos. Naquela ocasião o Dr. Protásio Alves foi eleito o primeiro diretor e nomeou Sebastião Leão como secretário-geral” (MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Recordações da Casa dos Mortos: introdução ao relatório do Dr. Sebastião Leão*. In: LEÃO, 2001).

²⁹⁶ WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002, p. 101.

²⁹⁷ Como afirmava Sarmento Leite em um breve ensaio sobre a criação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, “Mal impressionados, quicá, com a liberdade profissional taxativamente expressa na Carta Estadual de 14 de Julho, alguns pharmaceuticos desta capital, tendo á frente A. Leal, J. Daudt Fº e V. Appel lançaram a idéia da

cional, já servia de estímulo para que o cada vez mais significativo grupo de jovens recém-formados no centro do país e de volta ao estado se unisse em busca da constituição de um espaço de formação e reconhecimento²⁹⁸.

Assim, em poucos anos, desenvolveu-se uma coesão da classe médica que possibilitou, a partir da criação da União Pharmaceutica, em 1894, a formação da Escola Livre de Pharmacia, já no ano de 1896 funcionando com uma turma de 35 alunos. Somando-se a esses esforços, um ano mais tarde, junto à Santa Casa de Misericórdia, fundou-se o Curso de Partos. Segundo Sarmento Leite, o curso foi criado “por humanidade talvez e para evitar os naturaes desastres das *aparadeiras* sem estudos”²⁹⁹, tendo à testa de sua fundação o Dr. Protásio Alves e o Dr. Sebastião Leão. Da fusão dos cursos de Farmácia e de Partos, ficou assentada a formação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em julho de 1898³⁰⁰.

O ambiente político do Estado, marcado pela influência comtiana, expressa com devoção pelo Presidente da Província, Júlio

fundação de uma sociedade com o fim de tratar dos interesses moraes e profissionaes da classe, nascendo assim a União Pharmaceutica, solemnemente installada em 16 de setembro de 1894” (LEITE, Sarmento. Faculdade de Medicina: dados historicos. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano II, n. 2, p. 3-7, 1916, p. 3).

²⁹⁸ Sobre as questões relativas à liberdade profissional, assim como sobre aquelas ligadas à busca de representatividade como grupo, ver: 1) WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: EDUFSM; Bauru: EDUSC, 1999; 2) WEBER, Beatriz Teixeira. Médicos e charlatanismo: uma história de profissionalização no Sul do Brasil. In: SILVA, Mozart Linhares da. *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 95-128; 3) CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a “crise da medicina” no Rio Grande do Sul. *História, Ciências e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 265-286, 1997; 4) GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. Gostaria de agradecer ao professor René Gertz que, gentilmente, cedeu-me os capítulos referentes à liberdade profissional no Estado, em especial tratando da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, ainda antes da publicação de sua obra.

²⁹⁹ LEITE, 1916, p. 3

³⁰⁰ Ibidem, p. 3.

Prates de Castilhos, levava o governo a desligar-se das questões relativas ao ensino superior, chamando para si apenas a responsabilidade pelo ensino primário. Como reafirmava Castilhos em carta endereçada ao “cidadão Protásio Alves”, quando da fundação da Faculdade de Medicina, não era o bastante a “supressão do culto oficial, já consagrada na Constituição Federal”. Além da separação do Estado e da Igreja, aos olhos de Castilhos, “era indispensável eliminar também a ciência oficial e, portanto, o ensino superior custeado pelo erário público”. A defesa do ensino superior livre, por parte do Presidente da Província, vinha da convicção de que, se “o Estado não tem uma religião própria, também não pode ter uma ciência sua ou privilegiada; não sendo religioso também não pode ser cientista; proclamando e mantendo a plena liberdade espiritual, abstendo-se de favorecer qualquer doutrina, seja qual for a natureza delas”³⁰¹.

Em outras palavras, a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, assim como os demais cursos superiores nascidos na capital, formaram-se sem o apoio do Estado, ainda que, como parece possível sugerir, haja um diálogo, ora explícito, ora subterrâneo, entre o saber médico e a constituição do serviço público, em especial, a atuação do Estado na higienização do espaço urbano em Porto Alegre³⁰². Porém, não tenciono aqui repisar os caminhos já percorridos com sucesso em outros estudos supracitados. Gostaria de apontar a discussão que passa a ser travada no estado sobre higiene e eugenia, tendo como vetor as publicações que orbitavam a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, procurando compreender as possíveis nuances do olhar dos médicos gaúchos sobre o Rio Grande do Sul, procurando

³⁰¹ CASTILHOS, Júlio Prates de. Carta dirigida ao Sr. Protásio Alves em ocasião a fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Disponível em: <www.famed.ufrgs.br>. Acesso em: 21 nov. 2002.

³⁰² Odaci Coradini, em um estudo sobre a constituição da classe médica no Rio Grande do Sul, demonstrou a grande afluência de médicos aos altos escalões do governo (CORADINI, 1997).

perceber como este era pensado em relação aos demais estados da União.

Nesse sentido, merece destaque, como já percebeu Maria Stephanou, o fato de que, ao longo da década de 1890, surgiram periódicos médicos de circulação estadual: a *Revista Médica*, fundada em 1893 e dirigida pelo Dr. Sebastião Leão, seguida pela *Gazeta Médica*, fundada no ano de 1897. Ambas aparecem referidas em escritos da época, todavia não foram localizadas, da mesma forma que *Rio Grande Médico*, criado em 1909, e a revista de educação popular *Hygia*, cujos exemplares igualmente não foram localizados.

Logo nas primeiras décadas do século XX, surgiram outros meios de divulgação dos trabalhos produzidos pelos professores da recém-criada Faculdade de Medicina, periódicos que contavam com colaborações de, além dos autores locais, professores do centro do país. Dentre estes, estão a *Revista dos Cursos*, criada em 1915 vinculada à Faculdade de Medicina de Porto Alegre; os *Archivos Riograndenses de Medicina*, ligados à Sociedade Médica do Rio Grande do Sul, criados em 1920; e os *Anais da Faculdade de Medicina*, surgidos em 1938³⁰³.

É possível sugerir que a Faculdade de Medicina de Porto Alegre nasceu em meio aos influxos do pensamento eugenista e higienista, que passou, sobretudo a partir da década de 1910, a tomar corpo nos debates em torno da construção de narrativas sobre os rumos que o Brasil deveria tomar na busca de um brasileiro que estampasse as cores do progresso em moldes eurocêntricos. Nesse sentido, frisa Stephanou:

³⁰³ STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. 1999. 474 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. 2 v.

Sob a denominação higiene disseminou-se esse novo ramo da medicina social, que foi largamente estudado e instrumentalizado pelos médicos gaúchos das primeiras décadas do século XX. Há uma grande afluência de teses, artigos em revistas médicas e na imprensa em geral, conferências e aulas inaugurais, que dão conta dessa apropriação da higiene, bem como um conjunto bastante expressivo de obras de higienistas brasileiros integrando o acervo da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e que sistematicamente constavam nas bibliografias consultadas. Higienistas franceses em especial, tais como Arnaud, Leon Bernard e Robert Debré, M. Potet, Perrin, Toulouse, Pinard, Laignel-Lavastine, Maurice Boigey, J. Courmond, A. Rochaix, Brouardel, Chantemesse e Mosny, Chaparède, entre outros, e médicos brasileiros reconhecidos nacionalmente, como Afrânio Peixoto, Belisário Pena, Clementino Fraga, Oscar Fontenelle, Miguel Couto e Renato Kehl, estão entre os mais citados.³⁰⁴

A análise das teses defendidas pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina apresentadas como requisito para a conclusão de seus cursos oferece importantes exemplos da influência dos debates sobre a higienização e a eugenia e de sua instrumentalização em uma cidade que crescia, voltando a atenção de suas classes letradas e de seus homens públicos aos problemas das moléstias, das contaminações e das doenças venéreas. Os então acadêmicos ou médicos recém-formados buscavam advertir as autoridades estaduais sobre os problemas que mais afligiam a população, como as endemias. Buscavam soluções, que, em geral, lhes pareciam estar no saneamento urbano, pois, como afirmava José Hecker, a “extinção de certas fontes e uma

³⁰⁴ STEPHANOU, 1999, v. 1, p. 119.

bôa rêde de exgottos diminuirão, de muito, os casos de febre typhoidem em Porto Alegre”³⁰⁵.

O quadro percebido por Julio Hecker na Porto Alegre da passagem do século XIX ao XX era aterrador aos olhos da higiene, o que instava o higienista a assumir o papel de propositor de uma ação enérgica do Estado na racionalização do espaço público³⁰⁶. Segundo Hecker,

Não raras vezes apreciamos o modo porque muita gente livra-se do conteúdo dos depositos de materia fecal que em suas casas pos-suem, atirando-o á noute nas calhas urbanas por onde correm até alcançarem o Guahyba, indo ahi se espalhar. Com a introdução dos reservatórios sanitarios, todo o edificio que se construe em nossa cidade dispõe d'esse serviço; indo o resultado dar aos tanques de diluição nos quintaes das casas, a dahi ás sargetas das ruas, terminando por desaparecerem no Guahyba.

³⁰⁵ HECKER, José. *Crítica e saneamento do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: These Inaugural Apresentada à Faculdade de Medicina. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906, p. 73.

³⁰⁶ Ao afirmar que os médicos higienistas-eugenistas assumem a postura de paladinos da saúde, colocando-se como os principais propositores de ações que deveriam ser implementadas pelo Estado no saneamento da Capital, não pretendo criar uma dicotomia ou datar dos estudos dos médicos ligados à Faculdade de Medicina a preocupação com os problemas da saúde pública. Essas preocupações os precedem e os excedem, como o seguinte trecho de um Relatório do Presidente da Província sugere: “As febres intermitentes, de carater paludoso, que nestes ultimos annos têm-se desenvolvido nesta capital, deve-se attribuir á formação do terreno na rua dos Voluntarios da Patria, que é feito á custa de immundicies e lixo da cidade, e ao estabelecimento de estaleiros na praia, cujos donos, com as aparas de madeira e serragem, fazem solo para suas officinas de trabalho. [...] E’ pessimo o actual systema por que é feita a limpeza publica desta capital, e não satisfaz ás necessidades da população e aos preceitos hygienicos. E’ urgente que ella se realice por meio de esgotos subterraneos, com observancia dos prescripções hygienicas” (RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração dessa Província ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de Janeiro de 1879. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879. Disponível em: <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/u753/000002.html>>. Acesso em: 17 out. 2002).

Conhecidas as noções de hygiene mais rudimentares pôde-se affirmar serem estes factos origem de muita insalubridade; pois várias são as molestias, cujos germens especificos existem em abundancia nas dejeções.

*Outro modo bastante commum em Porto Alegre, é o de abandonar sobre o sólo e ao alcance dos animaes domesticos, os rejeitos da vida humana, faceis de prevêr são as inconveniencias que d'ahi emanam.*³⁰⁷

A higiene era, aos olhos desses entusiastas da ciência médica e da ação sanitária, mais do que apenas um ramo do saber médico: era uma profissão de fé. A estruturação do olhar “higienizador” sobre a cidade buscará torná-la um espaço totalmente racionalizado, livre das infecções, das moléstias e da sujeira, como pede Hecker em sua inflamada defesa da luta pela melhoria das condições de salubridade de Porto Alegre. A cidade, que, desde os relatos da metade do século XIX, mostrava, progressivamente, os traços de um centro urbano em crescimento³⁰⁸, trazia, no rastro desse crescimento, os problemas alvejados pelos higienistas, a saber, a dificuldade de processar os de-

³⁰⁷ HECKER, Julio. *Contribuição ao estudo das condições de salubridade de Porto Alegre: These Inaugural Apresentada à Faculdade de Medicina e de Pharmacia de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906, p. 68.

³⁰⁸ Arsène Isabelle, em sua passagem por Porto Alegre na década de 1830, já fazia referências ao ritmo acelerado de crescimento que a cidade apresentava. Segundo ele: “Porto Alegre é uma cidade toda nova, não tem mais de sessenta anos de fundação; pouco antes dessa época seu terreno era coberto de florestas escuras, dando asilo a jaguares, tamanduás, pumas e caimões, agora é a capital da província do Rio Grande do Sul ou São Pedro, poderá ter doze mil habitantes, mas podem ser muito bem quinze mil por causa da população flutuante de estrangeiros, que aflui de todas as partes, para commerciar temporariamente. Sobretudo nestes últimos anos começou a ter um crescimento rápido, que vai sempre aumentando: não fiquei surpreso quando me asseveraram que há dois anos se construía uma casa por dia” (ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 60).

tritos produzidos pelos habitantes (que cresciam muito de número, em especial nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX), a sujeira espalhada pelas ruas e o *déficit* de certas instituições de saúde em leitos e condições de higiene³⁰⁹.

Do estudo de Hecker, e essa é uma característica que atravessa a maior parte dos discursos sobre a higienização, pode-se depreender a estreita ligação atribuída à ação propriamente saneadora, exigida do Estado, com uma ação pedagógica, que deveria emanar dos poderes públicos, das escolas e da ação dos médicos. “O objetivo final da medicina social”, como ponderava Roberto Machado, “é, de maneiras diversas, formar ou reformar física e moralmente o cidadão”. Aos olhos da medicina social, não se poderia dissociar a saúde física da saúde moral de um indivíduo, pois “o homem é um todo físico-moral e não a junção de dois princípios de natureza independente. As disposições morais do homem são condicionadas por circunstâncias físicas”³¹⁰. É nesse ponto que a higiene/eugenia se afirmava, pois permitia a articulação indivíduo-meio, saúde-moral. Portanto, como declarava Ulysses de Nonohay, era possível perceber que “em toda a parte a Higiene vai perdendo sua feição exclusivista

³⁰⁹ Segundo Roberto Machado: “A medicina social descobre que esses espaços institucionais têm as mesmas características que a cidade onde se situam. E daí a contradição que a reflexão e a prática médicas têm a resolver: as instituições, embora necessárias, são focos de doença e desordem e, como tal, representam um perigo para o todo urbano” (MACHADO, 1978, p. 279). Nesse sentido, podemos acompanhar a crítica às instituições em um estudo sobre as condições de salubridade da Santa Casa de Misericórdia, apresentado em 1906 por José Hecker, no qual ele afirmava: “De facto, a matéria nos merece atenção peculiar e sobre ella resolvemos dissertar porque realmente é digno de lastima em Porto Alegre, capital do Estado, cidade próxima a cem mil habitantes, moderna e progressista, onde há uma Faculdade de Medicina e Pharmacia, pujante sob todos os pontos, onde a classe medica é avolumada e illustradissima; é triste possuirmos um hospital de edificação antiga e pesada, construido na inobservancia completa das mais elementares regras hygienicas, quando em cidades pequenas (Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santa Maria, por ex.) os há em condições muito melhores de conforto e de salubridade” (HECKER, José, 1906, p. 1-2).

³¹⁰ MACHADO, 1978, p. 280-281.

de prevenir epidemias, para a de criadora da consciência sanitária, para a de promover a eugenia, para a de realizar a profilaxia das doenças crônicas, para a de restituir à atividade indivíduos que a doença arruinou”³¹¹.

Deveria ser desperta nos cidadãos a consciência sanitária. As massas deveriam ser educadas e seus corpos, uma vez *docilizados* e higienizados, tornar-se-iam mais aptos e produtivos. A higiene era, além disso, um interesse do Estado e dos sistemas de trabalho, cada vez mais racionalizados. Emílio Laerbeck, em seu estudo sobre a saúde pública no estado do Rio Grande do Sul, afirmava que na “actual organização politica e social, o homem não é só o ser moral e superior, sobre cuja a existencia e bôa saude o Estado deve zelar, defendendo-o dos flagellos das epidemias e das endemias perigosas”. Para o autor, o cidadão é “o factor principal, a razão de ser da riqueza publica e da riqueza particular, e sobre a sua capacidade de trabalho; sobre o exercicio de sua intelligencia perfeita, desenvolvida e mantida pelo equilibrio das funções physicas e physiologicas, repousa a prosperidade economica dos povos”³¹².

Para o autor, o Estado brasileiro deveria chegar a um ciclo de defesa da saúde pública, batizado por Afrânio Peixoto de “Cyclo Economico”, no qual o Estado assumiria sua função de defensor da saúde da população, em prol do desenvolvimento da forças produtivas³¹³. Para Emilio, o “Estado não zela a saúde da sua população como um dever exclusivo da humanidade, mas, tambem, como uma

³¹¹ NONOHAY, Ulysses de. Discurso Oficial: Sessão Preparatória do 9º Congresso Médico Brasileiro. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 74-84, nov. 1926, p. 75.

³¹² LARBECK, Emilio Kemp. *A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul*: These Apresentada á Congregação da Escola Medico-Cirurgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphicas de Idelfonso Robles & Cia., 1916, p. 3

³¹³ Afrânio Peixoto, autor de importantes manuais de higiene, apresentou suas teorias sobre a ideia de “Ciclo Econômico”, que se liga a ações de educação higiênica, em: PEIXOTO, Afrânio. *Higiene*. São Paulo: Melhoramentos, 1918.

obrigação defensiva da sua própria validade, da sua fortuna, do seu poder e prestígio em face dos outros países nesta época de completa afirmação do ‘cyclo economico’, de completa afirmação do período industrial”³¹⁴.

Essa leitura sobre o papel do Estado na promoção de ações que visam higienizar-eugenizar o povo brasileiro, ação que deveria ser balizada pelo saber médico, marca as críticas dirigidas por esses profissionais à máquina pública, em especial nas primeiras décadas do século XX. Aos olhos dos higienistas-eugenistas, cumpria que o Estado brasileiro centralizasse as decisões sobre saúde pública, tornando assim o povo brasileiro “hígido”, logo, mais apto ao trabalho, o que deveria representar um ganho ao país em condições materiais para a busca do “progresso”. A exigência era que, na prática, o Estado usasse a força³¹⁵ combinada a campanhas de “conscientização sanitária”.

Essa consciência sanitária seria alcançada, aos olhos dos médicos higienistas, mediante campanhas publicitárias e projetos educativos³¹⁶. Estes deveriam acionar, por exemplo, a função multiplicadora das professoras das escolas estaduais, fazendo de cada professora um elo na corrente pró-saneamento. Fernando Freitas e Castro salientava a importância da articulação da educação aos en-

³¹⁴ LARBECK, op. cit., p. 5.

³¹⁵ Em várias oportunidades, a exigência de uma ação enérgica do Estado avulta das manifestações dos higienistas-eugenistas, em especial no tocante a legislações de defesa da hereditariedade, como as restritivas ao casamento entre “anormais”, em uma combinação de forças entre o discurso médico e jurídico.

³¹⁶ Segundo Castro, “O Serviço de Propaganda e Educação do Povo para estabelecer a chamada *Consciência Sanitária* é de valor incontestável. Além dos ensinamentos e propaganda feita em todos os serviços e a propósito de todos os assuntos, em palestras com os interessados, cada *Centro de Saúde* mantinha uma Secção á parte que se encarregava de divulgar os princípios de higiene e saúde publica por conferencias, artigos, boletins, cartazes, projeções luminosas fixas e cinematograficas, etc., tendo já a aparelhagem necessaria e iniciado a sua ação” (CASTRO, Fernando de Freitas e. Organização sanitaria do Brasil e reforma dos serviços sanitarios do Rio Grande do Sul. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XIX, n. 19, p. 156-184, 1933, p. 171).

sinamentos da higiene, pois, segundo ele, “as professoras, dessiminadas por todos os recantos do Estado e ensinando á milhares de crianças, são preciosos elementos de divulgação e, por conseguinte, auxiliares indispensaveis na formação da chamada *consciencia sanitaria do povo*”³¹⁷.

A higiene e a eugenia eram vistas como saberes que deveriam ser naturalizados pela população. As noções de higiene, como o asseio pessoal, o cuidado com a proliferação de insetos, o tratamento dado aos dejetos, assim como o cuidado com os “fatores disgênicos”, prejudiciais à hereditariedade, tais quais o alcoolismo, a promiscuidade e o onanismo³¹⁸, deveriam ser incorporados aos hábitos mais elementares dos indivíduos. Para tanto, a articulação de dois fatores era fundamental: o cuidado com a infância, mediante a puericultura³¹⁹, e as campanhas de “esclarecimento da população”, fazendo com que a consciência da preservação da hereditariedade fosse desperta.

³¹⁷ Ibidem, p. 165.

³¹⁸ O onanismo, ou “vício solitário”, aparece mencionado na literatura médica da época de forma abundante. Segundo o Dr. Irineu Torres de Vasconcellos, “Do vício solitário qualquer auctor bem avisado poderia escrever livros e livros, fazendo ver uma a uma suas funestas consequencias: damnos physicos, intellectuaes, moraes e sociaes. Na verdade nada mais triste e digno de dó do que o retrato do infeliz que se entrega á repetição de ato tão vergonhoso e tão mesquinho. Enquanto o adolescente se conserva puro, cresce como um rebento vigoroso, exuberante de vida. Mas apenas o madito vicio se apodera deste tenro arbusto, o carcome e marca-o com o estigma de uma decrepitude prematura [...]” (VASCONCELLOS, Irineu Torres de. *Possibilidade e dever da castidade antes do matrimonio*: Cadeira de Hygiene, These Apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919, p. 19).

³¹⁹ Como afirmava Raul Moreira em relação à puericultura e sua estreita ligação aos princípios da eugenia: “Dest’arte, bem se vê como a Puericultura faz parte do terreno da Eugenia, a ciencia que Galton descreveu como absorvida no aperfeiçoamento da especie. Mas eugenia de limites nobres e imprescindiveis, quando procura aprimorar o individuo na organização biologica, integralmente, não desprezando, dentro de suas atribuições, a essencia do fator moral” (MOREIRA, Raul. *Sôbre o ensino da puericultura nas escolas*. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XXI, n. 21, p. 121-128, 1935, p. 124).

No tocante ao cuidado com a infância, é mister frisar que a puericultura estava no centro das preocupações dos higienistas e eugenistas. “Cultivando, pois, os pequeninos”, dizia Raul Moreira, “protegendo-os com as barricadas fortes da higiene, quer antes quer depois do nascimento, eis a grande missão da Puericultura”³²⁰. A escola tornava-se o local tanto da observação quanto da ação higienizadora e moralizadora. Segundo Walter Castilho, “é a escola o lugar de eleição, o principal campo de observação em que o psycho-pediatra poderá agir, com eficiencia, no sentido de rastrear, de prompto, os signaes reveladores dos pequenos neuropathas, fazendo, por assim dizer, a chamada *triagem* ou selecção dos anormaes psychicos”³²¹. Em primeiro lugar, era necessário estabelecer, mediante os critérios higiênicos/eugênicos, uma divisão entre os alunos, separando aqueles considerados “normais” dos “anormais”, para, assim, estabelecer as ações cabíveis. Aos normais, deveria ser garantida a educação nos princípios higiênicos, provendo uma constituição saudável a esses indivíduos. Aos segundos, os *anormais*, eram reservados regimes especiais, adequados ao seu “estágio de desenvolvimento” e à separação dos demais. Eram excluídos do contato com aqueles considerados normais, para que não lhes oferecessem nenhum tipo de risco e recebiam tratamento para que, dentro de suas “limitações”, pudessem, ao menos, não ser um risco às gerações futuras.

Os critérios estabelecidos pelos higienistas e eugenistas pressupunha que o pessoal responsável pela atuação junto às crianças, as *educadoras sanitárias*, estivesse devidamente preparado para cumprir seu papel social. As educadoras sanitárias deveriam ser as guardiãs

³²⁰ MOREIRA, R., 1935, p. 124.

³²¹ CASTILHO, Walter. *Moderna concepção de medicina preventiva*: These de Concurso á Catedra de Patologia Geral, Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1928, p. 38.

das futuras gerações. Como asseverava Raul Moreira, “cabe o ensino ao pediatra, destinado a formar uma escola de alunas-mestres na materia e que serão suas grandes auxiliares, nas cogitações físicas e psíquicas das crianças”³²². A efetivação dessa plataforma se deu mediante a criação de um Curso de Higiene e Saúde Pública, ministrado pelos professores da capital. As aulas, direcionadas às professoras, em especial das escolas estaduais, foram pensadas para que as educadoras se tornassem o elo entre a medicina e a educação. Asseverava Freitas e Castro,

O Curso de Higiene e Saúde Publica. – Constituia uma necessidade imperiosa para preparar o pessoal tecnico para os diferentes serviços de Repartição. Hoje, ninguém mais discute a necessidade imprescindível de especialização, pois é impossível trabalhar em higiene e Saúde Publica, sem um previo preparo tecnico. Infelizmente não se podia contar com os cursos existentes na Capital Federal ou no estrangeiro, e assim tornou-se necessario preparar o pessoal aqui mesmo.

*Nestas condições, foi instalado o Curso de Hygiene e Saúde Publica dotado de material e da aparelhagem indispensavel e que foi inaugurado com a 1ª turma de Educadoras Sanitarias. Como medida de economia, os professores deste curso eram os proprios medicos que trabalhavam na Capital, os quaes utilizavam para as aulas não só o material da Repartição como, depois de previa combinação, os recursos do Hospital da Santa Casa de Misericordia.*³²³

³²² MOREIRA, R., op. cit., p. 126

³²³ CASTRO, 1933, p. 165.

Essa ação pedagógica do Estado foi combinada a outros serviços pró-saneamento. Foi construída, em uma união de esforços do Estado com a Faculdade de Medicina, toda uma estrutura que visava atacar os problemas higiênicos e eugênicos, lutando pela contenção do avanço de endemias. Para tanto, foram criados centros de apoio à população, como o Instituto Pasteur³²⁴, além de mantida intensa campanha pelo esclarecimento dos riscos oferecidos por doenças contagiosas. Dentre essas, é claro, a sífilis despontava como uma das maiores preocupações dos médicos da época³²⁵, pelo seu caráter de doença social e pelos desdobramentos morais que a partir dela se faziam possíveis. É possível sugerir que a sífilis promove o encontro do discurso médico com o discurso moral, ou, talvez melhor dizendo, *moralizante*, confluência que insta os pensadores da época a proporem uma ação tanto sobre o meio, como visei apresentar até o momento, quanto sobre a educação e, especialmente, sobre a moral

³²⁴ O Instituto Pasteur foi criado em setembro de 1910, com o propósito de estudar a propagação da raiva no estado, promover ações de tratamento de pessoas vítimas de animais infectados, assim como buscar sua profilaxia. Afirma o Dr. G. Vianna, em ensaio publicado em 1916 sobre o Pasteur: “A sua influencia e as suas vantagens têm se feito sentir em todo o Estado. Ao lado do alcance moral e científico de uma instituição desta natureza que visa a segurança da saúde publica sob o ponto de vista de uma das mais graves molestias que podem agredir o homem, não é de menor importancia a facilidade de a elle todos recorrerem immediatamente para buscarem a tranquillidade de seu espirito e a garantia de sua saúde” (VIANNA, G. Instituto Pasteur de Porto Alegre: estatística do serviço anti-rabico – durante 6 annos. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano III, n. 3, p. 64-68, 1917, p. 68).

³²⁵ A sífilis assumiu o caráter de uma doença total, principal causa da degeneração racial pelos médicos presumida na época. O Dr. Ferraz assim se manifestava sobre a sífilis em sua tese: “A syphilis é pois a mais terrivel de todas as doenças e é a nós que cumpre o sagrado dever de evitar o seu alastramento, pela transmissão hereditaria aos seus descendentes, ouvindo as palavras santas da Eugenia, ou alistando-se nas suas linhas, para não vermos o que sem isso aconteceria em breve – a decadencia fatal da especie humana” (FERRAZ, Luiz M. *Eugenia e casamento: problemas de medicina social*, Cadeira de Pathologia Geral, These Apresentada à Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Montenegrina, 1928, p. 27-28).

do indivíduo, articulação necessária nos cuidados com a hereditariedade. Sérgio Carrara enfatizou esses aspectos ao afirmar que

Para os muitos médicos, e de modo cada vez mais freqüente conforme entramos no século XX, a conduta imoral dos indivíduos (homens e mulheres) espelhava sobretudo a imoralidade do meio social em que estão inseridos. Era o meio social que podia converter a “necessidade natural” do sexo em hábito vicioso, egoísta. Ou incentivar, apressando, o que poderia aguardar, sem grande prejuízo fisiológico, mais alguns anos para se realizar. E, se a sífilis foi considerada uma doença social, isso não se deveu somente ao fato de interessar à espécie, à raça, mas também, como pensavam os sifilógrafos, por necessitar de um meio social particularmente anômico, imoral ou decadente para se desenvolver plenamente.³²⁶

A partir da sífilis, organiza-se toda a malha de discursos que visavam tanto à defesa da raça quanto à dos bons costumes, sendo, em alguns momentos, difícil distinguir o médico e o caráter preventivo da medicina social, do pregador. Muitas vezes se ligavam nessa defesa da saúde moral e da saúde física em algo que tenho procurado chamar não de discurso médico, ou seja, proferido propriamente pelos médicos, mas sim de *discurso medicalizado*, isto é, um discurso que, mesmo sendo enunciado por outros publicistas, como jornalistas, juristas ou mesmo literatos, traz as marcas do saber médico na estrutura de sua argumentação.

Alguns exemplos desse brado de alarma, dessa cruzada em defesa da saúde moral e da “raça”, podem ser buscados, por exemplo, em editoriais de jornais da época. Olympio Rocha, redator do jornal

³²⁶ CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 157.

O Independente, chamava a atenção das autoridades para a educação moral dos jovens. Segundo ele, se “descuidamos da educação moral da nossa mocidade, devemos criar leis severas que sejam amplamente divulgadas e observadas rigorosamente, para, pelo respeito às mesmas, ser mantido o decoro social”³²⁷. Aos seus olhos, a prostituição, a *cafetinagem* e o jogo eram males que se espalhavam pela cidade e deviam ser contidos. As ruas da capital emergiam de suas palavras como um “teatro de vícios”. Questionava, portanto, a liberdade dada ao exercício da prostituição, como um convite ao vício, além de uma ofensa ao decoro das famílias e das pessoas de bem, que eram agredidas pela visão dessas “mulheres de vida airada”. Conforme Rocha,

Será liberdade as mulheres, messalinas impudicas, depravadas, na maior affronta como notamos mais de vezes em pontos centraes da cidade, como rua Riachuelo, Praça Marechal Deodoro, rua Dr. Flores etc., andarem, por estarem em suas casas, quasi como a mãe Eva? Será liberdade de profissão as hetairas acharem-se em pleno início da noite, nas janellas com o collo nú, muitas vezes tendo cabidas sobre o peitoril das mesmas as carnes lascivas para excitar os transeuntes, com dictos e pregões de seu commercio, offendendo o decôro das famílias?

Será liberdade de profissão acharem-se as mulheres da vida airada, sentadas á frente de seus conventilhos, de pernas crusadas de modo a se ver até as curvas, ostentando meias rendadas, de seda ou outro tecido, de cores varias, a chamares a atenção dos passeantes, offendendo a moral e depravando os costumes? Será liberdade de profissão as mulheres sabirem das suas casas, atravessarem as ruas veladas apenas por um roupão, as gargalhadas e tendo no canto dos

³²⁷ ROCHA, Olympio. Editorial. *O Independente*, Porto Alegre, p. 1, 10 fev. 1919.

*lábios um cigarro de fumo podre? Será liberdade de profissão o que se apreciava certas noutes de, sob a luz das lâmpadas vermelhas, aos abraços as mulheres se atirarem aos encontro dos homens, escarando no rosto das famílias que passeavam?*³²⁸

Contra isso, clamava pela ação do Estado, que deveria agir sobre o espaço urbano, a fim de limpá-lo da influência perversa que esse convite ao erro representava. Para ele, portanto, “embora, seja preciso torcer-se a lei para o saneamento de Porto Alegre, torça-se-a porque os puros e são aplaudirão”³²⁹. O que se depreende desse tipo de manifestação é a preocupação expressa em defender os jovens, impedi-los de trilharem o caminho que conduz à destruição³³⁰. E essa preocupação orientou, como se pode supor, parcela significativa dos estudos apresentados pelos acadêmicos da Faculdade de Medicina, assim como dos ensaios publicados nas revistas médicas em circulação na época.

O discurso médico higienista-eugenista é marcado por essa busca obsessiva de reerguimento moral e de preservação das futuras gerações. Para tanto, alguns dos temas priorizados nesses estudos cujo foco se voltou mais para a raça do que para o meio, ainda que, como tenho salientado, essa divisão seja difícil e, quiçá, contrapro-

³²⁸ Ibidem, p. 1.

³²⁹ Ibidem, p. 1.

³³⁰ Para os médicos higienistas-eugenistas, a prostituição era a principal causa da proliferação das doenças venéreas. Para o Dr. Mario Bernd, as doenças venéreas eram um “grito de revolta da natureza contra uma transgressão de leis fisiológicas”. Essa lei seria o ato sexual sem alvejar a procriação, quebrada no momento em que os homens buscam satisfação sexual com as prostitutas, uma vez que, nas relações maritais, mantidas entre cônjuges saudáveis, o aparecimento das doenças venéreas é impossível. “Portanto”, conclui o Dr. Bernd, “a prostituição é a fonte única das moléstias venereas e é por isso que na America do Norte, para combatê-las, o Governo toma as medidas mais severas para reprimir a origem da prostituição que reside na sedução de jovens inexperientes” (BERND, Mario. Profilaxia das moléstias venéreas. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XXII, n. 22, p. 152-159, 1936, p. 152-153).

ducente, foram as relações entre eugenia e casamento³³¹, com seus desdobramentos, como debates sobre a proibição da união de anormais e a exigência do exame pré-nupcial, a defesa da castidade e o estudo das doenças sexualmente transmissíveis³³².

Luiz Ferraz, em seu estudo de doutoramento, afirmava, logo nas primeiras páginas, que escolhera o tema eugenia e casamento motivado pelo desejo de contribuir com um estudo científico na tarefa de criar o brasileiro do futuro, seguindo os ensinamentos de mestres como Renato Kehl. Ferraz salientava que criar “um typo superior de homens não é tarefa tão simples, num meio como o nosso, onde a quase totalidade das creanças já traz impresso, pelas leis da hereditariedade, o estygma de uma doença qualquer e uma creança despida de toda a tara, vicio ou estygma não será preciso transformá-la em um individuo superior, porque ella já o é de per si”³³³.

Ou seja, o autor já se deslocava do determinismo racial que marcava o discurso de parcela significativa dos higienistas-eugenis-

³³¹ Getúlio Vargas, ainda estudante de Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, tratou, em uma de suas dissertações acadêmicas, das restrições ao casamento a partir dos conhecimentos da medicina legal. Vargas ponderava que era notório que é “uma das causas mais comuns da propagação de moléstias contagiosas a união sexual permitida por lei entre pessoas afetadas por doenças perigosas, vindo a aumentar o depauperamento dos organismos contribuir para o enfraquecimento da espécie pela formação de degenerados”. Para sanar esse “mal”, propunha que “o nosso direito considerando a moléstia transmissível por contágio ou herança como condição de anulabilidade matrimonial, mais vezes depois que esse mal já produziu todos os seus efeitos, jogando no seio da sociedade condenados pela tara imprescritível da degenerescência ancestral, andaria com mais acerto e precaução se exigisse previamente a sanidade física e mental como condição indispensável para a realização do matrimônio” (VARGAS, Getúlio. *A serpente e o dragão*: dissertações acadêmicas. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 119).

³³² Para o Dr. Ferraz, era preciso atacar os fatores disgenizantes, e, segundo ele, “elles são muitos a combater. De um lado, temos as doenças infecciosas, avultando entre ellas, em primeira linha, a tuberculose e a syphilis que contribuem de um modo assustador para a depauperação do povo. De outro lado, vemos o alcool, a morphina, cocaína, ether e muitos outros vicios que, hoje em dia chamam elegantes e que são outros tantos factores dysgenizantes da raça” (FERRAZ, 1928, p. 9).

³³³ FERRAZ, 1928, p. 6.

tas brasileiros³³⁴. Aos seus olhos, bastava garantir que as gerações futuras nascessem protegidas dos “estigmas” e das “taras” que a má hereditariedade acarretava para que o futuro estivesse dado, graças à ciência, em especial, à eugenia, panaceia na qual depositava suas crenças. “É pois a sciencia que se propõe a trazer a felicidade para os habitantes deste planeta e tornal-os em um conglomerado de gente forte, bella, sadia e feliz.” Assim acreditava Ferraz, completando que é “ainda a sciencia que tende a transformar esse vale de lágrimas em que vivemos, num jardim, onde só floresçam alegrias e felicidades, emfim, num paraízo onde não hajam arvores do mal, para podermos colher apenas os bellos fructos da saude”³³⁵.

Para que se pudesse alcançar esse ideal de perfectibilidade humana, alguns passos deveriam ser seguidos. O primeiro deles seria a garantia da hereditariedade³³⁶. E ela deveria ser garantida, seja mediante a conscientização da população, seja pela ação enérgica do Estado. Segundo Ferraz, e nesse ponto ele contava com várias vozes acordes³³⁷, o “exame pre-nupcial é de facto um meio eficaz de que

³³⁴ É importante observar que, mesmo ao longo da década de 1940, o determinismo racial ainda era marcante nas análises sobre o Brasil. Como exemplo paradigmático, cito esta passagem da obra *Clima e saúde*, de Afrânio Peixoto, lançada nos anos 1940, sendo resultado de cursos por ele ministrados sobre as relações entre clima, doença e desenvolvimento econômico e cultural. Para Peixoto: “A terra pôde e pode ser saneada, irá sendo, com juízo e patriotismo, que vão aparecendo. A gente, estancada a fonte africana, misturada a outros europeus, se irá recompondo, do nível etnográfico que nos impôs a colonização escrava, no sangue e na alma” (PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde*. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1975, p. 141).

³³⁵ FERRAZ, op. cit., p. 8.

³³⁶ Sobre a hereditariedade: “A hereditariedade é o phenomeno pelo qual, os ascendentes conferem a seus descendentes as suas propriedades. É ella o phenomeno biologico que, governando o mundo vivo, prende em uma forte cadeia, verdadeiros grupos de individuos, embora luctando contra as forças que agem ao contrario, como a adaptação, força evolutiva, que tende a transformar e modificar os seres vivos, pelas condições ambientes” (FERRAZ, 1928, p. 21).

³³⁷ O Dr. Antonio Louzada, em um ensaio publicado na *Revista dos Cursos*, tendo em vista especialmente o “flagelo da sífilis”, apontava a importância de criar-se uma lei que tornasse o exame pré-nupcial obrigatório. Conforme o Dr. Louzada, “Muitos ignoram que a sífilis é, hoje em dia, considerada uma doença universal; quantos nun-

devemos lançar mão, para obstar as devastações causadas pelos males que mais afligem a humanidade, como por exemplo a syphilis, a tuberculose e o alcoolismo, que são, ou melhor que formam a tri-pode, sobre a qual assenta a principal causadora da mortalidade infantil³³⁸. Tendo como pressuposto a importância do exame médico pré-nupcial, algo que lhe era cancelado pela voz da ciência, não era possível esperar que a consciência sanitária fosse desperta na massa da população, vista por Ferraz como, em geral, um aglomerado de ignorantes. Assim sendo, frisava que essa “tarefa não cabe somente aos medicos e sim tambem aos governos e mais particularmente a estes ultimos”. Estava nas mãos dos governantes a chance de garantir gerações futuras saudáveis, mediante “o seleccionamento dos individuos para que, futuramente, se obtenha um typo de homens fortes, robustos e sadios, que possuam braços vigorosos e cerebros activos, para o cultivo das terras e das sciencias, que é o que constitue o poderio de uma nação”³³⁹.

Mas, para autores como Irineu Torres de Vasconcellos, a melhor forma de prevenir a proliferação de doenças venéreas era a castidade. Em uma posição quase sacerdotal, o médico coloca-se como aquele que deveria aconselhar a juventude, afastá-la dos vícios; ou seja, da libertinagem, do onanismo, das drogas e da bebida. Para Vasconcellos, a “libertinagem é como um espantoso egoísmo que mata, em nós moços, quanto possuímos de terno e de elevado”. Por outro lado, aqueles que guardassem suas forças, que se mantivessem

ca foram jamais tratados ou ao menos examinados por algum médico... e é justamente devido a estes casos que hão de ser frequentes certamente, que é indispensavel estatuir ao lado da persuassão, da difusão destes ensinamentos, a lei – não facultativa –, mas obrigatória, do exame medico pré-nupcial na nossa patria” (LOUZADA, Antonio. O exame medico pré-nupcial. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XX, n. 20, p. 32-35, 1934, p. 33).

³³⁸ FERRAZ, op. cit., p. 40.

³³⁹ FERRAZ, 1928, p. 45.

puros, seriam recompensados. Vasconcellos afirmava que “várias escolas e faculdades contam com um certo numero de Estudantes e Professores que caminham, com passo firme e fronte erguida, pela luminosa e gloriosa estrada da castidade”, conduta essa que lhes garantia colher os melhores frutos, pois, “durante o curso, são elles os mais pontuaes, os mais trabalhadores e applicados; na época espinhosa dos exames, delles, dos estudantes castos, são as mais altas notas e desejadas distincções”³⁴⁰.

A rigor, o que estava em jogo era mais do que a defesa da saúde pensada como fator individual. O higienismo-eugenismo é a expressão mais bem acabada daquilo que Michel Foucault chamava *biopoder*, à medida que se manifesta claramente mediante a “administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”³⁴¹. Articulam-se os dois polos do biopoder, ou seja, as disciplinas do corpo, o *corpo-máquina*, sobre o qual deveriam incidir as tecnologias disciplinares, visando adestrá-lo, ampliando assim suas aptidões; e o *corpo-espécie*, o corpo pesando em seus processos biológicos, poder que incide no controle sobre a população, sobre os níveis de saúde e sobre as taxas de natalidade³⁴². Portanto, o corpo do indivíduo é uma parte da engrenagem da nação.

O controle sobre a saúde do corpo e as possibilidades de que ele ofereça uma boa prole são interesses imediatos do biopoder. Por isso, cada homem tem, como frisava o Dr. Vasconcellos, o dever social de preparar-se para a geração de uma prole saudável. Asseverava o médico que

³⁴⁰ VASCONCELLOS, 1919, p. 24.

³⁴¹ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1, p. 131.

³⁴² Ibidem, p. 131.

*Quando um homem tem o vício do álcool, do ether ou do opio, quando se expõe voluntariamente ao perigo de contrahir doenças hereditarias, quando se conduz mal esquecendo as regras mais elementares da moral, e desce vertiginosamente para a amoralidade e para o crime, não pratica unicamente um attentado contra a sua pessoa, contra a sua vida: prepara uma descendencia lamentavel de degenerados, de doidos, de desequilibrados, de criminosos. Toma sobre os seus hombros a responsabilidade de todos os attentados contra a sociedade, que os seus filhos e netos hão de praticar no futuro. Deixa de cumprir o mais absoluto dos deveres sociaes: a preparação individual para a hereditariedade.*³⁴³

Urgia que fossem estabelecidas medidas a fim de dominar os instintos da besta humana. *Mens sana in corpore sano*. Aos higienistas-eugenistas, afigurava-se como tarefa primeira a educação que tivesse forças para tornar totalmente apolíneo o brasileiro do futuro, para que suas energias fossem canalizadas para a construção do “país do futuro”.

3.6 A parte e o todo ou todo e parte em todas as partes?

Ao longo deste capítulo, analisei a formação do olhar medicalizado sobre o Rio Grande do Sul. Um dos pontos que procurei enfatizar foi a relação parte-todo estabelecida entre o Rio Grande do Sul e as demais regiões do Brasil. Antes de mais, é mister reafirmar que o dualismo parte-todo foi abordado, em especial, com a intenção de demonstrar a fragilidade de afirmações da “singularidade” dos

³⁴³ VASCONCELLOS, 1919, p. 44.

gaúchos ante os demais estados brasileiros, mediante a desconstrução de alguns dos usos desse discurso, frequentemente ressignificado, em um processo constante de politização da memória.

Sobretudo no que toca ao discurso higienista e eugenista, retomo a análise inicial de Gilberto Freyre sobre o narcisismo *à gaúcha*: a operação de escamotear a problemática mais fremente da época, o discurso higienizador, foi um dos usos das propaladas singularidades do Sul. Naquele contexto, a ênfase repousou, principalmente, sobre as singularidades étnicas. Insistir no caráter “europeizado” do Sul, graças ao influxo de imigrantes alemães e italianos ao estado foi, em parte da produção historiográfica e romanesca sulina, um uso hábil da construção de uma narrativa identitária homogeneizadora do caráter gaúcho. Nessa perspectiva, às fabulações sobre a identidade gaúcha alia-se um ideal de pureza racial, expresso tanto pelo panegírico da colonização quanto pela invisibilidade simbólica reservada, por exemplo, ao negro na historiografia e na literatura sul-rio-grandense.

À medida que as explicações raciológicas começam a perder espaço, e penso no início dos anos 1930, já se faz possível perceber um outro tipo de olhar sobre o Sul desde o Centro do país. Belisário Penna, em conferência pronunciada em 20 setembro de 1928 – e o fato de o convidado de honra do Presidente da Província, a conferência principal de uma data tão simbólica, ter sido reservada a um higienista me parece sintomático – já se dirigia ao povo gaúcho com uma perspectiva diversa daquela dos determinismos raciais. Ainda que elogiasse as virtudes do clima ameno do Rio Grande do Sul, sua análise dos fatores das diversidades entre as taxas de natalidade entre a “zona colonial” e a “zona dos gaúchos” estava baseada na crítica ao latifúndio. Mediante a comparação entre os índices de natalidade e mortalidade nos municípios por ele designados “coloniais” (31 municípios cuja base da colonização é de alemães e italianos, concen-

trando-se mais nas de colonização alemã) e “gaúchos” (47 municípios com base na colonização portuguesa), busca entender as motivações dos melhores índices de desenvolvimento humano dos coloniais. Foge de qualquer explicação de fundo determinista, seja pelo clima, seja pela raça, centrando-se na formação desigual: coloniais = pequenas propriedades x gaúchos = latifúndio.

Desviava dos determinismos raciais, ao afirmar que a “compleição physica do gaúcho, a sua fortaleza nada têm que invejar ás dos elementos de origem estrangeira”. E fazia o elogio da terra generosa do sul, pois no “territorio riograndense não ha malaria, e a ancylostomose, sob forma grave, está, por enquanto, circumscripta a uma região do Estado”³⁴⁴. Uma vez se esquivando da perspectiva raciológica, Penna atribuiu a causas sociais as diferenças internas do Rio Grande do Sul: o latifúndio³⁴⁵. Assim como Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala*, Penna busca demonstrar que não a raça, mas sim a doença e o sistema econômico são os causadores dos problemas nacionais. Segundo Belisário Penna, a “menor natalidade e maior mortalidade dos 47 municipios gaúchos têm, a meu ver, as suas principaes causas em dois factores de ordem social; de um lado, a falta geral de educação hygienica, defeito de alimentação e pessima habitação; de outro lado, o latifundio e o urbanismo industrial”³⁴⁶.

Assim, é reafirmada no Sul a perspectiva aberta no Centro do país, a saber, a de que os problemas nacionais estão concentrados na doença e nas desigualdades sociais, e não em questões como a raça e o meio. Portanto, retomando o *insight* de Gilberto Freyre que abre

³⁴⁴ PENNA, Belisário. *Passado, presente e futuro do Rio Grande do Sul*: conferencia realizada na Sociedade Sul Rio Grandense em 20 de setembro. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Ed. Paulo, Pongetti & Cia, 1928, p. 8.

³⁴⁵ Segundo Penna, “O Estado do Rio Grande do Sul é um magnífico scenario para verificação da incomparavel superioridade da pequena sobre a grande propriedade, sobretudo no que respeita aos indices demographicos” (PENNA, 1928, p. 11).

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 8-9.

este capítulo, gostaria de sugerir que ele, ao acertar, erra. Acerta ao mostrar que a presença do Sul na unidade nacional poderia ser encontrada na doença, que une. Todavia, erra, como penso ter logrado demonstrar, ao afirmar que o narcisismo sulino bloqueava a reflexão crítica sobre a importância da ação saneadora no Rio Grande do Sul. Em resposta às idealizações sobre o Sul, o Dr. Luiz Ferraz afirmava que

Entre nós campeia, de norte a sul, do Amazonas ao Rio Grande, o chamado mal da terra, que deixa na sua passagem um turbilhão de idiotas e imbecis.

O sertanejo já há muito deixou de ter o “aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento inesperado de força e agilidade extraordinárias” (E. da Cunha); da mesma maneira porque o gaúcho deixou de ser “o peleador valente, inimitável numa carga guerreira, precipitando-se ao ressoar estrídulo dos clarins vibrantes pelos pampas, com o conto da lança enristada, firme no estribo; atufando-se loucamente nos entreveros; desaparecendo com um bardo triumphal na voragem do combate, onde espadanam scintilações de espadas; transmutando o cavalo em projectil e varando quadrados e levando de roxo o adversário no rompão das ferraduras, ou trombando prestes na luta em que entra com despreocupação soberana pela vida” (E. da Cunha)

Que adianta que os poetas cantem ainda em suas afinadas lyras os feitos gloriosos desses gaúchos e sertanejos, que não existem mais. Mentem eles, pois que a ankylostomiase invadiu os corpos desses

*antigos centauros e transformou-os em uns restos de homens cretinizados e idiotas.*³⁴⁷

Ou seja, as possíveis afirmações de uma singularidade do Sul, as narrativas identitárias sobre a exclusividade do Sul entre os demais estados da união, apesar de muito usadas, em especial nas tentativas de clamar pelo orgulho ferido do estado, são apenas mais um uso da memória para fins políticos. A consciência sanitária tornava, à época, o Rio Grande do Sul ainda mais participante da nação, pois unificava o Sul e os demais estados não só nas doenças, que atacavam igualmente a todos, mas também pela consciência de que a cura, de todos, colocaria o país nos trilhos do progresso. Para tanto, clamava o Dr. Ferraz que o governo cuidasse de “alfabetizar esse povo, de descortinar o veu da ignorancia que o cobre e verá si não é elle o primeiro a por em pratica as medidas hygienicas e prophylacticas, para se ver livre desta peia, que o torna indolente e cretinizado e voltar a constituir novos nucleos de gauchos e sertanejos fortes, sadios e patriotas”³⁴⁸.

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ FERRAZ, 1928, p. 13.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria, acaso, possível concluir? Penso que, em vez de apresentar conclusões, seja proveitoso apenas realçar algumas das opções que fiz neste trabalho, apontando para os portos provisórios pelos quais passei. Gostaria de enfatizar alguns dos vetores que organizaram meus questionamentos ao longo deste livro. Penso que a análise de um tema como o discurso médico, articulando a eugenia e o higienismo, possibilitou (re)pensar as narrativas construídas em torno da “identidade nacional”, colocando em perspectiva a historicidade de certas leituras sobre o povo brasileiro, em especial no tocante aos conceitos de “raça”, “meio”, “doença” e “saúde”.

Além disso, o estudo das narrativas construídas sobre a identidade nacional, sobre o ser brasileiro, colocou-me ante questões como a “incorporação de ideias estrangeiras” em território nacional e suas negociações com os intelectuais brasileiros. Essa busca remete às palavras de Serge Gruzinski, à medida que esse autor aponta a necessidade de se pensar as hibridações e os contágios que esses conceitos sofrem. Segundo ele, “misturas e hibridações – até agora tão pouco estudadas e tão desdenhadas – indicam como escapar ao

dualismo do ‘nós e os outros’, como escapar das retóricas desgastadas da alteridade e como substituir o relativismo integral por uma visão mais complexa da sociedade e das culturas”³⁴⁹.

Equilíbrio entre determinismo racial e doença. Decadência e progresso. Civilização e barbárie. Ainda que discordassem quanto aos caminhos a serem percorridos, os médicos brasileiros, dispostos a não perder as esperanças em relação à reabilitação do brasileiro, elegem como alvo a doença. Ou seja, há uma possibilidade de reabilitação, pois a doença simboliza a transitoriedade, ao contrário da degeneração racial, que significa condenação perpétua ao atraso. Se a degeneração racial simboliza uma essência irrecuperável, a doença abre para o futuro, uma vez que os problemas podem ser solucionados por obra da ciência.

Ao longo deste trabalho, conferi especial realce à maneira como o Brasil foi pensado na passagem do século XIX às primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, analisei a importância da medicalização do olhar sobre a cultura nacional, enfatizando assim como a ciência interagiu com os demais setores de nossa *intelligentsia*, objetivando construir o brasileiro ideal, que guiaria o Brasil, eterno país do futuro, pelos caminhos do progresso.

Essa ideia, a de alcançar o progresso, de colocar o Brasil nos trilhos que o levariam a atingir as condições de “civilização” encontráveis nas nações europeias, foi o *leitmotiv* que ordenou orientações intelectuais as mais diversas. Como mantive sempre claro, minha intenção não foi, em momento algum deste trabalho, apresentar uma escola de pensamento. Antes, busquei mostrar como a “intelectualidade nacional”, conceito que sempre vislumbrei como vago, servindo apenas como marco, era, em meio à sua multiplicidade, motivada por

³⁴⁹ GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso: observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 389.

um espírito civilizador, um desejo de construção de um novo brasileiro, metonímia de um país por ela sonhado.

Dessa forma, o primeiro vetor que organizou meu olhar foi o higienismo-eugenismo, tendo em conta, todavia, as características da tradução *à brasileira* desses conceitos. Essa perspectiva me levou a questionar os desdobramentos dessa dinâmica na cultura brasileira.

Outro vetor para o qual minha atenção se voltou foi a formulação do conceito de raça e das teorias usadas na justificação da diferença. Dessa forma, teorias eurocêntricas, alimentadas pelo evolucionismo darwiniano, bem como as demais teorias do que se convencionou chamar racismo científico, foram estudadas, em especial no que toca a análises feitas por esses intelectuais das especificidades do Novo Mundo, em geral, e do Brasil, em particular.

A dinâmica da tradução cultural que estrutura essa instrumentalização do cientificismo no Brasil foi outro ponto que ocupou minha atenção ao longo desta obra. Mediante sua análise, coloquei à prova o postulado das “ideias fora do lugar”, para, nessa operação, discutir a originalidade das leituras do cientificismo europeu em território nacional.

Assim, aqui, procurei guiar meu olhar pela dinâmica lúdica da descoberta intelectual, tendo como resultado um texto que, atravessado por diversas vozes, oriundas de “campos do saber” sempre diversos, permitisse que minha perspectiva sobre a ciência e o racismo científico se fizesse banhada pelas contribuições de muitos interlocutores, em um esforço para compreender a panaceia proposta pelos “melhoradores da humanidade”, como os chamava Nietzsche. À guisa de uma finalização, volto-me a uma passagem de *Crepúsculo dos ídolos*, em que o autor nos alerta que, em “todos os tempos quis-se ‘melhorar’ os homens: este anseio antes de tudo chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra escondem-se todas as tendências mais diversas. Tanto a domesticação da besta humana quanto a criação

de um determinado gênero de homem foi chamada ‘melhoramento’: somente estes termos zoológicos expressam realidades. Realidades das quais com certeza o sacerdote, o típico ‘melhorador’, nada sabe – nada quer saber... Chamar a domesticação de um animal seu ‘melhoramento’ soa, para nós, quase como uma piada”³⁵⁰.

³⁵⁰ NIETZSCHE, 2000, p. 52.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor Adorno: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1990.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: [s. n.], 5 fev. 1886.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. v. 1.

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1975.

ALENCAR, José. *O gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ALLIEZ, Éric. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

AMARAL, A. J. de Azevedo. O problema eugenico da imigração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

AMARAL, Amadeu. Cuidar da infância! *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 62, p. 140-141, 1921.

ANDRADE, Oswald de. *Memórias sentimentais de João Miramar*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1990.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARMANI, Carlos Henrique. *Identidades e fragmentação no pensamento de Emílio de Souza Docca*. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

AZEVEDO, Aluizio de. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARRETO, Lima. Problema vital. In: _____. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1995.

BARRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena*: a obra de Paulo Prado. São Paulo: Unicamp, 1999.

BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros na literatura brasileira. In: _____. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983. p. 113-128.

_____. *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Psicanálise do cafuné. In: _____. *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: ECA, 1971.

BAUDELAIRE, Charles. Edgar Allan Poe. In: POE, Edgar Allan. *Contos escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1985.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Ed. 70, 1977. v. I e II.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: _____ et al. *Textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1983. p. 3-28. (Os Pensadores.)

_____. História da fotografia. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991. p. 219-240. (Grandes Cientistas Sociais, n. 50).

_____. Teses sobre a filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.) *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991. (Grandes Cientistas Sociais, n. 50).

BERNARD, Claude. *Principes de médecine expérimentale*. Paris, [s.n.], 1865. Disponível em: <<http://www.gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 17 nov. 2002. Texto original publicado em 1865.

BERND, Mario. Profilaxia das moléstias venéreas. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XXII, n. 22, p. 152-159, 1936.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLANCKAERT, Claude. Lógicas da antropotecnia: mensurações do homem e bio-sociologia (1860-1920). *Revista Brasileira de História*, Dossiê Ciência e Sociedade, v. 21, n. 41, p. 146-147, 2001.

BUFFON, Georges-Louis Leclercq, Conde de. *Oeuvres complètes de Buffon*. Paris: P. Pourrat, 1838-1839. 20 v.

BURKE, John G. The wild man's pedigree. In: DUDLEY, Edward; NOVAK, Maximilian E. (Ed.). *The wild man within*. Pittsburg: Pittsburg U. P., 1972.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Ática, 1998.

CANDIDO, Antonio. Introdução. In: ROMERO, Sílvio. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

CANGUILHEM, Georges. *Idéologie et rationalité dans l'histoire de sciences de la vie*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993.

_____. *O normal e o patológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARRARA, Sérgio. A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 82-105. 1990.

_____. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. *História, Ciência e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 391- 408, nov. 1996.

_____. *Crime e loucura*: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

_____. *Tributo a Vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CASTILHO, Walter. *Moderna concepção de medicina preventiva*: These de Concurso à Cadeira de Patologia Geral, Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1928.

CASTILHOS, Júlio Prates de. Carta dirigida ao Sr. Protásio Alves em ocasião a fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. FAMED. Disponível em: <<http://www.famed.ufrgs.br>>. Acesso em: 21 nov. 2002.

CASTRO, Fernando de Freitas e. Organização sanitaria do Brasil e reforma dos serviços sanitarios do Rio Grande do Sul. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, v. 19, n. 19. p. 156-184, 1933.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A cidade colonial brasileira*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

CESAR, Guilhermino. A primeira história literária do Brasil e seu autor. In: DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968.

_____. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a “crise da medicina” no Rio Grande do Sul. *História, Ciências e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 265-286, 1997.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: Universidade São Francisco/Fapesp, 1998.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. v. I (1868-1887).

_____. *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa, 1960. v. II (1888-1894).

CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. 35. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CUNHA, Hygino. A nudez e o vestuário na religião, na sciencia e na arte. *Revista do Brasil*, n. 62, 1921.

DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DARNTON, Robert. *O lado oculto da revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DARWIN, Charles. *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: Hemus, 1982.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Lima, 1968.

DIAS, José da S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERRAZ, Luiz M. *Eugenia e casamento: Problemas de Medicina Social, Cadeira de Pathologia Geral, These Apresentada à Faculdade*

de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Montenegrina, 1928.

FONSECA, A. Fróes da. Os grandes problemas da antropologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.

_____. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 79-98.

FRADKIN, Raúl O. Centaures de la pampa: le gaucho, entre l'histoire et le mythe. *Annales HSS*, n. 1, p. 109-133, janv./févr. 2003.

FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Narcisismo gaúcho. In: _____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 241-255.

_____. *Sobrados & mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____. Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul. In: _____. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 7, p. 10-15, dez. 1946.

_____. *Uma cultura ameaçada*: a luso-brasileira. Rio de Janeiro: C.E.B., 1980.

GALTON, Francis. *Herencia e eugenesia*. Madri: Alianza, 1988.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Les hommes de la pampa*: une histoire agraire de la campagne de Buenos Aires (1700-1830). Paris: Ed. de l'EHESS/Éd. de la MSH, 2000.

GAUER, Ruth Maria Chittó. Na visão do escrivão da armada portuguesa o olhar do “civilizado” sobre a “barbárie”. *Estudos Ibero-Americanos*: Brasil 500 anos, Porto Alegre, n. 1, p. 21-38, 2000. Edição especial.

GAY, Peter. *A experiência burguesa*: da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. v. 3.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo*: história de uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GERTZ, René E. (Org.). *Karl von Koseritz*: seleção de textos. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

_____. *O aviador e o carroceiro*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1991.

GIL, Fernando. Expectativa e Preenchimento. In: _____. *Modos da evidência*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

GOULD, Stephen Jay. O primeiro desvelamento da natureza. In: _____. *Dinossauro no palheiro*: reflexões sobre história natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 497-510.

_____. *A falsa medida do homem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso: observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes*: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 301-309.

GUERREIRO, António. A época e suas fantasmagorias. In: _____. *O acento agudo do presente*. Lisboa: Cotovia, 2000.

HECKER, José. *Crítica e saneamento do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: These Inaugural Apresentada à Faculdade de Medicina. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

HECKER, Julio. *Contribuição ao estudo das condições de salubridade de Porto Alegre*: These Inaugural Apresentada à Faculdade de Medicina

e de Pharmacia de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1991.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Ed., 1923.

_____. *A eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: Sodré & Cia., 1929.

_____. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na *Viagem ao Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001.

LACERDA, J. B. *Sur les métis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

LARBECK, Emilio Kemp. *A defeza da saude publica no Rio Grande do Sul*: These Apresentada à Congregação da Escola Medico-Cirurgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Officinas Graphicas de Idelfonso Robles & Cia., 1916.

LEÃO, Sebastião. Relatório do Dr. Sebastião Leão, Médico da Polícia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO AHRs, 1., 2001, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AHRs/JEWEB Computers, 2001. CD-ROM.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1984.

LEITE, Sarmiento. Faculdade de Medicina: dados históricos. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano II, n. 2, p. 3-7, 1916.

LESTRINGANT, Frank. *O canibal*. Brasília: UnB, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar, escutar, ler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Raça e história*. São Paulo: Abril, 1976.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

LOBATO, Monteiro. *Histórias de Tia Nastácia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Problema vital*. São Paulo: Ed. da Revista do Brasil, 1918.

_____. *Urupês*. 5. ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.

LOUZADA, Antonio. O exame medico pré-nupcial. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XX, n. 20, p. 32-35, 1934.

LUCA, Tania Regina. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Unesp, 1998.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MAGALHÃES, Fernando de. *Discursos (1918-1923)*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Leite Ribeiro, Freitas, Bastos, Spicer & Cia, 1924.

MANHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Globo, 1954.

MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 1998.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, Dossiê Ciência e Saúde, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordações da casa dos mortos: introdução ao relatório do Dr. Sebastião Leão. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO AHRS, 1., 2001, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: AHRS/JEWEB Computers, 2001. 1 CD-ROM.

MOREIRA, Raul. Sobre o ensino da puericultura nas escolas. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano XXI, n. 21, p. 121-128, 1935.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: SILVA, Juremir Machado da. *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-42.

_____. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NABUCO, Joaquim. Imigração chinesa. In: _____. *Discursos parlamentares* (1879-1889). São Paulo: Instituto Progresso, 1949. v. 11. Coleção Obras Completas de Joaquim Nabuco.

NEIVA, Artur; PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984. Reprodução fac-similar do livro *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 1916.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos* (ou como filosofar com o martelo). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *Fragmentos finais*. Brasília: UnB, 2002.

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NONOHAY, Ulysses de. Discurso oficial: sessão preparatória do 9º Congresso Médico Brasileiro. *Archivos Rio-Grandenses de Medicina*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 74-84, nov. 1926.

PADILHA, Cecília. Acta da sessão inaugural – 1º de julho de 1929. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde*. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1975.

_____. *Higiene*. São Paulo: Melhoramentos, 1918.

PENNA, Belisário. *Passado, presente e futuro do Rio Grande do Sul*: conferencia realizada na Sociedade Sul Rio Grandense em 20 de setembro. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Ed. Paulo, Pongetti & Cia, 1928.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do fim do século. *Humanas*, Porto Alegre, v. 16, n. 7, p. 109-131, 1993.

PICHOT, André. *Eugenismo*: genetistas apanhados pela filantropia. Lisboa: Instituto Piaget, [199-].

PORTO ALEGRE, Apolinário. José de Alencar: estudo biográfico. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. In: INTÉRPRETES do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 2, p. 3-104.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas*: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Unesp, 1996.

RAEDERS, Georges (Org.). *Dom Pedro II e o Conde de Gobineau*: correspondência inédita. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1938.

_____. *O inimigo cordial do Brasil*: o Conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *Resgate*, v. 6, n. 7, p. 59-74, 1997.

RAMOS, Arthur. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. *As colectividades anormaes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade, passou a administração dessa Provincia ao Exm. Sr. Dr. Felisberto Pereira da Silva, no dia 26 de Janeiro de 1879. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879. Disponível

em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u753/000002.html>>. Acesso em: 17 out. 2002.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente desta Provincia, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, no dia 1 de Dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1079/000002.html>>. Acesso em: 17 out. 2002.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova passou a administração da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul a S. Ex. o Snr. Barão de Santa Thecla, 1º Vice-Presidente, no dia 9 de Agosto de 1888.

RELATORIO com que o Exm.º Sr. Dr. João Capistrano de Castro, 1º vice-presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Exm.º Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, Presidente, no dia 4 de novembro de 1870. Porto Alegre: Typographia do “Rio-Grandense”, 1870. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1074/000001.html>>. Acesso em: 17 out. 2002.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro, 1878.

ROCHA, Olympio. Editorial. *O Independente*, Porto Alegre, p. 1, 10 fev. 1919.

RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos: Antonio Conselheiro e os jagunços. In: _____. *As collectividades anormaes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

_____. *Africanos no Brasil*. Brasília: UnB, 1982.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Guanabara, 1894.

ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. *Vários Escritos*. [S.l]: Ed. do Estado de Sergipe, 1926.

_____. *Autores brasileiros*. São Paulo: Imago, 2001.

_____. *Contos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Landy, 2000.

_____. *História da literatura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. v. 1.

_____. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. de Heitor Ribeiro & C., 1906.

ROQUETTE-PINTO, E. Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1., 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos...* Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

ROSE, Michael. *O espectro de Darwin*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1945.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870–1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A catástrofe do cotidiano, a apocalíptica e a redentora: sobre Walter Benjamin e a escritura da memória. In: DUARTE, Rodrigo; FIGUEIREDO, Virginia. *Mimesis e expressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 364-380.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura dos. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

SILVA, Mozart Linhares da. Direito e medicina no processo de invenção do anormal no Brasil. In: _____ (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 13-64.

_____. *Do império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SILVEIRA, Éder. Notas sobre a interseção de ciências e letras em *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha. In: SILVA, Mozart Linhares da (Org.). *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 153-179.

_____. Sanear para integrar: a cruzada sanitarista de Monteiro Lobato. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, p. 128-138, jul./dez. 2004.

_____. Uma civilização de cães amastinados: a mestiçagem brasileira na visão de Luiz Agassiz e do Conde de Gobineau. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, p. 189-205, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar*: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 1999. 474 f. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. 2 v.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VARGAS, Getúlio. *A serpente e o dragão*: dissertações acadêmicas. Porto Alegre: Sulina, 2003.

VASCONCELLOS, Irineu Torres de. *Possibilidade e dever da castidade antes do matrimônio*: Cadeira de Hygiene, These Apresentada à Escola Medico-Cirurgica de Porto Alegre. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade*: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANNA, G. Instituto Pasteur de Porto Alegre: estatística do serviço anti-rábico – durante 6 annos. *Revista dos Cursos*, Porto Alegre, ano III, n. 3, p. 64-68, 1917.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VILHENA, Mário Alcantara de. *Da continencia e seu factor eugenico* ou Da continencia como base para a construção duma raça vigorosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil, 1921.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002.

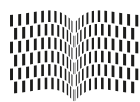
WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1939.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Bauru: EDUSC, 1999.

_____. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

_____. Médicos e charlatanismo: uma história de profissionalização no Sul do Brasil. In: SILVA, Mozart Linhares da. *História, medicina e sociedade no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 95-128.

ZOLA, Émile. *Le roman expérimental*. 5. ed. Paris: G. Charpentier, 1881. Disponível em: <<http://www.gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 10 out. 2002.



Editora da
UFCSPA